

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – CURSO DE
MESTRADO**

CLÁUDIA CHIES

**CICLO ECONÔMICO E ESPAÇO TRANSFORMADO: OS TRABALHADORES DO
CAFÉ NO BAIRRO CONCÓRDIA EM TUNEIRAS DO OESTE - PR**

**MARINGÁ - PR
2007**

**CICLO ECONÔMICO E ESPAÇO TRANSFORMADO: OS TRABALHADORES DO
CAFÉ NO BAIRRO CONCÓRDIA EM TUNEIRAS DO OESTE - PR**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha

**MARINGÁ
2007**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

**CICLO ECONÔMICO E ESPAÇO TRANSFORMADO: OS TRABALHADORES DO
CAFÉ NO BAIRRO CONCÓRDIA EM TUNEIRAS DO OESTE - PR**

2007

**CICLO ECONÔMICO E ESPAÇO TRANSFORMADO: OS TRABALHADORES DO
CAFÉ NO BAIRRO CONCÓRDIA EM TUNEIRAS DO OESTE – PR**

Dissertação de Mestrado apresentada à
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial para a obtenção do grau
de Mestre em Geografia, área de
concentração: Análise Regional e
Ambiental

Aprovado em **22 de Março de 2007.**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha
Universidade Estadual de Maringá
(orientador)

Prof. Dr. Wilson Antônio Teixeira
Membro convidado - UEM

Prof. Dr^a Eliane Tomiasi Paulino
Membro convidado - UEL

DEDICATÓRIA

Dedico a todos que de uma forma ou outra contribuíram para a elaboração desta pesquisa, principalmente a meus pais Jair e Ogenia, pelo incentivo, amor e confiança.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me dado força e determinação.

A meus parentes e amigos que constituíram uma corrente de amor, energia positiva e auxílio nesta caminhada, principalmente meus primos José, Inês e Mileny que cederam sua casa e foram minha família em Maringá.

Ao professor Dr. Márcio Mendes Rocha, orientador e entusiasta da pesquisa, pela orientação, ensinamentos e amizade.

A todos os professores que fizeram parte da minha história, principalmente à professora Gisele Ramos Onofre do Departamento de Geografia da Fecilcam – Campo Mourão, por ser a primeira a incentivar e contribuir concretamente no desenvolvimento da pesquisa. Também ao professor Edson Yokoo da Fecilcam e sua esposa Sandra Carbonera Yokoo, sempre amigos e auxiliares na elaboração do trabalho.

Ao CNPQ, pela concessão de bolsa, o que possibilitou maior dedicação à pesquisa.

[...] talvez não tenhamos conseguido fazer o melhor, mas lutamos para que o melhor fosse feito [...] Não somos o que deveríamos ser, mas somos o que iremos ser. Mas graças a Deus, não somos o que éramos (Martin Luther King).

RESUMO

Esta dissertação avalia o Bairro Concórdia, no município de Tuneiras do Oeste, noroeste do Paraná, sul do Brasil, demonstrando como a produção cafeeira determinou a caracterização e organização do trabalho, bem como as dinâmicas populacionais e espaciais no período de 1950 a 1980, tempo em que predominou a cafeicultura na região. Tem também o objetivo de buscar compreender as conseqüências sociais e de transformação das relações de trabalho e do espaço geográfico do Bairro Concórdia, relacionadas à substituição da cafeicultura, principalmente a partir da década de 1980, percebendo este processo até o período atual. Constatou-se que num primeiro momento, quando a cafeicultura se constituía na atividade econômica principal em praticamente todas as propriedades rurais do bairro, que predominava uma estrutura fundiária em pequenas propriedades onde era desenvolvida a agricultura familiar. Para o cultivo do café, correspondia um modo tradicional de produção, e uma vida comunitária intensa, já que a população era numerosa por conta de que o café exigia grande mão-de-obra. Formou-se então neste local, uma comunidade homogênea, onde se estabeleciam relações sociais diversas, hábitos e ritmos de vida comuns. Neste sentido se buscou reconhecer e analisar o contexto histórico, as relações e características decorrentes do cultivo do café no Bairro Concórdia. Num segundo momento, onde o processo de modernização agrícola, de forma generalizada, passa a interferir e gerar mudanças nas formas de cultivo e de trabalho em todo o estado do Paraná, e principalmente na região norte paranaense, se buscou identificar as mudanças, as principais conseqüências, bem como a sinalização de resistências frente a este processo no Bairro Concórdia. Com a substituição do café no bairro, principalmente a partir da década de 1980, por culturas de trato mais moderno como a cana-de-açúcar e a pecuária, houve uma grande expulsão de população. Sendo assim, buscou-se investigar a população do bairro, reconhecendo os processos de dinamismo populacional atrelados fundamentalmente às formas de produção, que por sua vez são indissociáveis às transformações espaciais, bem como às modificações das formas de vida e de trabalho que geraram o processo de transição tradicional/moderno. Esta transição recaiu em problemas e conseqüências sociais, tanto para os trabalhadores que permaneceram no bairro após a erradicação da cafeicultura e que apresentam resistência frente às novas tendências do capitalismo no campo, com a produção familiar, como para aqueles que saíram e se deslocaram em sua maioria, para áreas urbanas. Neste sentido, por meio da junção entre informações obtidas por referenciais bibliográficos e outros, dados estatísticos e pesquisa de campo, objetivou-se desenvolver uma análise e interpretação de um espaço geográfico específico, o Bairro Concórdia, levando em conta os objetivos propostos.

Palavras-chave: Bairro Concórdia, cafeicultura, agricultura familiar, produção do espaço.

ABSTRACT

This dissertation evaluates the Concórdia district, in the municipality of Tuneiras do Oeste, northwest region of Paraná State, south of Brazil, demonstrating how the coffee production has determined the characterization and organization of the work, as well as the populational and spatial process in the period from 1950 to 1980, a time that the coffee plantation has predominated in the region. It also has the objective of searching and comprehend the social consequences, the transformation of the work relationship and the geographic space of Concórdia District, related to the replacement of the coffee breeding, mainly from the 1980s, analyzing this process until nowadays. It has concluded that at first sight, it has verified in a certain time when the coffee breeding used to be the principal economic activity in most all the rural properties of the district, that it used to predominate a land structure based in small properties where it was developed a familiar agriculture. For the coffee breeding it used to correspond a traditional way of production, and one intense community life, once the population used to be numerous, because of the coffee plantation demands lots of handiwork. So it has formed in that local an homogenous community where it used to establish several social relationship, habits and rhythm of common life. In this sense it has searched to recognize and to analyze the historic context, the relations and characteristics from the coffee breeding in Concórdia district. In another phase where the process of agricultural modernization in a general way starts to interfere and to produce changes about the ways of breeding and work in all of the State of Paraná, mainly in the north region, it has searched to identify the changes and the principal consequences, as well as the showing of resistance about this process in Concórdia district. With the replacement of the coffee breeding in that local, mainly from the 1980s, by agriculture of more modern treatment like sugar cane and cattle raising, there was a big evacuation of the population. This way in this paper it has searched to investigate the population of the district, recognizing the increasing populational process mainly attached to the ways of production, that for themselves are related to the spatial transformations, as well as the modifications of ways of life and work that has produced a process of transition traditional/modern. This transition has become in problems and social consequences as for the employees who still living in the district after the end of the coffee breeding and who has showed resistance of the new ways of capitalist production versus familiar production, as for those who have left the district and went most to urban areas. In this sense through a junction of bibliographical references, other statistics datas and field survey, it has intended to develop an analysis and interpretation of an specific geographic space, the Concórdia district, considering the proposal objectives.

Key words: Concórdia district, Coffee breeding, Familiar agriculture, Production of space.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa da divisão do norte do Paraná segundo a geografia dos anos 50	29
Figura 2 – Mapa da Área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná / Companhia Melhoramentos Norte do Paraná	34
Figura 3 – Mapa de localização do município de Tuneiras do Oeste.....	51
Figura 4 – Mapa de localização espacial da AMERIOS.....	53
Figura 5 – Mapa de localização do Bairro Concórdia no município de Tuneiras do Oeste	59

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – Agricultores em meio à lavoura no Bairro Concórdia (década de 1970)	58
Foto 2 – Imagem aérea de propriedade rural no Bairro Concórdia, 1986;	61
Foto 3 – Trabalho de preparo do feijão para o consumo (secagem e retirada dos grãos da vargem), década de 1970.	62
Foto 4 – A participação feminina nos trabalhos da lavoura (década de 1980)	65
Foto 5 – Imagem de uma das cadernetas utilizadas na venda Concórdia (foto de 29/06/2006)	68
Foto 6 – Escola Vital Brasil e alguns alunos (1ª construção, década de 1970)	68
Foto 7 – Tulha de café, terreiros e casas abandonadas no Bairro Concórdia (fotos de 29 de junho de 2006).	88
Foto 8 – Imagem do Bairro Concórdia vista por satélite (21/12/2006)	148
Foto 9 – Fogão a lenha, moinho de café e torrador de café, objetos utilizados por moradores no Bairro Concórdia.	149

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Principais produtos da agricultura paranaense, participação sobre o total em relação a área plantada 1960/1980	44
Gráfico 2 – Local de origem dos moradores chefes de família do Bairro Concórdia na década de 1960 e 1970, antes da mudança ao Paraná	98
Gráfico 3 – Brasil: imigração estrangeira (1808-1970).....	100
Gráfico 4 – Perda ou ganho percentual de habitantes segundo as mesorregiões geográficas do Estado do Paraná entre 1970 – 1980 e 1980 – 1991.....	144
Gráfico 5 – Utilização da terra em Tuneiras do Oeste, 1993/1994.	157
Gráfico 6 – Distribuição da área ocupada pelo município de Tuneiras do Oeste, 2001.....	158

LISTA DE TABELAS E QUADRO

Tabela 1 - Evolução das exportações: Brasil, 1967-1975 (Em milhões de dólares).....	27
Tabela 2 – Histórico da população urbana e rural de Tuneiras do Oeste.....	54
Tabela 3 – Evolução do índice de densidade demográfica no município de Tuneiras do Oeste.....	57
Tabela 4 – Grupos de estabelecimentos agropecuários por área total (ha) no município de Tuneiras do Oeste 1970/1980/1985.....	90
Tabela 5 – Imóveis rurais discriminados por categoria em Tuneiras do Oeste, 1998.....	93
Tabela 6 – Imóveis rurais discriminados por categoria em Tuneiras do Oeste, 2002.....	93
Tabela 7 – Entrada de imigrantes no Brasil e entrada de imigrantes italianos (de 1884 a 1888).....	99
Tabela 8 – Participação relativa dos setores na renda interna do Paraná.....	132
Tabela 9 – Indicadores da modernização agrícola, no Estado do Paraná, em 1970, 1980 e 1985.....	137
Tabela 10 – Utilização das terras na região norte do Paraná (há) 1970,1980,1985.....	138
Tabela 11 – Evolução das principais formas de uso do solo na agropecuária paranaense e sua participação sobre o total do estado, período entre 1970 e 1985.	140
Tabela 12 – Número e dimensão média dos estabelecimentos agropecuários na região norte do Paraná entre 1970 a 1985, e população rural entre 1970 e 1991.	141
Tabela 13 – Evolução da população urbana e rural do norte do Paraná e sua proporção percentual sobre o total, em 1970, 1980 e 1991.....	143
Tabela 14 – Histórico da produção cafeeira no município de Tuneiras do Oeste 1970/1980/1985 e 2003.....	152
Tabela 15 – Histórico de produção das principais culturas agrícolas, além do café, no município de Tuneiras do Oeste (1970/1980/1985).....	153
Tabela 16 – Principais produtos agrícolas produzidos no município de Tuneiras do Oeste em 2003..	154
Tabela 17 – Evolução da criação de gado bovino no município de Tuneiras do Oeste (1970/1980/1985/2003).....	156
Quadro 1 – Comparativo entre os modelos patronal e familiar da agricultura.....	109

LISTA DE SIGLAS

AMERIOS	–	Associação dos municípios da região de Entre-Rios
CMNP	–	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
COCAMAR	–	Cooperativa agroindustrial de Maringá
CTNP	–	Companhia de Terras Norte do Paraná
EMATER	–	Instituto Paranaense de Assistência técnica e Extensão rural
HA	_	Hectare
IBGE	–	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	–	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	–	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
P	–	Pergunta
Pr ou PR	–	Paraná
R	–	Resposta
SEMA	–	Secretaria do Estado de Meio Ambiente

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	17
2	OCUPAÇÃO, CRIAÇÃO E PERPETUAÇÃO DO LUGAR.....	22
2.1	O CICLO ECONÔMICO DO CAFÉ E SUA EXPANSÃO PELO NORTE PARANAENSE, UMA VISÃO DE CONJUNTO.....	22
2.2	A OCUPAÇÃO E CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE.....	47
2.3	BAIRRO CONCÓRDIA E SUAS CARACTERÍSTICAS GEOECONÔMICAS E CULTURAIS.....	52
2.4	A PRODUÇÃO DO ESPAÇO CAFEIEIRO NO BAIRRO CONCÓRDIA, CRIAÇÃO E PERPETUAÇÃO DO LUGAR.....	71
3	CARACTERÍSTICAS POPULACIONAIS E DA FORÇA DE TRABALHO NO PERÍODO DA CAFEICULTURA.....	96
3.1	ORIGEM E ETNIA DOS TRABALHADORES DO CAFÉ NO BAIRRO CONCÓRDIA.....	96
3.2	A AGRICULTURA FAMILIAR COMO BASE DA MÃO-DE-OBRA NO BAIRRO CONCÓRDIA	101
3.3	ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PERFIL DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA NO BAIRRO CONCÓRDIA DURANTE O PERÍODO DA CAFEICULTURA	114
3.4	A MOBILIDADE DO TRABALHO NAS LAVOURAS DE CAFÉ.....	118
4	A CRISE DA CAFEICULTURA E O PROCESSO DE ERRADICAÇÃO	127
4.1	A DECADÊNCIA DO CAFÉ E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO PARANÁ: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS.....	127

4.2 A ERRADICAÇÃO TARDIA DA CAFEICULTURA NO BAIRRO CONCÓRDIA. RESISTÊNCIAS, CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR NA ATUALIDADE	145
4.3 O ÊXODO RURAL E O PERFIL ATUAL DOS AGRICULTORES NO BAIRRO CONCÓRDIA	164
4.4 O BAIRRO CONCÓRDIA NO CONTEXTO DE UMA ECONOMIA GLOBALIZADA E OS PROBLEMAS ATUAIS	170
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	180
REFERÊNCIAS.....	184
ANEXOS	191

1 INTRODUÇÃO

No âmbito das especificidades da atividade agrícola e dos percalços enfrentados constantemente pelos agricultores, sobretudo por aqueles que encontram no cultivo da terra um meio de vida, trabalho e de sustento da família, surgiu a motivação para o presente trabalho.

Inúmeros estudos geográficos envolvem abordagens que tratam da geografia agrária. O considerável número de estudos a esse respeito denota a importância do tema frente aos diversos problemas e impasses relacionados ao que se pode chamar, segundo Graziano da Silva (1996) de “o novo mundo rural”. A modernização da agricultura, a migração campo-cidade, o acirramento da concentração da renda e das terras e os conflitos sociais são alguns dos novos elementos de análise da atividade agrícola.

Neste sentido, o presente estudo nasce da inquietação quanto às mudanças, injustiças, contradições e conflitualidades das relações estabelecidas no meio rural, pelos processos dominantes e homogeneizantes presentes na sociedade. A partir de problemas particulares de determinada área, no caso o Bairro Concórdia, no município de Tuneiras do Oeste – Pr, se buscará entender as relações sócioespaciais subjacente ao espaço em questão a partir de informações documentais e também do relato de experiências pessoais que devem contribuir para a compreensão do contexto geral ao qual toda a sociedade, com maior ou menor resistência, se insere.

O interesse pela realização deste estudo nasceu de minha vivência e experiência pessoal, já que residi por 19 anos na comunidade estudada e também porque ainda mantenho vínculos de parentesco e amizade com pessoas residentes naquele local. Menciono este fato por conta da necessidade de explicar a proveniência de determinadas informações que foram apresentadas ao longo do trabalho, informações que são relatos, explicações e observações, frutos de minha experiência pessoal.

Neste contexto, houve a necessidade de um procedimento metodológico cauteloso para que houvesse uma partilha prática nas experiências e percepções que outros sujeitos integrantes da comunidade pesquisada possuem com relação aos problemas previamente detectados. Buscou-se assim descobrir o fenômeno além das aparências imediatas e explicar a idéia inicial, bem como revê-la e reorientá-la a partir do contexto e das informações do grupo envolvido na pesquisa.

Neste sentido, utilizou-se como metodologia principal a qualitativa e etnográfica a partir de entrevistas semi-diretivas e da observação participante. Dessa forma, tomei uma postura participativa na interpretação de algumas informações. Minha participação baseia-se, sobretudo na vivência, na imersão no cotidiano, na familiaridade com os acontecimentos diários e na percepção das concepções que embasam práticas e costumes da comunidade estudada.

A forma como o trabalho foi redigido, em muitos momentos não faz uma separação entre revisão, pesquisa, vivência e inferências autorais, ou seja, em muitas partes o texto reúne informações referentes à revisão literária, à pesquisa de campo, bem

como explicações pessoais minhas enquanto autora. Esta forma de redação foi considerada necessária em vários momentos, por se entender que as informações são complementares, entretanto, não perdendo de vista o delineamento claro do sujeito do discurso no transcorrer do trabalho.

O corpo do trabalho está dividido em 3 capítulos. No capítulo I (a partir do item 2), buscou-se destacar um levantamento histórico e contextual do desenvolvimento da cafeicultura no Paraná, pois entendeu-se que tal contextualização é fundamental na medida que contribui para a compreensão de diversas características da área objeto da pesquisa. Sabe-se que os aspectos referentes à colonização e ocupação do norte paranaense estão estreitamente relacionados ao ciclo econômico do café, neste sentido, apresentar as características e aspectos históricos deste processo é fundamental para o entendimento dos acontecimentos e fenômenos gerais ligados a ele.

Ainda no capítulo I destacou-se o histórico de formação e ocupação do município de Tuneiras do Oeste – Pr, por ser o município onde está localizado o Bairro Concórdia, objeto da pesquisa. O Bairro Concórdia também foi enfatizado neste capítulo quanto aos seus aspectos geográficos e suas características gerais, principalmente as relacionadas ao período de ocupação, implantação e desenvolvimento da cafeicultura. Ainda no capítulo I evidenciaram-se os conceitos de produção do espaço e de lugar, buscando relacioná-los com a realidade observada no Bairro Concórdia no decorrer do período estudado.

Já no capítulo II (a partir do item 3), foi enfatizada as características populacionais e da força de trabalho no Bairro Concórdia durante o período da cafeicultura, destacando a origem e etnia dos trabalhadores do café no bairro. Tais aspectos foram considerados relevantes por influenciarem diretamente em características espaciais e formas de vida. A agricultura familiar é outro ponto importante discutido no capítulo II, a respeito deste tema procurou-se demonstrar as contradições, características e desafios desta modalidade da agricultura bem como a forma como foi desenvolvida no Bairro Concórdia.

O perfil dos proprietários de terra do Bairro Concórdia durante o predomínio da cafeicultura, também é assunto abordado no capítulo II, sendo importante por possibilitar traçar um comparativo com o perfil dos proprietários de terra após mudança em vários segmentos da produção. Ainda faz parte do capítulo II a abordagem com relação à mobilidade do trabalho nas lavouras de café. Considerou-se necessário um item específico para este assunto, por conta de se constituir no período da produção cafeeira em um processo intenso e determinante para a dinamização e movimentação econômica e social no Bairro Concórdia.

O capítulo III (a partir do item 4) aborda principalmente o processo de erradicação da cafeicultura no estado do Paraná e conseqüentemente no município de Tuneiras do Oeste e no Bairro Concórdia. Neste sentido, buscou-se compreender as causas e motivações do processo de erradicação da cafeicultura, bem como as conseqüências e problemas gerados por tal processo com abordagens sobre a erradicação tardia da cafeicultura no bairro, as resistências da agricultura familiar e das formas de vida. O êxodo rural, o perfil dos proprietários de terra na atualidade, o

bairro no contexto de uma economia globalizada e as dificuldades enfrentadas pelos agricultores, também são assuntos tratados no capítulo III.

A abordagem com relação a todos os assuntos referentes ao trabalho tem a finalidade e o objetivo principal de demonstrar como a cafeicultura se desenvolveu e influenciou na transformação do espaço, do Bairro Concórdia no município de Tuneiras do Oeste-PR, considerando a dinâmica populacional como referência de análise. Neste sentido, num primeiro momento (período de predomínio da cafeicultura no bairro) se busca mostrar a importância da cafeicultura e sua influência nos inúmeros aspectos avaliados. Num segundo momento (erradicação da cafeicultura e implantação de culturas ditas modernas) a abordagem converge no sentido de apontar para as mudanças, os efeitos, causas e impactos gerados sobre o espaço e principalmente sobre a vida dos moradores do bairro.

A importância deste estudo está no fato de se constituir em uma contribuição ao entendimento do processo de produção agrícola, organização do espaço, condição de vida e de trabalho do agricultor e da modalidade familiar da agricultura, no decorrer da história da colonização, produção cafeeira e modernização agrícola do norte do Paraná. Apesar de retratar uma área específica, que possui particularidades e especificidades, o processo observado no Bairro Concórdia carrega similaridades com outras áreas no estado do Paraná e no Brasil.

2 OCUPAÇÃO, CRIAÇÃO E PERPETUAÇÃO DO LUGAR

Os assuntos referentes ao item 2 abordam de forma geral aspectos históricos sobre a ocupação, criação e perpetuação do lugar objeto de estudo, o Bairro Concórdia. A abordagem parte de uma visão mais geral que engloba fatos históricos nacionais, estaduais, municipais e por fim busca-se fazer uma reflexão quanto ao processo de ocupação do Bairro Concórdia. Neste sentido, não serão apresentados nessa primeira parte do trabalho dados recentes, mas sim serão apresentadas informações de cunho mais histórico. O ciclo econômico do café será bastante enfatizado já que se constituiu em um dos principais fatores para a ocupação e criação do local objeto da pesquisa.

2.1 O CICLO ECONÔMICO DO CAFÉ E SUA EXPANSÃO PELO NORTE PARANAENSE, UMA VISÃO DE CONJUNTO

A cafeicultura surgiu no Brasil no século XVIII em um momento importante no cenário nacional. Em Minas Gerais estava exaurido o ouro, a lavoura canavieira passava por crises, o café então se torna uma ótima opção para a produção agrícola brasileira, voltado principalmente à exportação, representou um produto de extrema importância neste setor. Sobrinho fala a esse respeito.

“(...) representou para o país algo que até então não tinha ocorrido em território nacional, em 100 anos trouxe para as arcas do tesouro nacional seis vezes mais do valor da produção açucareira em trezentos anos de implantação” (SOBRINHO, 1978, p. 46).

No período de 1800 a 1850, aproximadamente, a mão-de-obra escrava era a base da produção cafeeira. A partir de 1850 houve a campanha abolicionista, que se deu paralelamente à expansão da cultura cafeeira no Brasil. A Inglaterra estava empenhada em abolir a escravidão. Tal empenho se deve em boa parte, aos ideais de liberdade determinados pela Revolução Francesa e fortificados pela independência dos EUA e ainda à pressão exercida pelos produtores de chá, que não conseguiam competir com o preço do café brasileiro, pois produzido com mão-de-obra escrava apresentava baixo custo. Outros fatores como a oposição à monarquia e as injustiças contra o negro favoreceram a busca pela libertação dos escravos.

No campo dos interesses externos é preciso considerar a incômoda concorrência que a produção agrícola brasileira fazia ao comércio das grandes potências de então, notadamente a Inglaterra, cujos interesses estavam ligados às plantações de açúcar nas Antilhas, às culturas de algodão na África e às lavouras de chá na Índia. É evidente que produções de baixo custo, feitas no Brasil graças ao braço escravo, constituíam uma ameaça para o comércio inglês desses produtos. Além disso, era preciso deter a produção do sucedâneo do chá, que encontrava aceitação cada vez maior em toda a Europa (C.M.N.P., 1975, p.23).

A partir de 1850 com a proibição do tráfico negreiro para o Brasil, houve aumento extraordinário de imigração branca, por conta da conseqüente dificuldade em atender à crescente demanda de mão-de-obra na agricultura, principalmente nas lavouras de café, sendo sua produção o grande atrativo para entrada de imigrantes estrangeiros no Brasil, principalmente europeus. Esta alternativa se apresentava

como onerosa para os fazendeiros, porém estes não tinham outra opção capaz de resolver o problema de mão-de-obra gerado a partir da proibição do tráfico de escravos.

Este processo de mudança de mão-de-obra escrava para a do imigrante europeu, foi bastante complexo. Os fazendeiros estavam habituados a oferecer moradias precárias aos negros e ainda a não terem gasto nenhum com o trabalho destes. Com os europeus houve uma mudança desta realidade. As exigências com relação às condições de vida eram maiores, além da divisão da produção e do pagamento de salários. Enfim, houve uma profunda transformação no regime de trabalho das lavouras de café.

O Estado de São Paulo, no período o maior produtor, desenvolveu a cafeicultura a partir de então, com a mão-de-obra assalariada.

Da segunda metade do século XIX, e até praticamente o ano de 1930, o café participava com 65% do total das exportações brasileiras. Destinado fundamentalmente à exportação, cumprindo, portanto, sua função numa economia primário-exportadora, o café acabou por criar as bases financeiras e de mercado para o avanço da industrialização no Brasil, nos fins do século XIX e começo do XX (SOBRINHO, 1978, p.63).

O café expandia-se muito rapidamente devido as vantagens que sua produção oferecia, já em 1860, havia cortado o território paulista e chegado às terras do norte

paranaense, porém, ocupação mais representativa se deu no início do século XX, no Estado do Paraná.

Além do processo de expansão natural do café vindo de São Paulo até alcançar o Paraná, outro fator que influenciou na implantação desta cultura no estado foi os limites legais impostos pelo Governo Federal, no período, para a produção cafeeira, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais (VERRI, 1998, p.34-35).

No Paraná, assim como em todo país e também quase todo continente americano, a ocupação territorial e o desenvolvimento de atividades econômicas se deram por meio de ciclos, no caso paranaense pode-se citar: o ciclo do ouro, da erva-mate, da madeira e o ciclo do café que se estendeu de 1860 até a década de 1970, aproximadamente. Sabe-se que a cultura do café voltava-se ao mercado externo, neste caso, a economia paranaense, neste período, desenvolveu-se em função de estímulos externos, nacionais ou internacionais, oscilando por conta da procura pelo café (PADIS, 1981, p.38).

Estudando o caso da economia paranaense, verifica-se que tem algumas características bastante peculiares dentro do sistema econômico brasileiro. Em parte, a economia do Estado que pode ser entendida pelas atividades econômicas que são desenvolvidas e que tem por finalidade sustentar e estabelecer o grupo que ocupa determinada área voltava-se às culturas de subsistência, mas também organizou-se um setor exportador, que teve maior destaque principalmente a partir de 1930, nota-se que a economia paranaense sempre esteve voltada com maior

ênfase para este setor, o que também foi característico à produção cafeeira (PADIS, 1981, p.38).

O setor agrário brasileiro apresenta um histórico de produção destinada principalmente à exportação, grande parte do território nacional, sempre esteve voltado à produtos que visam suprir principalmente a agroindústria de matérias-primas, que por sua vez é destinada fundamentalmente à exportação. Em contrapartida, os produtos básicos de alimentação, necessários ao consumo interno, sempre ocuparam uma posição secundária no decorrer da história e da política agrícola brasileira. Wanderley destaca esta posição quando fala da condição brasileira de predomínio da grande propriedade.

... a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Nesse contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção (WANDERLEY, 1995, p.36-37).

Sabendo que “os principais alimentos que estão diariamente presentes na nossa mesa são produzidos, na sua maioria, nas propriedades com menos de 100 hectares” (BLUM, 2001, p.80), ou seja, que é a agricultura familiar, na maior parte dos casos, responsável por produzir os principais alimentos que estão presentes na mesa dos brasileiros, e sabendo que é a grande propriedade que predomina no Brasil, conclui-se que predomina também a produção agrícola voltada à exportação.

Silva (1981, p.27-28) analisou a postura do Brasil com relação às exportações dos produtos agropecuários¹ no período de 1967 a 1975. O autor destacou que naquele período a agricultura ainda era responsável por 60% das exportações brasileiras, embora a industrialização já tivesse tomado proporções consideráveis no país, ou seja, mesmo com o crescente processo de industrialização, a tendência ou a “vocação” de fornecedor de matérias-primas e produtos primários aparece no Brasil. (tabela 1).

Tabela 1 - Evolução das exportações: Brasil, 1967-1975 (Em milhões de dólares)

período	PRODUTOS EXPORTADOS		Índice simples (A+B)	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	
	Agropecuário (A)	Não-agropecuário (B)		A (A+B) %	B/(A+B) %
1967	1.367,5	286,3	100,0	82,7	17,3
1968	1.594,7	286,6	113,8	84,8	15,2
1969	1.911,5	399,7	139,8	82,7	17,3
1970	2.109,0	629,9	165,7	77,0	13,0
1971	2.091,6	812,2	175,6	72,0	18,0
1972	2.990,7	1.000,5	241,4	74,9	25,1
1973	4.529,6	1.669,6	374,9	73,1	26,9
1974	5.209,2	2.741,8	480,8	65,5	34,5
1975	5.193,0	3.462,2	523,4	60,0	40,0

Fonte: Mesquita, 1976 apud Silva, 1981, p.28.

O passado colonial é um dos principais fatores responsáveis por tal situação, pois na divisão internacional do trabalho, o Brasil e outras colônias tomaram a posição de fornecedores de produtos agrícolas e matérias-primas. Assim, desde o início da colonização, a agricultura orientou-se para produzir gêneros de exportação (açúcar, café, tabaco, cacau, soja e outros). Com o Paraná não foi diferente, exemplo é a implantação da cultura cafeeira na região norte do Estado que era fundamentalmente voltada à exportação.

¹ A expressão produtos agropecuários compreende os itens agrícola, pecuário, alimentar, pesqueiro e florestal.

Com relação ao ciclo do café no Paraná é preciso lembrar que quando se fala deste ciclo no estado, deve-se considerar a região norte, que foi a área onde se desenvolveu esta cultura. O norte paranaense passou por um processo muito rápido de ocupação territorial, devido à expansão da cafeicultura, essas terras desde o século XIX já chamavam a atenção de plantadores de café paulistas e mineiros como favoráveis ao cultivo.

O norte paranaense – definido pelos rios Itararé, Paranapanema, Paraná, Ivaí e Piquirí – abrangendo uma superfície de aproximadamente 100 mil quilômetros quadrados, foi dividido em três áreas, segundo a época e a origem da respectiva colonização; norte velho – que se estende do rio Itararé até a margem direita do rio Tibagi; norte novo – que vai até as barrancas do rio Ivaí e tem como limite, a oeste, a linha traçada entre as cidades de Terra Rica e Terra Boa; norte novíssimo – que se desdobra dessa linha até o curso do Rio Paraná, ultrapassando o rio Ivaí e abarcando toda a margem direita do Piquirí (figura Nº 1).

É necessário esclarecer que as informações que serão apresentadas a seguir sobre o processo de colonização ocorrido na região norte do estado do Paraná fazem parte de um discurso conservador, adotado sobretudo pelos agentes dominantes, mas que serão utilizados por conta de que acrescentam informações históricas e geram esclarecimentos em alguns pontos, no entanto, logo em seguida se buscará introduzir uma análise crítica de tal processo colonizador.

No século XX, começa a expansão do norte velho entre o Paranapanema e o Tibagi. Em princípios do século, o major Antonio Barbosa Ferraz Junior, agricultor de Ribeirão Preto, sentindo os efeitos da exaustão de suas terras, resolveu transferir-se para o Paraná, experimentando a fertilidade do solo norte-paranaense. Comprando uma grande gleba entre Ourinhos e

Em 1924, veio ao Brasil uma missão inglesa chefiada por Lord Montagu e tendo como assessor Lord Lovat, que estava incumbido pelos acionistas da Sudan Plantations, de estudar a possibilidade dessa empresa aplicar recursos no Brasil, no sentido de produzir o algodão, que importava em larga escala, para suprir a florescente indústria têxtil inglesa (FERREIRA, 1996, p.86-87).

Entusiasmado com a qualidade das terras, em 1924, Lord Lovat, juntamente com outros investidores, fundaram a Brazil Plantations Syndicate Ltda., bem como uma subsidiária brasileira organizada por Arthur Thomas, a Companhia de Terras Norte do Paraná, que foi instituída em 18 de setembro de 1925, para ressarcir os prejuízos da instalação de fazendas de algodão e máquinas para seu beneficiamento, assim como duas fazendas para plantio imediato do algodão. Os investimentos com algodão não obtiveram bons resultados e a CTNP passa a executar um plano imobiliário. A origem inglesa da CTNP foi mantida até 1944, quando brasileiros compraram todas as ações (FERREIRA, 1996, p.89).

O plano colonizador foi projetado visando à produção de café no norte paranaense, mas como se sabe a cultura do café exige além de solo fértil, um clima propício, clima este nem sempre favorável no norte do Estado.

Com estações razoavelmente melhor delimitadas que em São Paulo, com verões mais quentes e invernos mais frios, a região cafeeira paranaense era (e ainda é) sujeita ao risco de geadas pretas ou brancas. Isto constituía sério obstáculo ao avanço dos cafezais para as áreas em que o solo se apresentasse propício, obrigando os agricultores a cuidados técnicos nunca antes utilizados (PADIS, 1981, p.84-85).

Mas a questão climática não fez com que os cafezais não continuassem se expandindo pelo território paranaense, já que as vantagens econômicas eram muito grandes. Dentre os principais fatores responsáveis pelo sucesso da cafeicultura no Estado e pela rápida ocupação do norte paranaense, pode-se destacar: a já citada

qualidade das terras, política econômica governamental, escoamento da produção pelas ferrovias que chegavam ao Estado, à evolução da cafeicultura paulista neste período e ao surto de industrialização de São Paulo a partir da década de 1930, além da facilidade para a aquisição de terras no Estado.

A estrutura fundiária do norte paranaense seguiu a princípio o modelo paulista, ou seja, grandes fazendas, porém paralelamente surgiram os “sitiantes”, aparecendo então nesta região tanto grandes como pequenas propriedades.

Assim, enquanto na região do Cinzas no Norte Pioneiro a grande propriedade e o povoador de origem mineira foram uma constante, nas “terras roxas” do Terceiro Planalto a leste do Tibagi, os povoadores paulistas com sua tradicional fazenda cafeeira foram a marca característica. No Norte Central e a seguir no Noroeste Paranaense, as companhias imobiliárias colonizadoras traçaram um novo aspecto com a colonização dirigida, a pequena propriedade, o intenso processo de desenvolvimento da cafeicultura, como até então não se tinha visto, o cosmopolitismo de seus povoadores, definindo as especificidades da paisagem regional. (MORO, 1998, p. 5).

Geralmente, os colonos das grandes fazendas de café, tanto paulistas como paranaenses eram caboclos, japoneses ou italianos. Após o término do contrato, boa parte destes trabalhadores compravam terras para formação de sítios, principalmente no Paraná onde a terra era barata e o pagamento podia ser parcelado, por serem vendidas por algumas companhias de terra.

A Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), em 1951, ano em que passa a diversificar seus investimentos, passa a ser denominada, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP), e como já citado, foi a mais representativa das companhias imobiliárias atuantes no norte do Paraná.

Em uma detalhada descrição de Hermann Moraes Barros (no período, executivo da CMNP), com relação ao trabalho realizado pela empresa, o mesmo conta que a zona rural colonizada pela Companhia foi dividida em pequenos lotes, de área variável, demarcados de forma a incluírem todos eles, uma parte de baixada e uma de espigão. Hermann lembra também que toda propriedade deveria contar, com água corrente e acesso por estrada de rodagem. Na parte de baixada o colono geralmente construía sua casa, plantava um pomar e uma horta, formava um pasto, enfim, produzia o necessário para a subsistência. Nas áreas mais propícias plantava seu cafezal, que constituía a sua fonte principal de renda. De acordo com Herman, a consequência mais importante da obra realizada pela Companhia se traduz na oportunidade que ofereceu aos trabalhadores sem posses de adquirirem pequenos lotes agrícolas, cujas dimensões e modalidade de pagamento eram sempre amoldadas ao desejo dos compradores. Herman destaca que logo que chegavam ao Paraná, os migrantes trabalhavam na derrubada das matas e no plantio do café, e lembra que com este trabalho, conseguiam juntar algumas economias, já com o objetivo de adquirir um lote da Companhia. Herman explica que eram exigidos dez por cento para assegurar a posse da propriedade. Dentro de sessenta dias deveriam completar a entrada com mais vinte por cento do preço total e assinar o respectivo contrato de compromisso. O restante era pago em quatro anos, a saber: dez por cento ao fim do primeiro ano, e vinte por cento no final de cada um dos três anos seguintes. Os juros não ultrapassavam oito por cento ao ano. Na opinião de Herman, esse plano, veio possibilitar a solução do problema do assalariado, que agora poderia transformar-se em proprietário e mudar de categoria econômica e social. Já com relação ao morador recém-chegado Herman esclarece que instalava-se provisoriamente em rancho feito com folhas de palmeiras, esta, que iria sustentá-lo

nas primeiras semanas de luta: de seus troncos fazia esteios para as construções pioneiras; do seu caule obtinha o palmito. Daí seguiria sua atividade até o plantio do café. Nas ruas (de café) plantavam cereais, à volta do rancho plantava árvores frutíferas, à beira d'água plantava capim para os animais. Iniciava criações de porcos e galinhas. Herman diz que assim estava iniciada uma nova vida, que foi a vida nova para milhares e milhares de famílias brasileiras. Segundo ele, era a reforma agrária, racional e democrática, que trazia prosperidade para o Estado e para o País.

Para esclarecer o significado de “reforma agrária” pode-se definir como um conjunto de medidas que objetivam promover a melhor distribuição das terras mediante modificação no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social e o aumento da produtividade, conforme o estatuto da terra.

Continuando com o discurso de Herman Moraes, ele ainda destaca o grande número de pessoas instaladas nas áreas colonizadas pela companhia, elevando em determinado período a densidade demográfica para 90 habitantes por quilômetros quadrados. Destaca também a instalação de cidades pela CTNP/CMNP lembrando que todas as cidades fundadas sob a jurisdição da empresa obedeciam a um plano urbanístico previamente estabelecido que aproveitou o mais possível as características do relevo, com uma divisão em datas, destinadas à construção de prédios comerciais e residenciais, circundado por um cinturão verde repartido em chácaras que servem ao abastecimento da população. Herman explica que os núcleos básicos da colonização foram estabelecidos progressivamente, distanciados cerca de 100 quilômetros uns dos outros, na seguinte ordem: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. Por entre esses núcleos urbanos principais, fundaram-se, de

15 em 15 quilômetros, pequenos patrimônios, cidades bem menores cuja finalidade era servir como centro de abastecimento para a numerosa população rural. (C.M.N.P., 1975, p.123-125).

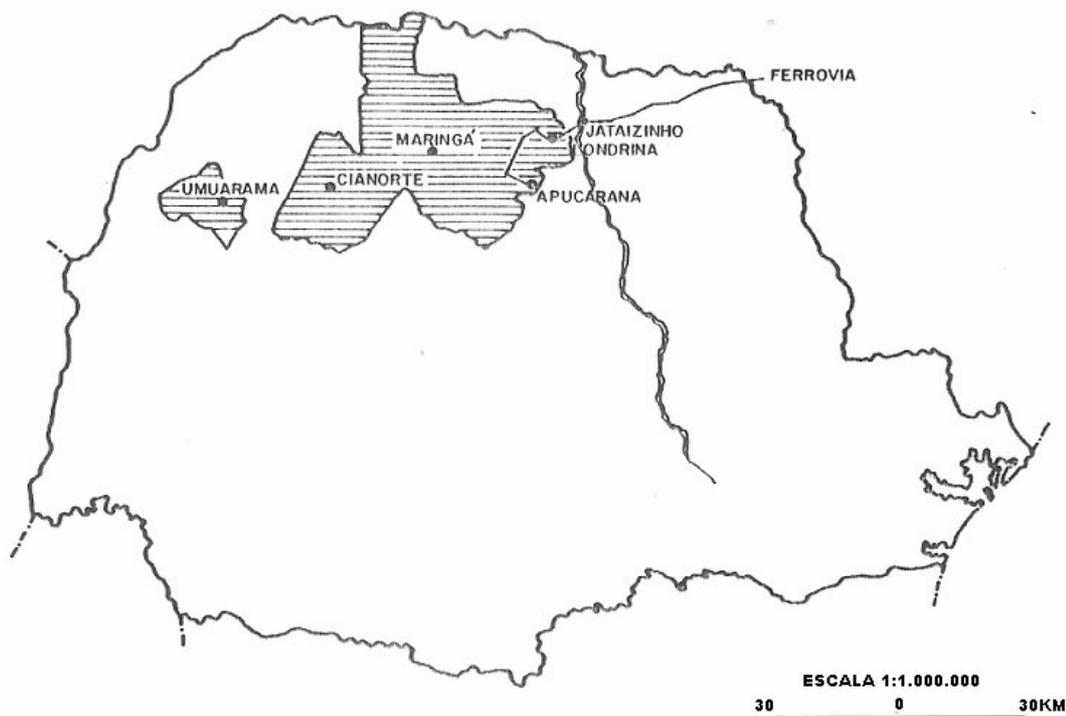


Figura 2 – Mapa da Área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná / Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
Fonte: Padis (1981 p.92).

Se considerada apenas a visão exposta até o momento com relação à colonização do norte paranaense e à ação da CTNP/CMNP e de outras empresas colonizadoras, se pode concluir que, a ocupação dessa região ocorreu de forma pacífica e bem sucedida, por meio de um plano colonizador bastante estruturado e voltado a favorecer a aquisição de terras por parte de pequenos agricultores. Enfim, se pode crer que houve uma verdadeira reforma agrária em terras nunca antes ocupadas e tomadas pela mata virgem. No entanto, ao aprofundar nos estudos com relação ao

processo de colonização desta região, se nota um processo mais complexo do que aparenta ter sido.

Pouco se vê nos estudos realizados com relação à colonização do norte do Paraná uma abordagem que retrate a dinâmica das populações que viviam nessas terras antes de serem “ocupadas” oficialmente. A idéia que tradicionalmente é passada pela maioria dos trabalhos acadêmicos e estudos em geral, é a de que não havia população nesta região até a chegada dos chamados pioneiros, ou se haviam eram em pequeno número e não ocorrendo problemas ou grande resistência por parte desses. “Construiu-se a ideologia de que esses territórios indígenas estavam vazios, desabitados e prontos para serem ocupados. Tal construção ocorreu dentro dos marcos da expansão capitalista que incorporou essas novas áreas ao seu sistema de produção” (MOTA e NOELI, 1999, p. 21-22). Segundo Noeli e Mota, de acordo com estudos arqueológicos, existem habitantes nos territórios que envolvem Maringá há cerca de 7.000 anos, porém se analisados territórios vizinhos pode-se constatar a presença humana a até 11.000 ou 12.000 anos atrás (NOELI e MOTA, 1999, p. 5).

Tomazi também defende a idéia de que a região norte paranaense não era desabitada nem tampouco desconhecida até a ocupação realizada nos séculos XIX e XX. O autor coloca que a região já era “conhecida e esquadrihada por engenheiros, agrimensores, viajantes e que ademais viviam índios e caboclos que conheciam e habitavam esse espaço” (TOMAZI, 1999, p.53). Tomazi defende que a questão das terras no Paraná, e mais especificamente na sua região norte, desde o século XIX, sempre esteve eivada de problemas vinculados à posse/propriedade efetiva da terra. Nesse período, segundo o autor, existiam milhares de posseiros

com suas roças e ranchos, os quais lutaram pelo domínio pleno da terra que ocupavam há muito tempo, contra terceiros, geralmente pessoas e famílias ricas que viviam nas cidades e que se utilizavam dos mais variados expedientes (inclusive a “grilagem” de terras, bem como pistoleiros e “jagunços”) para manter os seus domínios. Tomazi alerta ainda que “muitos capítulos da história da (re) ocupação da terra do Paraná, neste século², foram escritos com fogo e sangue”, o autor cita como exemplo, os movimentos de posseiros ocorridos em Jaguapitã e Porecatu, no início da década de 1950 (TOMAZI, 1999, p.66-67).

Continuando Tomazi questiona a ação da CTNP/CMNP colocando em dúvida a não existência de conflitos nas áreas colonizadas pela empresa. Em diversos estudos, segundo o autor, é comum encontrar argumentos de que a CTNP/CMNP ao comprar terras devolutas se comprometia a indenizar todos os que apresentassem títulos de propriedade, também se fala que os posseiros existentes nessas áreas foram removidos sem conflitos. No entanto, Tomazi questiona a tamanha dificuldade dos posseiros em obterem títulos e ainda a não preocupação dos mesmos com essa questão naquele período. O autor questiona também para onde foram levados os posseiros removidos (TOMAZI, 1999, p.70-72). Para Tomazi “o que se sabe é que a CTNP, como também outras companhias colonizadoras, possuíam uma “guarda particular”, bem como utilizavam-se de “jagunços”, também chamados “limpa-trilhos”, ou “quebra-milho”, para remover e sanear as terras compradas” (TOMAZI, 1999, p. 71).

² O autor se refere ao século XX.

Como se pode perceber, a história da colonização do norte paranaense não esteve livre de conflitos e injustiças. Pelo contrário, ao se analisar, de forma mais profunda, a história da colonização, verifica-se os problemas e processos injustos ocorridos.

Outro fato que é necessário considerar se relaciona à chamada “reforma agrária realizada pelas companhias colonizadoras” e especialmente pela CTNP/CMNP, reforma esta, que insiste em ser proferida, pela própria empresa, como mérito próprio, como aparece na descrição de Hermann Moraes Barros com relação à ação da companhia, já citada anteriormente.

Na descrição de Hermann, e para Vieira, na visão dos fundadores e idealizadores da CTNP/CMNP, realmente era desenvolvido um trabalho valioso pela empresa, uma verdadeira reforma agrária. Vieira coloca ainda, que o que se pode perceber foi um investimento extremamente lucrativo aos banqueiros, e também àqueles agricultores que tinham a possibilidade de comprar terras da companhia, “mas os miseráveis camponeses sem-terra continuavam na vida sofrida de sempre, vendendo a força de trabalho para os que possuíam propriedades, para os que tinham o meio de produção” (VIEIRA, 1999, p.236).

Ao se analisar o histórico da colonização do norte paranaense, os motivos principais apontados para a rápida ocupação da região são: o preço baixo das terras oferecidas para a comercialização; as facilidades para a aquisição das mesmas. Estes motivos realmente contribuíram já que muitos trabalhadores rurais tiveram a possibilidade de adquirir terras aos preços oferecidos nesta região, preços esses possíveis devido à ação das companhias colonizadoras. Em contrapartida, ao

analisar os valores que tais empresas adquiriram essas terras, se nota que as mesmas foram vendidas aos agricultores a preços extremamente elevados.

Além de propriedades rurais a CTNP/CMNP vendeu datas urbanas que lhe proporcionou um bem sucedido investimento imobiliário. Segundo Estrada (1961, p. 49), falando de Maringá, o custo de cada data, para a Companhia de Terras, foi de sessenta centavos (CR\$ 0,60). Um alqueire paulista comporta 35 datas (terreno de 13/40 metros). Sendo assim, ao vender essas datas em média, a cem mil cruzeiros cada uma, a empresa obteve aproximadamente duzentas mil vezes mais o preço do custo.

De acordo com Gonçalves não se pode crer que o loteamento das terras em pequenas e médias propriedades tenha ocorrido por conta de uma preocupação assistencialista que possibilitasse a aquisição de terras por aqueles que não possuíam muitos recursos.

Nos anos 30, deu-se numa época em que diferentes propostas de mudanças no mundo agrário digladiavam-se na cena política brasileira e internacional (...) a preocupação com soluções não latifundiárias (ou não concentradoras da propriedade) para as constantes crises de abastecimento e para a ausência de efetiva diversificação da pauta de exportações agrícolas estava na ordem do dia (GONÇALVES, 1999, p.101).

Na realidade, a idéia de lotear as terras em pequenas propriedades, não fazia parte dos primeiros planos da CTNP/CMNP, de acordo com Tomazi, a princípio os ingleses planejavam vender as terras a fazendeiros, o que só posteriormente foi replanejado. O autor lembra que desde 1916, várias leis que tratavam das terras colocadas à disposição para colonização e dadas em concessão pelo governo paranaense, já determinavam que estas terras seriam divididas em pequenas

propriedades, além de que outras empresas já trabalhavam com este tipo de loteamento. Outro “mito”, segundo Tomazi é o de que o Estado seguiu o modelo estabelecido pela CTNP/CMNP, pois como se viu no parágrafo anterior, o Estado pretendia lotear as terras em pequenas e médias propriedades, já anteriormente ao plano estabelecido pela companhia (TOMAZI, 1999, p.78-79).

Tomazi, em seus estudos ainda destaca um ponto importante quando lembra da idéia difundida em grande parte dos estudos com relação ao norte do Paraná, de que os investimentos realizados pelas empresas privadas de colonização, obtiveram grande êxito e garantiram a ocupação e colonização, sem a participação do Estado. Porém, segundo o autor é preciso considerar que se não fossem as facilidades e as condições que o governo estadual concedeu a essa empresa (CTNP/CMNP), dificilmente ela teria realizado seu plano colonizador (TOMAZI, 1999, p.80).

Quanto à relação do Estado com as companhias colonizadoras e especialmente a CTNP/CMNP, Gonçalves relata outro dado importante. De acordo com o autor, as ligações existentes entre empresários da CTNP/CMNP e representantes políticos eram muitas e variadas, o que deixa claro que não se pode falar na ausência do poder público no processo colonizador do norte novo e novíssimo do Paraná (GONÇALVES, 1999, p.105-106). O mesmo autor cita ainda estudos dos pesquisadores estrangeiros Martin Katzman e John Austin que avaliaram criticamente a ação da CTNP/CMNP e constataram um sucesso empresarial inegável. Porém Katzman aponta: “as vantagens iniciais decorrentes do bom trânsito da CTNP entre burocratas e governantes, o que assegurou custos baixíssimos na hora de comprar terras” (GONÇALVES, 1999, p.116-117).

De modo geral muito se falou na colonização planejada desenvolvida pelas companhias colonizadoras como forma bastante articulada de estruturação e planejamento. O próprio projeto desenvolvido pela CTNP/CMNP com a organização das propriedades de forma que a produção agrícola fosse realizada nas partes altas dos terrenos e as pessoas e animais ocupassem as partes mais baixas, próximas aos rios e córregos foi tido com um plano inteligente que permitiu cultivar as melhores áreas possíveis. No entanto, “é claro que sempre se desconsideraram os problemas referentes ao impacto ambiental” (GONÇALVES, 1999, p.114). Gonçalves lembra que este tipo de organização das propriedades rurais “implicou uma descarga permanente de dejetos e outros materiais nos cursos d’água” (GONÇALVES, 1999, p.114).

Inúmeros outros problemas ambientais podem ser citados como a rápida “dizimação” da floresta pluvial, o assoreamento dos cursos d’água e a forte agrotóxicção do solo. Todos esses problemas aliados à falta de uma cultura conservacionista do solo como, por exemplo, a não utilização de curvas de nível, gerou complicações como, processos erosivos, principalmente na região noroeste do Estado (norte novíssimo) com a incidência do arenito Caiuá, além do desgaste do solo que no período de ocupação parece ter sido visto como inesgotável.

De acordo com Vieira (1999, p.241-242), falando do norte novíssimo, a forma como a área foi desmatada, o grande número de queimadas que acabou por calcinar as terras de arenito fino e a não utilização de curvas de nível, criaram um ambiente de falta de proteção ao solo, que em pouco tempo geraram problemas aos proprietários

de terra da região: baixa fertilidade, a ocorrência de voçorocas, assoreamento dos rios e dos córregos.

Nos contratos firmados entre a CTNP/CMNP e os compradores de terras, a empresa determinava que os mesmos preservassem em suas propriedades uma área de 10% de mata nativa, determinação esta que não foi cumprida pela maioria dos proprietários. No entanto como lembra Gonçalves (1999, p.115), não cabe responsabilizar somente aos proprietários, pois a própria CTNP/CMNP descumpria a legislação ao exigir a preservação de 10%, já que a lei previa 25% de preservação das matas originais em cada propriedade. Paula também destaca esta questão.

A colonização adquiriu, no entanto, características profundamente destrutivas ao ecossistema ali existente. Contudo, isto poderia ter sido evitado, caso a CTNP houvesse respeitado a lei. Havia uma cláusula no contrato de compra das terras do Estado pela companhia em que esta acordava em preservar 10% da área adquirida. Ao vender as terras, a companhia repassava aos adquirintes a responsabilidade. Os adquirintes, por sua própria conta, não respeitavam a lei, salvo em raríssimas exceções, e o Estado e a CTNP eximiram-se de fiscalizar o seu cumprimento. Apenas as áreas pertencentes à própria CTNP é que foram preservadas (PAULA, 1999, p.410).

Como se percebe houve um “jogo de empurra” com as questões referentes à preservação ambiental, a responsabilidade foi sendo transferida e no final as conseqüências ficaram evidentes a todos, gerando problemas em muitos casos irreversíveis ou extremamente difíceis de serem resolvidos.

Além de todas as observações feitas até o momento sobre as dificuldades e problemas muitas vezes ocultados nos estudos a respeito da colonização do norte do Paraná, é importante destacar ainda as condições de vida encontradas pelos primeiros compradores de terra na região. Como se pode imaginar, o trabalho era

árido e contínuo, as condições de moradia eram precárias, sem contar a proliferação de doenças como a malária.

Como coloca Gonçalves (1999, p. 117-118), o norte do Paraná foi amplamente difundido pela publicidade em outras regiões do país. A região foi chamada de “A Nova Canaã”, “Eldorado”, “Terra onde se anda sobre o dinheiro”, “Terra da Promissão”. Neste sentido a área tornou-se bastante conhecida e a ação colonizadora extremamente simpática para jornalistas, escritores, pesquisadores e políticos.

Muitas pessoas foram atraídas à região por conta dessa publicidade, porém muitos dos que vieram depararam-se com uma realidade bastante diferente da que imaginavam. Em muitos casos, eram enganados pelos “picaretas”, como eram chamados os agentes de terras, que de acordo com Vieira eram os...

Verdadeiros bandeirantes do século XX (...). Exatamente porque faziam uso de expedientes, até honestos, para vender um lote de terra. Alcançar o objetivo da venda era o paradigma fundamental que justificava qualquer logro: mentir, falsear, falsificar documento, roubar, matar. Enfim, podia-se ser até honesto, desde que vendesse (VIEIRA, 1999, p.12).

Muitos dos compradores de terra ao irem à área comprada, encontravam a terra já sobre a posse de outros e controladas por “jagunços” que armados, ameaçavam aqueles que tentassem se apossar. Em outros casos, encontravam terras de má qualidade, repletas de “cascalhos ou pedras” impróprias ao cultivo. Esses e outros acontecimentos geraram muitas reclamações para com a CTNP/CMNP que em muitos casos substituía as terras por outras. No entanto, muitos dos que vieram ao Paraná com o sonho de construir uma nova vida, retornaram à terra de origem

decepcionados com o que encontraram no estado, e contrariados muitas vezes por terem sido enganados pelas propagandas ou pelos “picaretas”.

Como se pode perceber o processo de ocupação e colonização do norte paranaense, não deve ser entendido como um processo pacífico e livre de problemas de todas as esferas (ambientais, sociais). Enfim, apesar de ter sido um plano bastante elaborado que obteve sucesso do ponto de vista empresarial, tem-se que reconhecer as dificuldades e problemas gerados a partir da forma em que foi desenvolvido.

Como se sabe, o café foi o produto agrícola principal implantado na região norte paranaense no período da colonização. Nas áreas de produção do café, é possível cultivar outros produtos agrícolas como: o feijão e o arroz que eram utilizados para o consumo familiar, além do plantio de milho que servia de alimento para os animais: porcos e galinhas. Era comum ainda a formação de um pasto no fundo do sítio, para a criação de vacas que forneciam leite e carne para consumo familiar. Com relação aos produtos como: milho, feijão, arroz e ainda os animais, o que se produzia em excesso era vendido, mas o objetivo da produção era o consumo familiar.

Confira no gráfico 1 os principais produtos da agricultura paranaense no período de 1960/1980 e observe a participação da cafeicultura, principalmente nas décadas de 1960 e 1970. Considerando que a cafeicultura paranaense se restringiu quase que completamente ao norte do estado, a participação no total foi bastante grande.

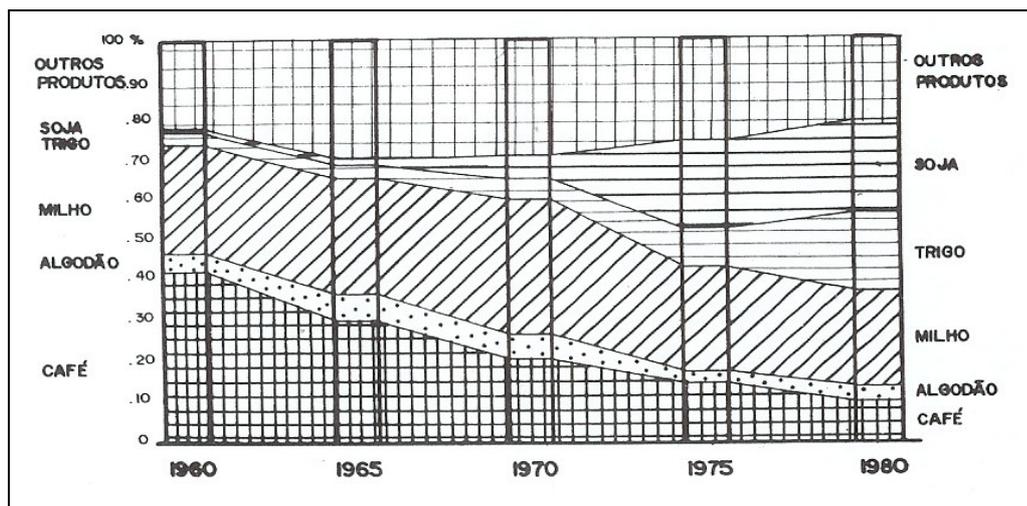


Gráfico 1 – Principais produtos da agricultura paranaense, participação sobre o total em relação a área plantada 1960/1980

Fonte: Alegre e Moro (1986, p. 66).

A política da produção cafeeira no norte do estado, aliado à produção das culturas intercalares³ favorecia a formação de pequenos proprietários o que resultou em uma tendência pré-existente em São Paulo.

Nesta perspectiva é que foi interessante para a CTNP/CMNP desenvolver um plano voltado à implantação da cafeicultura e da divisão dos lotes de terra, em pequenas propriedades.

No total, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná colonizou uma área correspondente a 546.078 alqueiras (sic) de terras, ou 1.321.499 hectares, ou ainda cerca de 13.166 quilômetros quadrados. Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área variável entre 5 e 30 alqueires, e cerca de 70.000 datas urbanas com média de 500 metros quadrados.(C.M.N.P., 1975, p.133).

Foi preciso ligar por rede viária a parte comprada pela CTNP à região norte que já estava ocupada e posteriormente ligá-la a São Paulo. Foram então construídas estradas tanto dentro da área a ser colonizada como ligando a São Paulo, também

³ Produtos agrícolas cultivados entre os pés de café, principalmente milho, arroz e feijão;

foi adquirida em 1928 a Cia ferroviária São Paulo Paraná, “o projeto entra em execução com a fundação de Londrina em 1929, como sede regional da Cia. de Terras Norte do Paraná”. (MORO, 1998, p.7). A partir de então houve o reconhecimento e a repartição das terras pertencentes à CTNP.

Todo este processo fez desta região paranaense um pólo de atração populacional, principalmente de paulistas e mineiros, mas também de nordestinos, sem contar os imigrantes estrangeiros.

Entrou no Estado um número muito significativo de descendentes de europeus e asiáticos, nas frentes pioneiras que aqui chegaram. No norte do Paraná entraram centenas de milhares de descendentes de italianos, espanhóis, portugueses, japoneses etc, atraídos que foram pela expansão da economia cafeeira. Esta é a chamada frente nortista (WACHOWICZ, 2002, p.157).

Este processo prosseguiu até aproximadamente os anos de 1960. Durante esse tempo foram surgindo inúmeras cidades (e alguns distritos), a maioria criada pela própria companhia e outras por outros grupos. As cidades mais representativas criadas pela companhia são: Londrina (1934), Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955).

Vieira, em sua obra “Jacus e picaretas”, de 1999 (p.381), traz a lista de cidades (e distritos), formadas pela CTNP/CMNP:

- | | | |
|---------------------|----------------------|----------------------------|
| 1. Água Boa | 22. Inajá | 43. Perobal |
| 2. Apucarana | 23. Indianópolis | 44. Rolândia |
| 3. Arapongas | 24. Itacolomi | 45. Sabáudia |
| 4. Aricanduva | 25. Ivaitinga | 46. São João do Caiuá |
| 5. Astorga | 26. Jandaia do sul | 47. São Jorge do Ivaí |
| 6. Atalaia | 27. Japurá | 48. Santo Antonio do Caiuá |
| 7. Aquidabam | 28. Jussara | 49. S. M. do Cambuí |
| 8. Barão de Lucena | 29. Lobato | 50. São Manoel |
| 9. Belém | 30. Londrina | 51. São Lourenço |
| 10. Bonsucesso | 31. Lovat | 52. São Pedro do PR |
| 11. Cambé | 32. Malu | 53. São Tomé |
| 12. Camargo (Dr) | 33. Mandaguari | 54. Sarandi |
| 13. Castelo Branco | 34. Marabá | 55. Sumaré |
| 14. Cedro | 35. Maringá | 56. Terra Boa |
| 15. Cianorte | 36. Maristela | 57. Tuneiras do Oeste |
| 16. Cruzeiro do Sul | 37. Marialva | 58. Uniflor |
| 17. Floraí | 38. Marques dos Reis | 59. Umuarama |
| 18. Guadiana | 39. Marumbi | 60. Valência |
| 19. Heimtal | 40. Nova Esperança | 61. Vidigal |
| 20. Iguaritê | 41. Paissandu | 62. Warta |
| 21. Iguatemi | 42. Pirapó | |

2.2 A OCUPAÇÃO E CRIAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUNEIRAS DO OESTE

Ligada à estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades e das pequenas estruturas urbanas criadas pela CTNP/CMNP, tem-se a criação de Tuneiras do Oeste em 1952. O município faz parte da micro-região de Cianorte, juntamente com os municípios de Cianorte, Cidade Gaúcha, Guaporema, Indianópolis, Japurá, Jussara, Rondon, São Tomé e Tapejara (PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE, 2005).

A ocupação do município de Tuneiras do Oeste foi intensificada principalmente a partir de 1950, quando a expansão dos cafezais atingiu a chamada gleba Umuarama, no noroeste do estado (norte novíssimo), por meio da colonização realizada pela CTNP/CMNP e também pela colonização oficial realizada pelo Estado. “Rumo ao noroeste, na década de 1950, os cafezais foram se estendendo, levando o povoamento mais para o interior, e conseqüentemente a criação de novos municípios” (CANCIAN, 1981, p.111).

Ferreira (1996, p. 694) fala sobre a ocupação do território tuneirense.

No ano de 1.946 estabeleceu-se na localidade conhecida como sertão de Guairá, o Sr. Jorge Lopes, nomeado pelo governo do Estado da Guarda Florestal. A colonização da região teve início em 1951, com a vinda das famílias de Hilário José da Silva, Antonio Rodrigues Bara, Joaquim Gonçalves da Luz e José Cícero da Silva, que ali se fixaram (...). As terras da região eram devolutas, e foram cedidas pelo governo do Estado aos colonos, que deram início à formação de um povoado, ao qual denominaram de Tuneiras.

Em edição especial de 16 de Julho de 2005 do jornal local “O Tuneirense”, ao comemorar os 45 anos da cidade, trouxe um pouco do histórico da mesma:

As primeiras ocupações do município foram registradas às margens da Estrada Boiadeira (BR-487), que já era utilizada pelos desbravadores no século XVI. As áreas ocupadas concentravam-se inicialmente no sul da estrada e só na década de 1970 a área situada mais ao norte foi colonizada pela Companhia Melhoramentos do Paraná (sic). Em 1946, Jorge Lopes foi nomeado guarda florestal pelo governo do Estado, instalando-se na região. No início da década de 50, famílias de posseiros refugiados e sobreviventes do “Massacre de Porecatu”, vieram à região e ocuparam as terras devolutas cedidas pelo Estado. Estes foram seguidos por famílias provenientes de outras localidades (p.02).

Levando em conta as colocações acima (FERREIRA, 1996, p.694 e JORNAL O TUNEIRENSE, 2005, p.02), sobre a ocupação de Tuneiras do Oeste, entende-se que a área colonizada pela CTNP/CMNP se localiza na região mais ao norte do município, e a área colonizada pelo estado, mais a sul.

Apesar do município de Tuneiras do Oeste não possuir as famosas “terras roxas” tão procuradas para o cultivo do café, também dedicou uma parte considerável de suas terras à produção cafeeira. Apresenta diversos bairros rurais, dos quais alguns se especializaram na cafeicultura, com ênfase para o Bairro Concórdia que sempre se destacou na produção cafeeira no município.

O município de Tuneiras do Oeste (figura Nº 3) foi fundado como patrimônio em 1952 pertencendo inicialmente ao município de Peabiru, passando em 28 de novembro de 1954 pela Lei 253/54 para o município de Cruzeiro do Oeste. Em 25 de abril de 1955 foi elevada a categoria de distrito pela Lei Municipal Nº 12. Tuneiras do Oeste, a princípio comarca de Cruzeiro do Oeste, desmembrado do mesmo e de Cianorte em 25 de Julho de 1960 pela Lei Estadual Nº 4245, foi então elevado à

categoria de município e instalado em 15/11/1961 (PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE, 2005). Possui uma área de 702 km², ocupa a 71^a posição em extensão territorial no Estado (IBGE, 2005).

A emancipação no início da década de 1960 está associada principalmente à maior independência econômica atribuída ao município. Como a colonização teve início no final da década de 1940 e começo da década de 1950, já na década de 1960, o setor agropecuário se encontrava mais desenvolvido, ou seja, as pastagens já formadas, os cafezais já plantados e produzindo, e ainda a expansão do cultivo de lavouras diversas como arroz, feijão e milho. Além da organização do sistema agropecuário, houve também o desenvolvimento do comércio e uma estruturação maior da cidade em si, ou seja, igreja, escola, atendimento médico, representantes dos interesses da comunidade.

Todos esses fatores foram essenciais para que o município adquirisse independência e pudesse emancipar-se, e embora a cafeicultura não tenha tomado as proporções de monocultura no município, como adquiriu em outras regiões, por conta de fatores como o clima e o solo impróprios em várias áreas, foi por meio da cafeicultura e de sua expansão rápida pelas terras do norte paranaense, que o município de Tuneiras do Oeste foi ocupado e colonizado neste período. Além disso, a produção do café com a abundante mão-de-obra utilizada e sua importância econômica, é que gerou a atração populacional e a ocupação do município.

Cancian (1981, p.105), fala sobre o norte novíssimo de Umuarama, da qual faz parte o município de Tuneiras do Oeste e do período de sua ocupação. “Inexistente em

1950, suas terras passaram a ser ocupadas pela agricultura a partir desse ano. Em 1960 uma das maiores áreas agrícolas do Paraná apresentava alta concentração em torno do café”.

Como se pode notar foi o café o grande atrativo para as pessoas que chegavam ao município de Tuneiras do Oeste, no início da colonização, confirmando uma tendência comum no estado do Paraná, principalmente em sua região norte, ou seja, a cafeicultura como o primeiro fator de atração populacional da região.

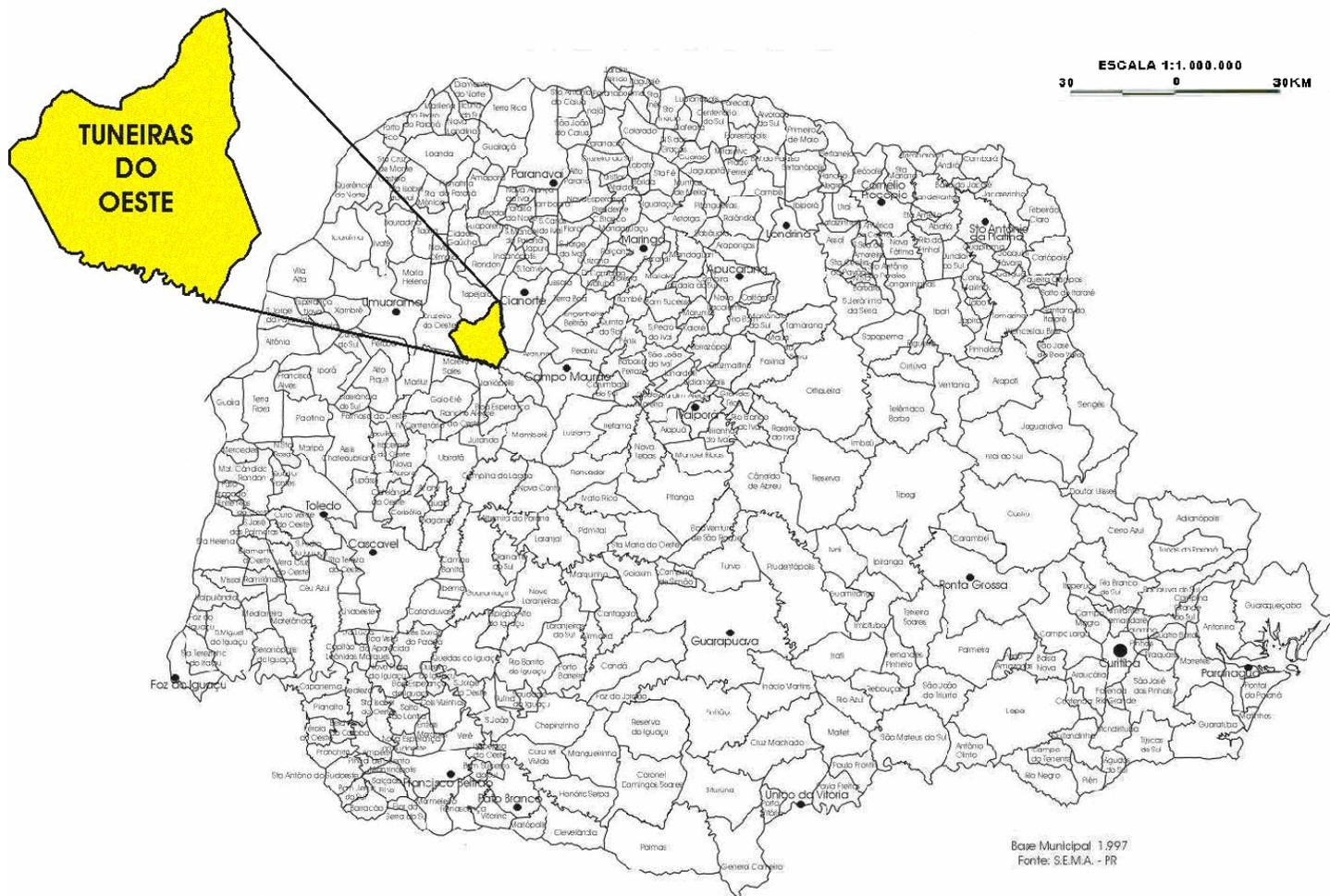


Figura 3– Mapa de localização do município de Tuneiras do Oeste
 Fonte: SEMA-PR, organizado por BODDY, Marcelo, 2006.

2.3 BAIRRO CONCÓRDIA E SUAS CARACTERÍSTICAS GEOECONÔMICAS E CULTURAIS

O Bairro Concórdia localiza-se no município de Tuneiras do Oeste, noroeste do estado do Paraná, região Sul do Brasil. Tuneiras do Oeste situa-se entre os rios Piquirí e Ivaí, na bacia do Rio Paraná. Faz divisa com os municípios de Tapejara a norte, Moreira Sales, Farol e Janiópolis ao sul, Araruna e Cianorte, a leste e Cruzeiro do Oeste, a oeste. Fica a 563 Km de Curitiba, capital do Estado do Paraná (PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE, 2005).

Apresenta clima subtropical úmido mesotérmico, com verões quentes e geadas pouco freqüentes, com tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, sem estação seca definida. A média das temperaturas dos meses mais quentes é superior a 22 graus centígrados e a dos meses frios é inferior a 18 graus centígrados (IBGE, 2005).

Tuneiras do Oeste faz parte da Associação dos municípios da região de Entre-Rios (AMERIOS) com mais 31 municípios, entre os quais se destaca Umuarama, que segundo dados do IBGE (2005) possui uma população de 95.237 habitantes. O nome Tuneiras surgiu devido à existência de cactos, conhecidos na região por Tunas.

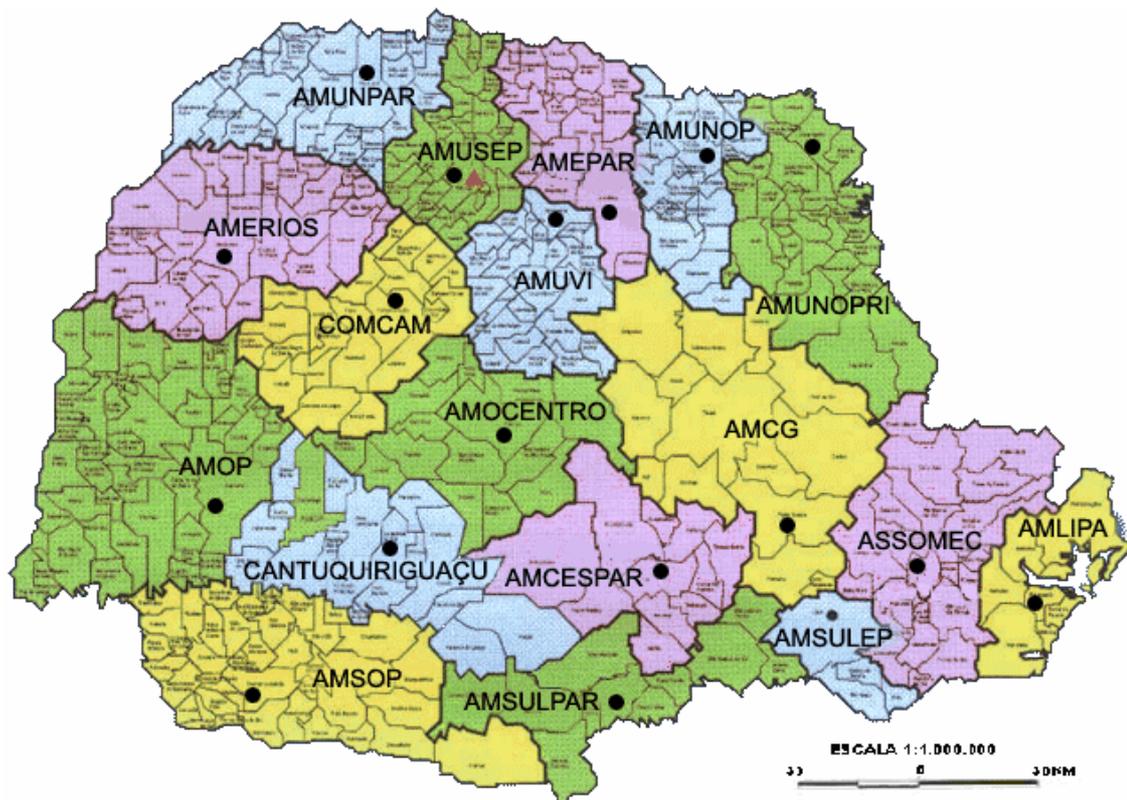


Figura 4– Mapa de localização espacial da AMERIOS
 Fonte: Prefeitura Municipal de Tuneiras do Oeste, 2006;

O município possui hoje três distritos administrativos – Tuneiras do Oeste, Aparecida do Oeste e Marabá, além de inúmeros bairros rurais, entre os quais o Bairro Concórdia que foi uma das principais áreas produtoras de café do município. Segundo dados do censo de 2004 o município possui uma população de 9.013 habitantes, sendo que no auge da cafeicultura já chegou a ter 19.945 habitantes (tabela 1).

Tabela 2 – Histórico da população urbana e rural de Tuneiras do Oeste

PERÍODO	URBANA	RURAL	TOTAL
1960	2.632	17.313	19.945
1970	2.509	17.329	19.838
1980	3.285	9.007	12.292
1991	6.030	5.430	11.460
1996	4.698	4.481	9.179
2000	5.165	3.845	9.010

Fonte: IBGE/IPARDES (Censos de 1960, 1970, 1980, 1991, 1996,2000). Org. CHIES, 2007.

Como se pode perceber na tabela 1, a década de 1980 apresentou uma queda importante da população do município, sendo que a população rural foi reduzida em mais de 50% (de 17.329 habitantes na década de 1970 para 9.007 na de 1980), tendo a população urbana aumentado em mais de 30% neste mesmo período (de 2.509 habitantes para 3.285). Já em 1991 foi registrada outra queda de quase 40% da população rural enquanto que a urbana aumentou em mais de 80%, com essa dinâmica, a população urbana já se tornou maior que a rural neste período.

Tendo em vista que a população rural diminuiu em quase 40% no período de 1980 a 1991 (3577 habitantes) e a urbana aumentou em mais de 80% (2745 habitantes), se pode fazer o seguinte questionamento: o aumento da população urbana neste período se deve em grande parte à migração rural/urbana municipal?

Esta questão é complexa, pois não foram encontrados dados disponíveis que possam comprovar tal hipótese. Porém ao se analisar o contexto histórico e as informações transmitidas na pesquisa de campo são possíveis fazer algumas inferências preliminares.

Acredita-se que de 1980 a 1991, grande parte da população rural do município migrou para a área urbana do próprio município. A princípio esta hipótese se baseia

na existência de uma relação entre as dinâmicas da área rural e da área urbana do município por conta de que como se vê na tabela 1, até a década de 1990 em todas as vezes que a população rural diminuía a urbana aumentava, ou vise-versa. Com relação à diferença significativa apresentada entre a área rural e urbana, de 1980 a 1991, ou seja, a maior perda populacional da área rural que o ganho populacional da área urbana, se deve ao fato de que a área urbana não oferecia emprego e condições de vida para abrigar toda a população saída da área rural do município, que se apresentava numerosa.

Outro fato que leva a crer que o crescimento da população urbana na década de 1980 não se deve à pessoas provindas de outros municípios, é que o município de Tuneiras do Oeste não apresentava nenhum dinamismo na geração de emprego e renda, ou seja, não era uma área atrativa, por isso não haveria uma lógica na atração de pessoas de outras áreas. Pelo contrário, neste período o município se configurava como uma área de repulsão de população por conta da substituição do café por culturas que exigiam menos mão-de-obra. Neste caso, as circunstâncias levam a crer que as pessoas que incrementaram a população urbana municipal na década de 1980, são principalmente aquelas provindas da área rural do próprio município.

Ainda com base na tabela 1, de 1991 a 1996 registrou-se queda de quase 20% da população rural e também queda de mais de 20% da população urbana. A queda da população rural, neste período não causa admiração, pois à medida que as técnicas mais modernas foram sendo incorporadas à produção agrícola municipal, a tendência era a de que a população rural diminuísse. No entanto a população

urbana neste período também diminuiu, diferente da década anterior. Acredita-se que este fato está relacionado à falta de oportunidades de emprego gerada pelo aumento da população urbana do município no período anterior que gerou a necessidade de mais empregos e já que não houve incremento de novos postos de trabalho, muitas pessoas, sobretudo os jovens passaram a buscar em outros locais, principalmente em grandes cidades, novas oportunidades. Já de 1996 a 2000 a população rural continua em decréscimo, desta vez de quase 15%, enquanto que a urbana torna a crescer em quase 10%, tal aumento em números significa 467 pessoas, aumento que deve estar relacionado ao crescimento vegetativo e também à migração rural urbana.

Como se observa a partir da década de 1980 a queda da população rural se tornou acentuada gerando uma grande diminuição da população total do município e gerando também uma maior concentração na área urbana. Esta dinâmica esteve ligada à produção cafeeira, pois a população se tornou mais concentrada na área rural, de 1950 a 1970 devido ao trabalho relacionado à cultura do café. Com a substituição desta cultura iniciada a partir da década de 1980, a população rural passou a diminuir consideravelmente. Esses índices também são confirmados quando se observa a densidade demográfica do município no período de 1960/2000 (tabela 2).

Tabela 3 – Evolução do índice de densidade demográfica no município de Tuneiras do

PERÍODO	Oeste	DENSIDADE DEMOGRÁFICA/ HAB/KM ²
1960		28,93
1970		28,48
1980		17,65
1991		16,45
1996		13,18
2000		12,94

Fonte: IBGE/IPARDES (Censos de 1960, 1970, 1980, 1991, 1996,2000). Org. CHIES, 2007.

Sendo o Bairro Concórdia uma das principais áreas produtoras de café no município, conseqüentemente, apresentou grande queda populacional neste período.

O Bairro Concórdia está situado a aproximadamente 5 km da sede do município e localiza-se à direita na BR 479, saída para Cianorte (Figura 5). As terras pertencentes ao Bairro fazem divisas em algumas partes com o município de Tapejara que se localiza ao norte de Tuneiras do Oeste. As características que apresenta permitem classificá-lo como bairro rural, que segundo Antonio Candido é definido da seguinte forma:

(...) o bairro rural é uma unidade social mínima, "intermediária entre o grupo familiar e outras formas mais complexas de solidariedade social". Unidade esta que se caracteriza como um grupo de vizinhança que se reúne para trabalhos de ajuda mútua e participa de festejos religiosos locais, não compreendendo, necessariamente, urna divisão administrativa (CANDIDO apud FUKUI, 1979, p.67).

O Bairro Concórdia foi uma área comprada, loteada e vendida pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP)⁴, O Bairro se constitui em uma das áreas do município de Tuneiras do Oeste em que foi possível a produção do café por

⁴ Para melhores esclarecimentos, verificar no item 2.1.

possuir uma localização privilegiada, não apresentando altos índices de geadas, como em outras áreas.

A partir de 1950, com a rápida expansão do café para a região noroeste do Paraná, a cafeicultura passou a ser intercalada com culturas temporárias e formação de pastagens, principalmente devido à incidência do arenito Caiuá⁵ (solo dominante no município de Tuneiras do Oeste). Em outras áreas do município não houve plantio de café, ao contrário do Bairro Concórdia onde houve predomínio desta cultura.



Foto 1 – Agricultores em meio à lavoura no Bairro Concórdia (década de 1970)

Fonte: Pesquisa de campo⁶

⁵O Arenito Caiuá, abrange uma área de aproximadamente 70.000 km² na região noroeste do estado do Paraná. Apresenta uma composição entre 85 a 90% de areia e somente de 10 a 15% de argila, tal composição o torna mais susceptível à erosão e ainda pode gerar níveis críticos de fertilidade.

⁶ As fotos antigas apresentadas neste trabalho foram fornecidas por moradores e ex-moradores do Bairro Concórdia, sendo que houve a permissão dos mesmos para utilizá-las. Os moradores não souberam informar as datas exatas de algumas fotos.

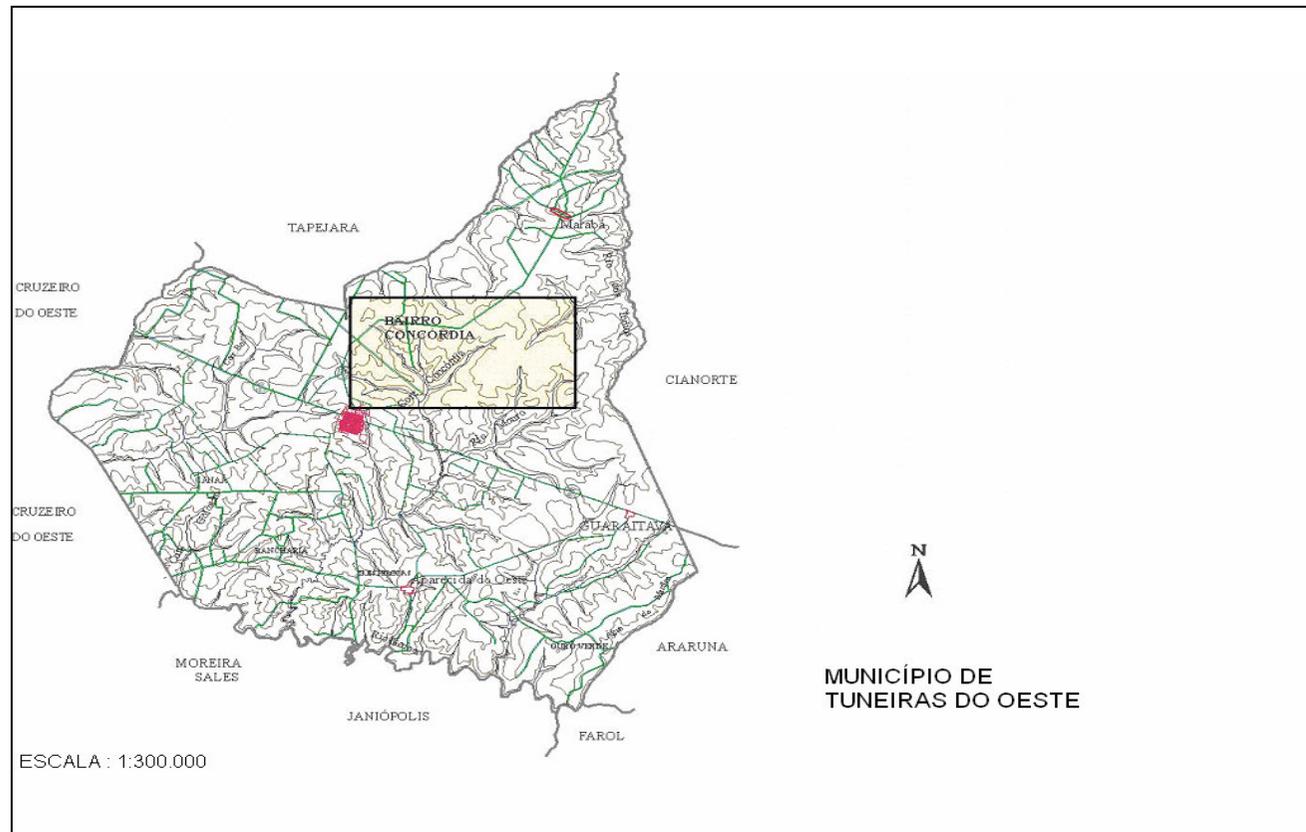


Figura 5 – Mapa de localização do Bairro Concórdia no município de Tuneiras do Oeste⁷
 Fonte: Prefeitura Municipal de Tuneiras do Oeste. Organizado por BODDY, Marcelo, 2006.

⁷ A área destacada representa aproximadamente as terras que fazem parte do Bairro Concórdia e que são objeto deste estudo e mais algumas partes de outros bairros rurais que apresentam a mesma dinâmica territorial que o Bairro Concórdia.

O modelo de loteamento estabelecido pela CTNP/CMNP permitiu o desenvolvimento da agricultura familiar aliada à agricultura de subsistência. Tendo o Bairro Concórdia feito parte do plano colonizador da CTNP/CMNP, sua estrutura fundiária caracterizou-se por pequenas propriedades, onde se tem a frente das propriedades (espigão), voltada para a estrada, e os fundos para o curso de água. Nos espigões onde os solos apresentam melhor qualidade, era plantado o café, principal produto econômico no período. Oliveira (2001, p.51) destaca que “nas pequenas propriedades, também como nas capitalistas, existe a presença da renda diferencial, obtida nos terrenos mais férteis e mais bem situados”. Próximo ao curso de água onde o solo apresenta menor qualidade e os riscos de geadas são maiores, formava-se um pequeno pasto para criação de gado voltado ao consumo familiar de leite e carne. Observe na foto N° 2 a estruturação descrita neste parágrafo.



Foto 2 – Imagem aérea de propriedade rural no Bairro Concórdia, 1986;
Fonte: Pesquisa de campo

No fundo das propriedades, também eram construídas as casas dos proprietários, que moravam e trabalhavam em suas terras, e ainda, essas áreas mais baixas, voltavam-se à formação de pomares e hortas, e à construção de tulhas para guardar o café, e terreiros para a secagem. Entre os pés de café era plantado principalmente, arroz, feijão e milho, ou seja, produtos de subsistência para a família, o milho, principalmente, para alimentar os animais que eram criados, como porcos e galinhas (observe na foto N° 3 o trabalho com uma das culturas intercalares, o feijão).



Foto 3 – Trabalho de preparo do feijão para o consumo (secagem e retirada dos grãos da vargem), década de 1970.

Fonte: Pesquisa de campo

Além das pequenas propriedades o bairro abriga uma área da fazenda Tuneira, na época produtora de café, pertencente à CTNP/CMNP. Essa fazenda fez parte do processo dinâmico de mudanças introduzidas na cafeicultura paranaense pela CMNP. Em 1953 essa companhia, ao final do seu plano de colonização, quando a quase totalidade de suas terras já estavam vendidas, e vigorando os preços mais altos da história do café até aquela data, iniciou nas áreas que ainda lhe restavam, a formação de fazendas.

Em bases racionais, sob a orientação de agrônomos e realizando experiências de modernização, foram formadas as fazendas Pitanga e Uniflor, em Nova Esperança; Fartura e Ipiranga, em Paranacity; Guanabara em Paranapoema; Tuneira, em Tuneira D'Oeste; Zona 5 - Cianorte, em Cianorte; além de outras como a Mururê, Boa Esperança, Tucano, Porangatu e São Francisco, num total de 2.130.000 cafeeiros (CANCIAN, 1980, p.130).

A área da fazenda Tuneira localizada no bairro, era recoberta por pés de cafés. Para realizar as atividades exigidas pela cafeicultura, a CMNP contratou aproximadamente 80 famílias para trabalhar e morar na fazenda, das quais aproximadamente 40 residiam no Bairro Concórdia. O local onde essas famílias moravam era chamado de sede. As casas eram organizadas umas próximas às outras e com as mesmas características, todas de madeira.

Praticamente todas as casas do bairro eram de madeira, a maioria sem pintura e sem forro entre as telhas e as paredes, caracterizando-se como humildes e simples. Até a década de 1980 aproximadamente, não era comum a utilização de chuveiros elétricos e vasos sanitários, apesar de a maioria da população já contar com a energia elétrica, por isso os banheiros das casas contavam com o “chuveiro-balde”, onde se colocava água, erguia-o com uma corda por meio de uma carretilha e abria-se a ducha para cair a água. Para atender as necessidades fisiológicas era comum a construção dos chamados “mictórios/mitórios ou casinhas”, uma espécie de cômodo construído no quintal em cima de um buraco no solo, que servia como depósito das fezes e da urina.

Segundo informações dos moradores e ex-moradores do bairro, nas primeiras duas décadas da produção cafeeira, mais precisamente nas décadas 1960 e 1970, já que na década de 1950 o café estava em formação, foram obtidas boas colheitas, e, portanto, bons rendimentos. Verificou-se na investigação, que mesmo com as boas colheitas e os bons rendimentos, os moradores não investiam em melhorar a estrutura de suas habitações, mesmo porque não consideravam este item fundamental, quando tinham uma boa colheita, obtendo bom lucro, investiam preferencialmente em terras. A preferência pelo investimento em novas terras aparece na colocação de Lamarche.

Os agricultores investiam preferencialmente em terras, confirmando uma tendência das comunidades camponesas, ou seja, a reprodução da família pelas gerações subseqüentes com a construção do patrimônio familiar. Se a função de subsistência está bem presente no modelo camponês, ele não se reduz jamais a isto; há neste modelo, profundamente arraigada, uma vontade de conservação e de crescimento do patrimônio familiar (LAMARCHE, 1994, p.270 apud WANDERLEY, 2001, p.30).

Averiguou-se que de 1950 a 1970, o café ocupava praticamente todas as propriedades rurais do Bairro Concórdia. Segundo a descrição dos trabalhadores, a lida com o café era diária: carpir⁸, pulverizar, adubar, fazer a arruação⁹, colher, realizar a abanação do café¹⁰, ensacar, esparramar no terreiro, mexer o café para secar, amontoar ao entardecer e cobrir com lona para não umedecer com o orvalho da noite, plantar as culturas intercalares, colhê-las, bater o feijão para tirar a palha, socar o arroz. Como se pode notar, as atividades eram inúmeras e variadas, sem contar o trato dos animais, o conserto ou a construção de tulhas¹¹, terreiros para secagem de café, paióis¹², entre outras atividades.

Alguns informantes do Bairro Concórdia esclarecem que todas estas tarefas exigiam um bom número de trabalhadores, além de um dispendioso tempo. Como no Bairro as propriedades eram pequenas, a própria família se encarregava de executá-las, porém todos os membros deveriam estar envolvidos. Em entrevista, uma moradora (moradora F¹³, que reside no bairro desde 1977), conta que as crianças a partir dos 8 anos já começavam a ajudar nos trabalhos domésticos, recolher lenha, levar comida na roça para os pais. Os meninos com 11 ou 12 anos iam para a lida na roça e as meninas nesta mesma idade, deveriam saber cuidar de uma casa, cozinhar, limpar, enfim, ajudar nas tarefas diversas. Silvestro, a esse respeito destaca que na:

(...) agricultura familiar, os filhos e filhas integram-se aos processos de trabalho – auxiliando a conduzir os animais, acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando na casa – desde muito cedo. Aos poucos vão

⁸ Limpar do mato (uma roça);

⁹ Retirar as folhas que caíam debaixo dos pés de café e amontoá-las entre as fileiras de pés de café, deixando o solo limpo e plaino para que os grãos ao serem colhidos, pudessem ser recolhidos com mais facilidade;

¹⁰ No caso, se refere a passar o café colhido em uma peneira própria a esse fim, para separar os grãos de folhas, terra, etc;

¹¹ Espécie de silo utilizado para armazenar o café colhido e seco até o momento da venda.

¹² Local de armazenamento dos produtos intercalares, principalmente milho, mas também feijão, arroz e outros.

¹³ Adotou-se como metodologia para o desenvolvimento do trabalho, a aplicação de uma letra para a identificação de cada entrevistado.

assumindo atribuições de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento. (SILVESTRO, et al, 2001, p. 27).

A mesma moradora (F) diz durante a entrevista que as mulheres ajudavam na roça e cuidavam da casa e dos filhos, e que aos homens cabiam as tarefas de trabalhar na roça, comercializar os produtos, comprar os produtos necessários da cidade ou da venda. Conta também que as moças ajudavam na roça, principalmente se a família fosse constituída de várias filhas mulheres, caso contrário os pais não dariam conta do trabalho. Sobre a função das mulheres e dos homens numa produção agrícola familiar, Fukui destaca:

A mãe é realmente o centro da vida familiar; se sobre o ponto de vista da autoridade a família é patrifocal, do ponto de vista da organização das relações ela é, ao contrário, matrifocal. A mãe assegura a existência e a continuidade da célula familiar. Ela está sempre ocupada no trabalho da roça, na indústria caseira, no conjunto de trabalhos domésticos; além do mais ocupa-se com a educação dos filhos, cuida dos velhos e dos doentes. Por todos estes afazeres, tem uma vida mais estreitamente ligada ao sítio do que o marido, que tem ocupações fora, embora decorrentes do trabalho no próprio sítio também (FUKUI, 1979, p.157).



Foto 4 – A participação feminina nos trabalhos da lavoura (década de 1980)
Fonte: Pesquisa de Campo.

Como o café exigia grande mão-de-obra e as famílias geralmente eram numerosas, por conseqüência o bairro populoso, as relações comunitárias eram comuns, existia, por exemplo, a troca de produtos, a ajuda entre vizinhos para a realização de trabalhos mais complexos e demorados, o empréstimo de equipamentos e animais, enfim, as relações comunitárias eram muitas. Sobre ajuda mútua e relações sociais nos bairros rurais Fukui destaca:

As unidades sociais mais amplas do que as unidades familiares são formadas, segundo definição de Marc Bloch, por "indivíduos que exploram a mesma localidade onde as casas se erguem próximas umas às outras, no mesmo logradouro (hameau) ou aldeia e que não vivem apenas lado a lado, mas estão ligados por relações, econômicas e sentimentais: é a vizinhança". As relações econômicas implicam quase sempre a ajuda mútua, empréstimo de animais, trocas de trabalho, o que permite viver melhor, contando com uma ajuda nem sempre quitável (FUKUI, 1979, p.248).

A Moradora "F" do Bairro Concórdia desde 1977, fala da ajuda mútua que existia no bairro e compara com os dias atuais:

As pessoas se ajudavam, faziam mutirão (...) se juntava todo mundo e ajudava aquela pessoa, uma vez um vizinho nosso tava doente, ainda lembro, nós juntamos todo mundo e limpamos a roça dele (...) hoje em dia parece que não tem mais isso, agora é tudo pago.

O Morador "A" do Bairro Concórdia desde 1965 esclarece a respeito das relações comunitárias que existiam:

Tinha a venda da família Gimenez, onde as pessoas se reuniam, na época, a maior casa comercial do município, (...) tinha campo de futebol, tinha time de futebol, tinha festa, depois fez a capela na cabeceira, que tem até hoje, tudo isso reunia as pessoas (...) aquele tempo, tinha uma convivência, podia ter mais confiança nas pessoas, não tinha essa coisa que tem hoje, hoje tem muita malandragem, aquele tempo as pessoas eram mais confiáveis (...) tinha vizinhos que de tão amigos eram quase parentes, a gente podia contar com eles.

A população do Bairro Concórdia, durante o auge da cafeicultura, contava com uma estrutura na sede do bairro, onde se tinha uma escola primária, chamada Escola Rural Municipal Vital Brasil, uma capela (igreja) cujo padroeiro é até os dias atuais São Vicente de Paula e uma venda denominada Venda Concórdia. Pode-se definir esta venda como um misto de mercado e bar, uma espécie de armazém. Havia ainda uma máquina de beneficiamento de café, que recebia a produção do bairro e também das áreas ao redor.

A comercialização dos produtos da venda não ocorria somente por meio de pagamento imediato, como os moradores eram todos conhecidos e na maioria das vezes amigos dos proprietários da venda, a grande maioria tinha crédito, tinha uma conta, como os próprios moradores chamavam, ou seja, cada morador ou cada família tinha o nome anotado em uma caderneta (ou caderno), onde anotava-se também os produtos que eram comprados. Esta conta era paga ou deveria ser paga, quando o comprador pudesse. Uma ex-proprietária da venda, em entrevista, conta como funcionavam as cadernetas (Moradora D, reside no bairro desde 1964):

P: Vocês eram proprietários da venda, Venda Concórdia. Como era a venda? Todo mundo comprava aqui?

R: Todo mundo comprava! Tinha bastante movimento, era assim: aquele tempo a gente falava secos e molhados, então vendia mantimento, vendia roupa, vendia perfume, guarda-chuva. Era assim: era bazar, era açougue, era secos e molhados, era tudo, tudo que pensava tinha na venda para vender (...) era que nem um mercado hoje, sabe esses mercados grandes que tem? Era assim, vendia de tudo!

P: Tinha caderneta? Como era? Conta um pouco o uso disso aí? Tinha problemas?

R: Tinha! Existia problemas, acontecia que vendia, uns não pagavam, outros iam embora e deixavam a dívida (...) muitos até hoje não pagou, foram embora e não pagou até hoje.

Foto 5 – Imagem de uma das cadernetas utilizadas na venda Concórdia (foto de 29/06/2006)
Fonte: Pesquisa de campo

Na escola Vital Brasil estudavam as crianças do Bairro Concórdia até completarem a 4ª série do ensino fundamental, a partir de então tinham que estudar na cidade de Tuneiras do Oeste, que fica a aproximadamente 5 quilômetros do bairro. Estas crianças eram transportadas por ônibus fornecido pela prefeitura. A primeira construção da Escola Vital Brasil era de madeira, posteriormente construiu-se uma em alvenaria.



Foto 6 – Escola Vital Brasil e alguns alunos (1ª construção, década de 1970)
Fonte: Pesquisa de campo

A igreja caracterizava-se como o ponto de encontro dos moradores todos os sábados à noite, dia em que eram celebrados os cultos, realizados por lideranças da

própria comunidade. Uma vez ao mês era celebrada uma missa que também reunia toda a comunidade.

Alguns moradores entrevistados informam que nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o bairro não possuía igreja, sendo as celebrações religiosas realizadas na escola, e contam que a necessidade da construção de uma igreja era iminente e apoiada por toda comunidade, e que para tanto, as quermesses¹⁴ eram freqüentes. Segundo esses moradores, os líderes religiosos da comunidade se organizavam e formavam grupos para trabalhar na festa visando arrecadar fundos para pagar as dívidas com água e luz da escola, que servia para os encontros religiosos, e também visavam arrecadar fundos para construção da igreja. Tais moradores, ainda destacam que estas festas religiosas ocorriam com freqüência, e eram a diversão de jovens e adultos do bairro. Fukui destaca a vida social nas comunidades rurais:

Se, por um lado, sitiante e fazendeiros muitas vezes são indiferentes aos centros administrativos criados por entidades em que não participam, isto não quer dizer que vivem isolados. Ao contrário, reúnem-se periodicamente, de maneira espontânea a fim de "quebrar a monotonia da vida de sertão" em torno de pousos de tropas, de capelas e patrimônios; sua finalidade precípua é estabelecer trocas sociais entre as famílias conjugais dispersas, integrando-as num grupo de vizinhança (FUKUI, 1979, p.66).

Ao detalhar as festas que ocorriam no Bairro Concórdia, alguns moradores entrevistados explicam que eram vendidas carnes assadas, bebidas, doces e balas e que geralmente eram realizadas rifas, bingos e leilões de prêmios doados pelos próprios moradores, principalmente gado bovino. Lembram que o atrativo das festas ficava por conta da dança, da qual participavam tanto jovens, como adultos e crianças, e ainda que além das festas religiosas, a diversão era encontrada nas

¹⁴ Festa realizada em prol da igreja.

festas de casamento, bailes promovidos por sitiantes nos terreiros ou nas tulhas de café, geralmente em comemoração a algum santo ou durante as festas juninas.

Ao se analisar as relações de parentesco existentes no Bairro Concórdia, percebeu-se uma forte ligação entre os moradores, ou seja, um considerável número de moradores tinha e ainda tem relações de parentesco com outros moradores do próprio bairro. No entanto, feita uma análise mais cuidadosa, se nota que o grupo de parentesco se estende por outros bairros rurais próximos.

Ao se investigar as causas deste fato, ou seja, a existência dessas relações de parentesco, chegou-se a conclusão, por meio da aplicação de entrevistas semi-diretivas de que como os jovens do bairro, na grande maioria, participavam apenas das festas locais ou nos bairros vizinhos, e não tinham outras atividades de lazer, onde pudessem conhecer pessoas de outras localidades, acabavam se relacionando com pessoas da própria comunidade ou de comunidades vizinhas. Desta forma, os casamentos que ocorriam geralmente eram entre membros do próprio bairro. Outro fator que contava é a preferência dos pais por pessoas conhecidas e em muitos casos, aparentadas. Fukui fala das relações conjugais em um bairro rural no estado de São Paulo, no qual desenvolveu pesquisa.

A escolha do cônjuge se faz, preferencialmente, dentro do próprio grupo de parentela. Esta preferência é expressa nos seguintes ditados comumente enunciados pelos informantes em Laranjeiras: "pelos primos a gente se inclina" e "parente é sempre mais quente", revelando assim o padrão ideal endogâmico do grupo; padrão este que, de maneira geral, é seguido pelos jovens. A grande maioria das uniões ocorreram entre jovens que se conhecem desde a infância e que habitam num raio aproximado de 20 km. Como muitos bairros são formados de parentes, a incidência de casamentos dentro da parentela não pode deixar de ser grande (FUKUI, 1979, p.160).

Como se percebe, comparando a informação de Fukui e a realidade do Bairro Concórdia, se nota a semelhança com relação às relações de parentescos dos dois locais estudados, sinalizando a idéia preliminar de que é comum a intensa relação de parentesco nos bairros rurais, por conta de casamentos entre membros locais.

Face ao exposto com relação ao Bairro Concórdia, fica caracterizado a existência de uma comunidade que se estabeleceu sob as bases econômicas do ciclo do café, sofrendo alterações conforme a oscilação deste produto. Entende-se que o Bairro Concórdia apresenta peculiaridades características de comunidades rurais, porém com determinantes que o diferenciam e que despertam a inquietação com relação ao entendimento da produção do espaço ali realizado, bem como a criação e perpetuação de um lugar com imensas riquezas culturais.

2.4 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO CAFEEIRO NO BAIRRO CONCÓRDIA, CRIAÇÃO E PERPETUAÇÃO DO LUGAR

A configuração espacial é dada pelo arranjo dos elementos naturais e artificiais de uso social. A sociedade se constitui como fator de dinamismo deste arranjo contextualizado com o momento histórico pelo qual passa. O dinamismo social está baseado em vários fatores: econômicos, culturais, políticos, entre outros. Tais fatores precisam ser avaliados para se entender a configuração territorial de determinado local.

(...) podemos assim acompanhar a maneira como a raça humana se expande e se distribui, acarretando sucessivas mudanças demográficas e sociais em cada continente (mas também em cada país, em cada região e em cada lugar). O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado (SANTOS (a), 1991, p.37).

Na sociedade capitalista em que vivemos, a preocupação com a produção alcança proporções elevadas, neste contexto, a organização e a reorganização do espaço se baseiam nas exigências produtivas. No momento histórico com o qual nos deparamos ocorre uma “crescente internacionalização da economia capitalista com uma total interdependência das diferentes economias nacionais e uma nova divisão internacional do trabalho” (CASTELLS, 1986, p.7). Todo o planeta está integrado visando atender às necessidades da produção.

A lógica global de mercado orienta toda a produção, sendo que “o mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global” (SANTOS (a), 1991, p.49), ou seja, os espaços são produzidos e organizados de acordo com as necessidades do mercado.

Com o avanço das técnicas de produção, bem como com a melhoria do sistema de transportes, tornou-se possível a *especialização funcional* das áreas e lugares, pois determinada região não precisa produzir tudo aquilo que necessita e também lhe são aplicadas novas técnicas, caso seja necessário para que produza aquilo que interessa ao mercado. Sendo assim, os lugares são criados ou reformados para atender a determinadas funções.

Neste contexto, cabe definir o conceito de produção do espaço, criado por Lefebvre, o qual defende que “a produção das relações sociais de produção não ocorre

somente na fábrica, nem tampouco numa sociedade como um todo, o espaço como um todo tornou-se o lugar em que a reprodução das relações de produção se localiza”. (LEFEBVRE, 1974 apud SMITH 1988, p.139).

A expressão “produção do espaço” visa responder aos processos de reprodução das relações capitalistas de produção. O espaço para Lefebvre (1974) consiste, grosso modo, no lugar onde as relações capitalistas se reproduzem e se localizam com todas as suas manifestações de conflitos e contradições.

A abordagem de Lefebvre eleva o elemento espaço a um foco principal de análise junto com as atividades da economia e do Estado. Trata-se de um pensamento que se formula num alto grau de abstração teórica, funda entendimento, conduz mais à reflexão do que a instrumentalização. Seu raciocínio dirige-se ao movimento no sentido do devir. O devir é o outro de uma oposição que está destinada a resolver-se num terceiro termo sempre em presença. Como o conceito na sua universalidade é a ferramenta (instrumento) do pensamento teórico, Lefebvre opera utilizando-se de um conceito, o conceito de produção e de produção do espaço. Segundo esse autor, não existe nada na história que não seja adquirido e produzido. (...) Para ele, o espaço é ao mesmo tempo analisador, revelador desta contemporaneidade. Abre-se assim o pensamento para a formulação de uma teoria unitária do espaço que sintetiza o natural (quadro físico), o mental (os espaços de representação e ou representações do espaço) e o social, com a prática correspondente, vista já, como prática espacial. Formula-se assim, o conceito de espaço social. Para operar com ele é preciso ir discernindo três níveis do real: o percebido, o vivido e o concebido, em cuja assincronia se apreciariam confrontos e conflitos, o movimento do devir (FIGUEIREDO, 2005, p.34-35).

Para Santos, o principal ponto a ser pensado para interpretar a produção do espaço está na combinação simultânea entre a forma, a estrutura e a função. Isso porque, “os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram processos e incitam funções” (SANTOS, 1991(b), p. 38). Nesta perspectiva, Santos acredita que a totalidade social determina a existência de um dinamismo estrutural que opera sobre as formas e funções, fazendo com que os lugares tornem-se combinações de variáveis que diferenciam-se ao longo do tempo.

No entanto, os lugares são muito mais do que combinações impessoais de variáveis. Os lugares se reproduzem e se perpetuam a partir dos sujeitos históricos na conflitualidade das relações, historicamente determinadas. É a partir da política das relações sócio/espaciais que se delinea o território.

Godoy (2004, p.31) defende que a diferenciação entre as variáveis resulta tanto da periodização histórica, pois atravessam épocas posteriores ao seu surgimento e convive com variáveis novas, quanto de suas formas de espacialização, isto é, do seu lugar de origem e de sua difusão territorial.

Nesse sentido, é a idéia de movimento da totalidade no tempo e no espaço que fundamenta a concepção de que o espaço é produzido no e pelo movimento da totalidade social.

Consiste, portanto, em uma “geografização” do movimento estrutural da sociedade que se traduz espacialmente em novas formas e funções e estas, ao se combinarem para atender as necessidades geradas pelos “efeitos” de reestruturação dos processos de organização das relações sociais, produzem o espaço. Neste caso, a idéia de produção do espaço torna-se prisioneira de sua conotação técnica e econômica e adquire a noção de fabricação repetitiva de formas e geração de movimentos.

A produção do espaço consiste, então, na realização prática de produção de objetos “geograficizados” segundo uma dada lógica econômica, e destinam-se a cumprir funções diferenciadas em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho (GODOY, 2004, p.31).

Para Bernini (2004, p.21), “entender a produção de um lugar pressupõe conhecer a evolução de totalidades espaciais em marcos temporais relevantes bem como seu sítio natural, base de qualquer formação social”.

De acordo com Carlos (1996, p. 26). “A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico”. Nesta conceituação, a autora destaca a importância do cotidiano, das situações corriqueiras do dia-a-dia para a produção espacial, neste contexto é importante mencionar o sentimento de lugar que os moradores apresentam, para produzir um espaço próprio, um espaço conhecido, vivido e apropriado pelos mesmos, não só apropriado no sentido capitalista, mas apropriado pelo sentimento de pertencimento, de comprometimento, de ligação. Tudo isso é que faz com que um espaço seja produzido e que se molde segundo a cultura, os costumes e as tradições da população, porém também segundo as atividades econômicas ali desenvolvidas, estas que determinam mais efetivamente a organização espacial e que se dinamizam de acordo com o momento histórico vivido.

Para definição clara dos conceitos e pontos fundamentais à discussão da temática proposta neste item, parte-se para a conceituação de lugar, posteriormente, se buscará estabelecer a relação entre produção do espaço e o conceito de lugar.

O lugar pode ser entendido como um espaço tomado para a vida, ocupado e vivido por seus moradores. Um espaço conhecido, entendido, onde o ser em si se reconhece, se sente parte, se integra. Por isso, o lugar não se caracteriza por qualquer espaço, é mais que isso, é um espaço diferenciado para aqueles que nele habitam. É cheio de valor histórico e sentimental, espaço pelo qual o morador se importa, se identifica. Nas palavras de Carlos:

O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida _ apropriada através do corpo _ dos sentidos _ dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e neste sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade lato sensu a menos que seja a pequena vila ou cidade-vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos (CARLOS, 1996, p.20).

No lugar se dá a vida cotidiana, cada ser ocupa um espaço concreto e real, no qual se sente parte ou não. Neste espaço que ocupa, o indivíduo o utiliza e conseqüentemente o modifica. Sendo assim, o lugar guarda significados e dimensões da dinâmica histórica, enquanto o movimento da vida é possível de ser aprendido pela memória, através dos sentidos. Isto porque, a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis, mas isto não significa a eliminação das particularidades do lugar.

O lugar não pode ser definido apenas pela escala, mas como parte integrante de uma totalidade espacial fundamentada na divisão espacial do trabalho, lugar representa e fixa relações e práticas sociais produzindo uma identidade complexa que diz respeito ao mesmo tempo ao local e ao global.

Encontra-se no lugar as mesmas determinações da totalidade, sem, com isso, eliminar as particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, expressando sua função social, determinando os ritmos de vida, os modos de apropriação, seus projetos e desejos. O lugar guarda uma dimensão prático-sensível, real e concreta, que a análise aos poucos vai revelando (FIGUEIREDO, 2005, p.37).

Assim, as relações mantidas entre os indivíduos com o espaço em que habitam, são expressos nos modos de uso e nas situações corriqueiras do dia-a-dia. O espaço torna-se passível de ser vivido, sentido, reconhecido pelos moradores.

(...) cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem, muitas vezes, serem comuns a vários lugares. Na abordagem humanista em

geografia, “lugar” não pode ser completamente entendido sob a perspectiva científica como um conjunto de fatos, objetos e eventos. O conhecimento do lugar está vinculado à compreensão de sentimentos e significados ligados a agente de um campo de preferências (BERNINI, 2004, p.16).

Nesta perspectiva, relacionar o conceito de produção do espaço com a definição de lugar se mostra um trabalho intelectual complexo. O conceito de produção do espaço está relacionado mais profundamente com a ação de forças hegemônicas interagindo no espaço e inserindo nele novos elementos de acordo com os interesses dominantes. A ação humana produz o espaço, organizando-o, estruturando-o e usufruindo das suas modificações e transformações. Hoje a interferência de interesses políticos, econômicos e sociais leva a uma produção que atende as exigências baseadas no modo de produção capitalista. O lugar está relacionado com um espaço já produzido, específico, vivido, onde se encontram certas resistências à introdução de determinados elementos por conta da afeição, do apego com os mesmos, elementos que poderiam significar infortúnios não fosse o valor histórico e sentimental. Neste sentido, o lugar não deixa de ser um espaço sendo produzido e reproduzido, mas que, no entanto, obedece a uma lógica de produção que atende a anseios diferenciados, a ações excêntricas e referentes à vivência cotidiana e local. A interferência dos interesses globais e hegemônicos em escalas locais é evidente. As informações, as técnicas e as transformações geradas pelo processo globalizador, mais ou menos difundidas de acordo com as camadas sociais, aparecem em todas as esferas, porém o local surge como um desafio e uma contradição a este processo. Não querendo dizer com isto que o lugar é estático, pelo contrário, todo lugar está em constante dinamismo.

Cada lugar combina variáveis de tempos diferentes. Não existe um lugar onde tudo seja novo ou onde tudo seja velho. A situação é uma combinação de elementos com idades diferentes. O arranjo de um lugar, através da aceitação ou rejeição do novo, vai depender da ação dos fatores de

organização existentes nesse lugar, quais sejam, o espaço, o político, a economia, o social, o cultural (SANTOS, 1991, p.98).

Neste sentido o lugar é um espaço que sempre está sendo transformado, relacionado principalmente com a produção, mas que apresenta suas especificidades por conta da vida cotidiana, do sentimento de pertencimento, da importância compreendida pelos moradores. Sendo assim, pode-se dizer que a base tecnológica e econômica adotada a nível global, não é capaz de homogeneizar as maneiras de viver, os costumes e simbolismos de um povo de forma absoluta.

Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho. Viver para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço geográfico. A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço. Por isso, a geografia estuda a ação do homem (SANTOS, 1991, p.88).

Sendo assim, o lugar é um espaço produzido, porém com especificidades que o dão uma caracterização própria, mas que também está em constante transformação ou produção.

Feita esta breve reflexão teórica e contextualizando tal discussão à realidade estudada, o Bairro Concórdia, entende-se que a estruturação da produção cafeeira em pequenas propriedades que gerou a utilização da mão-de-obra familiar, possibilitou a organização do espaço de forma bastante homogênea.

Esta homogeneização se dá no sentido de que a forma de organização espacial das propriedades era bastante parecida em todo o bairro e isto se deve evidentemente, ao plano colonizador estabelecido pela CMNP, porém além deste aspecto, vários

outros fatores se somaram para produzir o espaço local: o político, o econômico, o social, o cultural e o físico.

A análise da realidade espacial vai implicar, então, o entendimento desses fatores, nas suas especificidades, sem perder de vista, porém, a noção de totalidade. Cada forma de organização da produção deverá exigir uma forma espacial específica. Cada realidade social se refletirá no espaço com uma forma própria.

O fator político é significativo na produção espacial à medida que pode intervir de forma concreta com a implantação de infra-estruturas e equipamentos e/ou investimentos que gerem possibilidades para que uma região se organize.

Dentre as funções do Estado, aquela que mais nitidamente se reflete no espaço é a criação das condições materiais para a produção, ou seja, a oferta de infra-estrutura e equipamentos. Através do investimento e obras físicas o Estado se converte em instrumento de homogeneização do espaço, procurando suprimir as desigualdades que entravam a penetração do capital. Deste modo, o Estado confere a um Estado antes não produtivo condições para sucesso dos investimentos de capital. A oferta de infra-estrutura representa também um fator de organização espacial na medida em que estabelece elementos permanentes ao processo de organização ou reorganização de um espaço dado (ARAÚJO, 1980, p.20).

No caso do norte paranaense, o Estado e as companhias colonizadoras tinham o mesmo plano organizacional, ou seja, dividir as terras que seriam vendidas em pequenos lotes, visando o plantio de café, cultura que com suas especificidades influenciou na caracterização de quase todo o norte paranaense. Algumas áreas do município de Tuneiras do Oeste fizeram parte desta colonização oficial, neste caso houve intervenção do Estado na organização espacial do município, porém na área em estudo, o Bairro Concórdia, a colonização fora realizada pela CTNP/CMNP.

O processo de produção material em uma sociedade, paralelamente significa produção do espaço, o mais simples ato de produzir implica a utilização do espaço, e na medida em que o processo de produção se torna mais complexo, o uso do espaço se transforma. O espaço vai simultaneamente incorporando elementos, formas e usos que são resultado desses processos e condição para novos processos.

Visando fazer uma avaliação do fator econômico para a produção espacial da área em estudo (Bairro Concórdia) é possível perceber que foi um dos principais fatores que interagiram, pois a implantação da cafeicultura como atividade econômica básica, influenciou na geração de diversas características presentes na organização espacial do bairro.

Algumas dúvidas poderiam surgir quanto à localização ou a organização espacial dos mais diversos elementos que constituíam as propriedades do bairro. Tomemos como exemplo as casas. Poderia ser questionado: Porque ao invés de construir as casas no fundo das propriedades, elas não eram construídas próximas à estrada, ficando mais fácil o acesso das crianças à escola e facilitando a saída dos moradores para a cidade?

Porém, se as casas fossem construídas próximo da estrada, toda uma área seria ocupada com a formação de pomares, hortas, tulhas, terreiros para a secagem do café e de toda uma estrutura criada para armazenar produtos como o feijão, o arroz, o milho e todos os outros produtos colhidos na propriedade, além de locais para

guardar as ferramentas e a construção de chiqueiros para a criação de porcos e ainda a construção de galinheiros.

Como já dito anteriormente, as terras mais altas da propriedade, as mais próximas da estrada, apresentavam maior qualidade e menores riscos de geadas, neste caso, se fossem ocupadas em grande parte com casas e toda a estrutura que as acompanhavam, se perderia uma grande parcela de terra de melhor qualidade, que deveria ser utilizada para a plantação do café. Sendo assim, o que se levou em consideração ao escolher a localização das casas, foi o fator econômico e não a comodidade das pessoas, porque construir a casa próxima à estrada, facilitaria o acesso dos moradores aos serviços oferecidos no setor urbano, porém faria com que fosse “perdida” uma grande área propícia à produção do café.

Este exemplo da localização das casas serve para demonstrar a relevância do fator econômico e do fator produção na organização do espaço, no entanto antes ainda de questionarmos a localização ou a distribuição espacial dos mais variados elementos que constituíam as propriedades rurais do bairro, poderíamos questionar o porquê da implantação da cafeicultura nesta área, já que ela não se apresentava das mais propícias.

Este questionamento acredita-se já ter sido esclarecido nas explanações anteriores, mas é bom lembrar que o café era neste período o produto agrícola de maior relevância econômica e que possuía grande força no mercado, o que fazia com que fosse implantado na maior parte das áreas em que fosse possível produzi-lo. É importante considerar também que no noroeste do Estado foram implantadas

técnicas como a correção de solos, para que o café pudesse ser produzido, ou seja, o fator econômico e o fator produção foram determinantes na produção espacial no bairro, bem como são determinantes na maior parte das áreas.

Já com relação ao fator social, o terceiro a ser considerado para a organização espacial, veja o argumento de Ruy Moreira "...são as relações de classes de dada fração de território que orientam a dialética do espaço do lugar", quando analisa as classes sociais rurais na sociedade brasileira e o espaço agrário. E acrescenta: "... O espaço geográfico se organiza segundo a estrutura de classes do lugar. Espaço de existência dos homens, o espaço geográfico traz estampado em sua morfologia e organização o seu caráter de classe." (MOREIRA,1980, p.123). Neste sentido, a busca pela compreensão das classes sociais existentes, sua dinâmica própria e suas contradições com relação às outras classes sociais é fundamental para a compreensão da estrutura espacial.

Sobre organização do espaço, Neil Smith fala "... diferentes sociedades usam e organizam o espaço de modos diferentes e os diferentes padrões geográficos daí resultantes ostentam o sinal evidente da sociedade que usa e organiza o espaço" (SMITH, 1988, p.122). Neste contexto, o autor compartilha do mesmo conceito exposto acima, o de que o espaço é produzido a partir das relações sociais ali existentes e também de que varia de acordo com a sociedade que o ocupa.

Smith ainda faz uma observação bastante interessante sobre produção do espaço, qual seja: "por suas ações, a sociedade não mais aceita o espaço como um receptáculo, mas sim o produz; nós não vivemos, atuamos ou trabalhamos "no"

espaço, mas sim produzimos o espaço, vivendo, atuando e trabalhando” (SMITH, 1988, p.132).

Nesta concepção, a sociedade e as pessoas, são consideradas os agentes principais da ação de transformar e de produzir o espaço, e é exatamente por meio destas ações que se configuram as características de cada local, ou seja, a sociedade que ocupa determinado local tem grande relevância para a formação das características espaciais, pois de acordo com a cultura, os costumes e as formas de vida de tais sociedades, os espaços tomam novas configurações ou acrescentam elementos às configurações já tradicionais.

A cultura é um outro fator da organização espacial, não havendo grupo humano sem cultura, esta pode ser entendida como o comportamento das crenças, das instituições e de outros valores espirituais e materiais transmitidos de forma coletiva e que se reproduzem numa sociedade.

O fator cultural não é tão valorizado quanto deveria quando se analisa o espaço, porém o comportamento humano regulado pela cultura, que recebe o nome de costumes, impõe determinadas condições que são básicas à adaptação de um grupo social a uma organização espacial. “É fundamental o entendimento do homem como um ser que, ao se relacionar com o meio, cria fatores de difícil avaliação material e que se incorporam de forma inalienável à sua vida física e mental” (ARAÚJO, 1980, p.29).

Considerando tais conceitos dos fatores sociais e culturais como elementos relevantes para a organização espacial e relacionando-os à população que se instalou no Bairro Concórdia, se nota que com um número considerável de descendentes de italianos e também pessoas com outras descendências (espanhóis, austríacos, japoneses), além de um grande número de mineiros e paulistas, trouxeram consigo tradições que influenciaram em muitas características espaciais.

Dos europeus, com destaque para os italianos que se apresentavam em maior número no bairro, se pode dizer que houve a tradição da formação dos pomares fartos, com frutas da maior variedade possível, a presença constante de uma horta, também sempre muito farta e variada. Estes são exemplos de tradições disseminadas por estas populações e que em pouco tempo tornou-se comum entre todos os moradores, tradições estas que moldaram um espaço diferenciado no bairro.

Contrariamente aos japoneses, grandes introdutores dos novos produtos no Brasil, como o chá, a juta e a seda, os italianos não introduziram nenhuma importante cultura nova, mas deram notável impulso àquelas a que se dedicaram, como a da uva, do trigo, do café e, em menor escala, do arroz. Observa-se, aliás, que, onde eles se estabeleceram como pequenos proprietários procuraram, logo que as condições de acesso ao mercado permitiam um produto agrícola de alto valor para nele basear sua cultura comercial (VALVERDE, 1985, p.101).

Percebe-se nesta colocação de Valverde, a característica do imigrante de origem italiana de uma grande dedicação às atividades a que se propunham, além de um cuidado especial com as mesmas.

Outro fator que é fundamental para a configuração do território é o físico ou natural, pois todo espaço traz em si características dadas pela própria natureza. A forma concreta resultante da organização do espaço não pode ser do ponto de vista material, dissociada do meio natural onde se encontra.

Contribuição valiosa sobre esta temática é a de Milton Santos, que em suas reflexões conceituou:

A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais. A configuração territorial não é o espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade e a vida que a anima. A configuração territorial, ou configuração geográfica, tem, pois uma existência material própria, mas sua existência social, isto é, sua existência real, somente lhe é dada pelo fato das relações sociais. Esta é uma outra forma de apreender o objeto da geografia.

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades, etc; verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada (SANTOS, 1999, p.51).

Para este autor, a configuração de determinado território se dá a princípio pelas condições naturais, ou seja, pelo conjunto de fatores naturais que ali se encontram e posteriormente pela ação humana introduzindo novos elementos que passam então a fazer parte da configuração do espaço. Desta forma, Milton Santos acrescenta o elemento natureza à reflexão com relação à produção espacial, elemento que no caso da área estudada pelo presente trabalho, foi bastante relevante.

Exemplificando a afirmativa de que o fator natural foi bastante relevante para a produção espacial na área em estudo (o município de Tuneiras do Oeste e

particularmente o Bairro Concórdia), pode ser citado, o solo da região, o arenito Caiuá, solo este que aliado ao clima, impossibilitou que a cultura cafeeira se expandisse por todo município, não havendo, neste caso, uma homogeneização ou a implantação da monocultura cafeeira.

Como já exposto anteriormente, o café era na época, o produto agrícola mais valorizado, e possivelmente, não fossem os fatores naturais como solo e clima impróprios em algumas áreas, todo o município de Tuneiras do Oeste, bem como os outros municípios próximos, teriam sido tomados totalmente pelo café. Neste caso, Os fatores naturais contribuíram para o delineamento do espaço produtivo do município.

A cafeicultura teve no noroeste algumas características bem definidas, como o desenvolvimento em pequenas propriedades, a mão-de-obra familiar e a estruturação das propriedades de forma bastante homogênea, ou seja, localização das casas, das plantações, dos pomares, enfim, praticamente todas as propriedades que produziam café, possuíam padrões bastante semelhantes de organização espacial.

Remetendo-nos à atualidade e guardadas as devidas proporções, proporções que devem ser consideradas de acordo com as transformações sofridas por conta da modernização agrícola ocorrida em todo o país, o Bairro Concórdia, ainda possui algumas características locais relacionadas ao cultivo do café, mesmo não o produzindo na atualidade. Apesar de estar integrado à era global, onde o individualismo e as vantagens financeiras encabeçam a lista dos interesses, mantém

aspectos de resistência que lhe são peculiares. “O lugar aparece como um desafio à análise do mundo moderno exigindo um esforço analítico muito grande que tende abordá-lo em sua multiplicidade de formas e conteúdos, em sua dinâmica histórica” (CARLOS, 1996, p.26).

Pode-se entender que o Bairro Concórdia se caracteriza como um lugar em sua forma mais específica, dada a convivência, ao conhecimento e a vida comunitária ali vivida, vida comunitária muito mais intensa no período em que o bairro era populoso, nas décadas de 1950 à 1980, principalmente, por conta do cultivo do café.

No Bairro Concórdia, como em quase todo Estado do Paraná, as transformações e a modernização agrícola, foram muito grandes. Na atualidade, se perderam muitas das características do espaço produzido para a cafeicultura, pois à medida que outras culturas foram implantadas, novos elementos foram incorporados à paisagem. No entanto, percebe-se certa resistência de alguns elementos aos quais dizemos que é uma perpetuação.

(...) transparece nítida ainda na paisagem de muitas áreas do antigo norte cafeeiro, os vestígios de um passado mais rico, dinâmico, cheio de vida em contraste com o quadro atual. Vastos talhões de terra trabalhados pela máquina, mas vazios de homens. Pequenas cidades onde as casas denotam sinais de velhice precoce, descuidadas. Armazéns permanecem fechados, ruas desertas, comércio miúdo. No semblante e na conversa dos antigos moradores a perplexidade face às mudanças... (ALEGRE e MORO, 1986, p.59).

No Bairro Concórdia na atualidade, mesmo com a substituição de culturas, permanecem estruturas que eram utilizadas para a produção de café e que hoje não haveria nenhuma razão de existirem. Tais elementos testemunham a passagem do

ciclo cafeeiro no bairro e demonstram uma certa nostalgia dos moradores com relação a um passado próspero.

(...) freqüentemente, pode-se registrar a persistência de formas de organização do espaço, que nada mais são do que uma herança de um período anterior e que só apresentam inconvenientes em relação às necessidades da exploração moderna. Elas subsistem na medida em que se confundem com outros arcaísmos, como o predomínio de propriedades exíguas de estabelecimentos agrícolas mal equipados de meios de trabalho, num contexto econômico caracterizado pela inércia. Entretanto, é tal a força dos processos evolutivos que, a partir do momento em que se realizam as condições da transformação, mesmo em escala puramente local, a paisagem rural arcaica começa a sofrer modificações. Aqui, um proprietário derruba suas cercas vivas para permitir a passagem do trator, lá, um outro abate as noqueiras plantadas no meio dos campos. Será necessário, dependendo dos lugares e das conjunturas, um século ou alguns anos, mas o que é arcaico fatalmente desaparece, ou é totalmente abandonado (GEORGE, 1979, p.79).



Foto 7 – Tulha de café, terreiros e casas abandonadas no Bairro Concórdia (fotos de 29 de junho de 2006).

Fonte: pesquisa de campo.

No Bairro Concórdia uma das características maior de resistência detectadas na pesquisa é a pouca alteração da estrutura fundiária. Considera-se esta característica uma resistência, pois mesmo no contexto de uma alteração da produção, ou seja, a substituição de culturas ditas tradicionais por outras ditas modernas, permanece no bairro predominantemente as pequenas propriedades. Esta não é uma tendência comum, já que como coloca George (1979, p.85) “o minifúndio fragmentado e generalizado em escala regional surge como um obstáculo à modernização da agricultura porque o tamanho das pequenas propriedades e das pequenas parcelas

não é mais compatível com a rentabilidade do trabalho racional mecanizado e motorizado”.

Para se entender este processo de resistência, ou seja, a pouca alteração da estrutura fundiária no Bairro Concórdia, se buscará apresentar em seguida, por meio das tabelas 4, 5 e 6, o histórico e evolução da estrutura fundiária no município de Tuneiras do Oeste, bem como se buscará fazer uma análise dos dados apresentados.

Tabela 4 – Grupos de estabelecimentos agropecuários por área total (ha) no município de Tuneiras do Oeste 1970/1980/1985

Categoria e grupos de área total dos imóveis rurais		1970		1980		1985	
		estabelecimentos	Área (ha)	estabelecimentos	Área (ha)	estabelecimentos	Área (ha)
Pequenas Propriedades	Menos de 1	2	2	1	-	3	1
	1 a menos de 2	44	57	26	40	48	59
	2 a menos de 5	640	2.496	327	1.281	491	1.892
	5 a menos de 10	659	4.994	377	2.909	401	3.142
	10 a menos de 20	531	7.505	341	4.907	323	4.590
	20 a menos de 50	288	9.035	237	7.407	230	7.406
TOTAL		2.164	24.089	1.309	16.544	1.496	17.090
Medias	50 a menos de 100	110	7.602	103	7.024	92	6.678
	100 a menos de 200	41	5.257	79	10.903	56	7.693
TOTAL		151	12.859	182	17.927	148	14.371
Grandes Propriedades	200 a menos de 500	18	5.093	45	13.668	47	14.475
	500 a menos de 1000	5	3.705	12	7.978	11	7.802
	1000 a menos de 2000	-	-	2	2.327	4	4.905
	2000 a menos de 5000	2	6.524	-	-	-	-
	5000 a menos de 10000	-	-	1	9.973	-	-
	TOTAL	25	15.322	60	33.946	62	27.182
TOTAL GERAL		2.340	52.270	1.551	68.417	1.706	58.643

Fonte: Censos Agropecuários 1970/1980/1985, IBGE. Org: CHIES, 2007.

Como se pode observar na tabela 4 nos três períodos avaliados, o primeiro grupo (menos de 1) não apresenta números representativos em nenhum dos períodos. Nos três grupos seguintes (1 a menos de 2, 2 a menos de 5 e 5 a menos de 10) se nota que ocorre uma similaridade. No período de 1970 a 1980 os três grupos tiveram considerável redução tanto com relação ao número de estabelecimentos como com relação à área. Já de 1980 a 1985 os três grupos apresentam crescimento também nos dois aspectos. Considerando que estes grupos são enquadrados na categoria de minifúndios e/ou pequenas propriedades, se entende que de 1970 a 1980 houve um processo de concentração de terras no município e que este processo foi amenizado na década de 1980 (tabela 4).

No entanto, ao analisar os três grupos seguintes (10 a menos de 20, 20 a menos de 50 e 50 a menos de 100) se constata que nos três períodos, houve redução tanto do número de estabelecimentos como da quantidade de área, porém que esta redução foi maior entre 1970 e 1980 do que entre 1980 e 1985. Levando em conta que esses grupos estão inseridos no contexto de pequenas e médias propriedades, se nota que apesar de mais amenizado na década de 1980, continuou havendo um processo de concentração fundiária no município com a diminuição do número de pequenas e médias propriedades (tabela 4).

De acordo ainda com a tabela 4, os grupos “100 a menos de 200” e “500 a menos de 1000” tiveram crescimento considerável tanto no número de estabelecimentos como na quantidade de áreas de 1970 a 1980, e diminuição de 1980 a 1985, confirmando o processo de amenização da concentração fundiária neste último período. No entanto é preciso considerar que o crescimento no primeiro período é

bem mais intenso que a diminuição no segundo. Já o grupo intermediário entre os dois últimos avaliados, ou seja, o grupo “200 a menos de 500” apresenta aumento em todos os períodos, tanto no número de estabelecimentos, como na quantidade de área (tabela 4).

Quanto ao grupo seguinte apresentado na tabela 4 (1000 a menos de 2000) se percebe que em 1970 não havia nenhum estabelecimento, já em 1980 apareciam 2, sendo que apenas esses, correspondiam a uma área muito extensa. Já em 1985 constatou-se 4 estabelecimentos neste grupo, sendo que estes 4 apresentavam uma área maior que os 323 do grupo “10 a menos de 20” no mesmo período (tabela 4).

Aparecem ainda na tabela 4 mais dois grupos de estabelecimentos agropecuários com relação ao município de Tuneiras do Oeste no período de 1970 a 1985, são eles os grupos: “2000 a menos de 5000” e “5000 a menos de 10000”. No primeiro grupo apareciam 2 estabelecimentos em 1970, esses dois estabelecimentos apresentavam área 23,4% maior que os 659 estabelecimentos do grupo “5 a menos de 10” no mesmo período. Nos períodos seguintes (1980 e 1985) não apareceram estabelecimentos neste grupo. Já no segundo grupo não foram constatados estabelecimentos em 1970, nem em 1985, porém em 1980 aparecia 1 estabelecimento que sozinho continha uma área 70,8% maior que os 377 estabelecimentos do grupo “5 a menos de 10” no mesmo período (tabela 4).

Avaliando os valores totais dos grupos de áreas, referentes aos estabelecimentos agropecuários do município de Tuneiras do Oeste, no período de 1970 a 1985, expressos na tabela 4, se conclui que, de forma geral, houve um processo

acentuado de concentração fundiária de 1970 a 1980 e que este processo foi amenizado de 1980 a 1985. Porém verifica-se também, que o processo de concentração do primeiro período foi mais intenso que o de desconcentração do segundo.

Tabela 5 – Imóveis rurais discriminados por categoria em Tuneiras do Oeste, 1998

VARIÁVEL IMÓVEIS RURAIS POR CATEGORIA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA (Ha)
PEQUENAS	987	20.350,80
MÉDIA	108	17.132,30
GRANDE	27	14.869,20
IMÓVEIS RURAIS NÃO CLASSIFICADOS	2	32,50
IMÓVEIS RURAIS – TOTAL	1.124	52.384,80

Fonte: INCRA, 1998. Org: CHIES, 2007.

Como se percebe, mesmo após quase duas décadas à crise cafeeira e da implantação maciça de outras culturas agrícolas, que não o café, no município de Tuneiras do Oeste, as propriedades rurais classificadas como minifúndios e pequenas aparecem em números muito superiores que as consideradas médias ou grandes propriedades (tabela 5).

Tabela 6 – Imóveis rurais discriminados por categoria em Tuneiras do Oeste, 2002

VARIÁVEL IMÓVEIS RURAIS POR CATEGORIA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	ÁREA (Ha)
PEQUENAS	1053	21.613,89
MÉDIA	111	17.506,80
GRANDE	28	15.430,20
IMÓVEIS RURAIS NÃO CLASSIFICADOS	3	15.102,51
IMÓVEIS RURAIS – TOTAL	1.195	69.650,00

Fonte: INCRA, 2002. Org: CHIES, 2007.

Ao comparar os dados da tabela 5 com os da tabela 6, se nota que houve um crescimento do número de pequenas propriedades entre 1998 e 2002 bem como um crescimento da área ocupada por estas. Este mesmo processo ocorreu com as médias propriedades e grandes, no entanto o número de grandes aumentou em apenas 1 estabelecimento. Esta é uma informação positiva e demonstra que o

processo de amenização da concentração fundiária iniciada na década de 1980, já apontada acima, teve continuidade até o início dos anos 2000.

No entanto, embora o número de pequenas propriedades venha aumentando, o número de médias e grandes também aumenta e ainda a área correspondente às médias e grandes propriedades é bastante superior que as das pequenas, ou seja, apesar de serem poucos os proprietários de grandes áreas, eles concentram mais terras que os inúmeros proprietários de pequenas áreas. Ao se comparar os dados das três tabelas apresentadas com relação à estrutura fundiária (tabelas 4, 5 e 6), se constata que durante todos os períodos avaliados a má distribuição de terras foi constante.

Porém, é preciso considerar que a localização das médias e grandes propriedades do município não aparece nas áreas colonizadas pela CTNP/CMNP (como é o caso do Bairro Concórdia), salvo poucas exceções, mas sim em outras áreas de colonização oficial e/ou de não implantação da cafeicultura. Neste caso, o fato da pouca alteração da estrutura fundiária no bairro relaciona-se principalmente à colonização dirigida pela qual passou. A erradicação tardia da cafeicultura na região noroeste do Paraná e conseqüentemente no Bairro Concórdia, também influi neste processo¹⁵.

Neste contexto, os agricultores que permanecem no Bairro Concórdia enfrentam grandes dificuldades, deparando-se com a nova realidade do mundo rural, e não conseguindo acompanhar as evoluções que praticamente lhes foram exigidas para

¹⁵ Maiores esclarecimentos sobre a pouca alteração da estrutura fundiária por conta dos processos de colonização dirigida e erradicação tardia da cafeicultura no noroeste paranaense, verificar item 3.2.

que pudessem garantir a reprodução familiar. A condição desses agricultores, as culturas atuais e as características do bairro na atualidade serão motivações para o capítulo III deste estudo (item 4).

3 CARACTERÍSTICAS POPULACIONAIS E DA FORÇA DE TRABALHO NO PERÍODO DA CAFEICULTURA

As abordagens referentes ao item 3 demonstram as principais características populacionais e da força de trabalho no Bairro Concórdia durante o período da cafeicultura, de 1950 até a década de 1990 aproximadamente. As informações apresentadas nestes itens, neste sentido, dizem respeito principalmente a dados provenientes de pesquisa de campo. No entanto, alguns assuntos também foram discutidos a partir de revisão teórica como: agricultura familiar e mobilidade.

3.1 ORIGEM E ETNIA DOS TRABALHADORES DO CAFÉ NO BAIRRO CONCÓRDIA

A população que constituiu o Bairro Concórdia no período de produção cafeeira, mais precisamente a partir da década de 1950 e até aproximadamente a década de 1980, era formada principalmente, como em diversas outras áreas do norte paranaense, por mineiros e paulistas (gráfico 2).

Estes migrantes, na maioria dos casos eram agricultores que já haviam trabalhado com o café em outras regiões do país e que foram atraídos ao Paraná por conta da expansão de novas áreas para a produção desta cultura. No entanto, um traço bastante característico desta população é que grande parte não vinha diretamente de Minas Gerais ou de São Paulo, mas já haviam passado por outros municípios

paranaenses, em muitos casos, haviam trabalhado como empreiteiros ou meeiros em outras propriedades nas décadas anteriores e somente neste período puderam adquirir sua própria terra. Havia os casos também de agricultores que venderam suas propriedades em outros municípios do Paraná e que compraram terras nesta região.

O fato de a população que ocupou o Bairro Concórdia não vir diretamente de outros estados brasileiros, se deve em boa parte à colonização tardia ocorrida do noroeste paranaense se comparada às outras áreas que foram tomadas pela cafeicultura no norte do estado. Sendo assim, a população que ocupou o noroeste, em boa parte, já estava residindo no Paraná e constituía uma corrente migratória interna, baseada, sobretudo na possibilidade da compra de terras a preços acessíveis, mas também na busca de alguns agricultores por propriedades com melhor localização, mais próximas do núcleo urbano ou com melhores estradas de acesso. Em muitos casos também, as mudanças de município ocorriam por motivos pessoais ou familiares.

A venda das primeiras propriedades no Bairro Concórdia foi realizada pela CTNP/CMNP o que facilitou a compra para muitos dos pequenos proprietários, pois como já exposto anteriormente no item 2.1, a companhia oferecia condições como os parcelamentos, que facilitavam a compra de terras aos agricultores.

Em um levantamento feito recentemente no bairro e segundo informação de moradores e ex-moradores, constatou-se a seguinte proporção entre as origens da população que ocupou o bairro nas décadas de 1960 e 1970 ¹⁶ (gráfico 2).

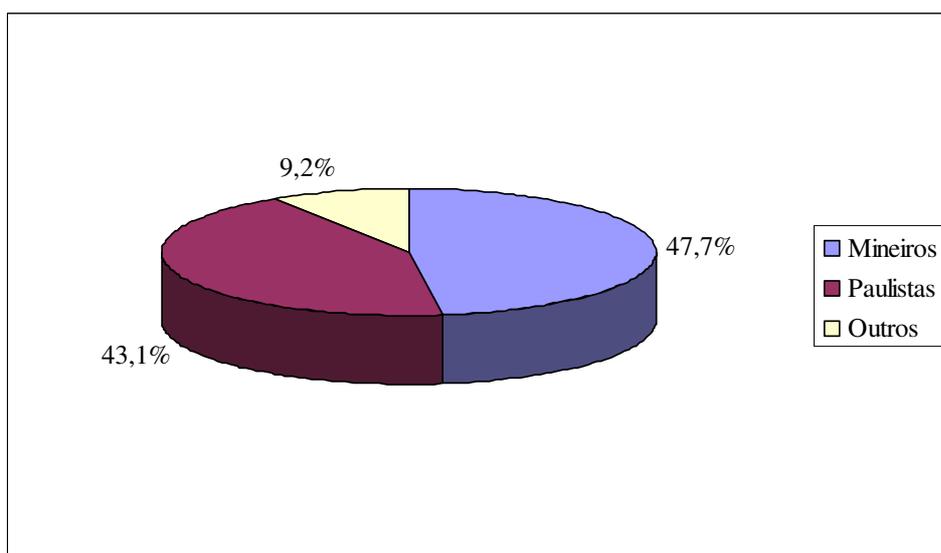


Gráfico 2 – Local de origem dos moradores chefes de família do Bairro Concórdia na década de 1960 e 1970, antes da mudança ao Paraná
Fonte: Pesquisa de campo

Como se pode notar no gráfico 2, Minas Gerais e São Paulo foram os estados de onde vieram a maioria dos moradores do bairro neste período, confirmando uma tendência comum no norte paranaense como área de atração de mineiros e paulistas. Isto se deve principalmente a dois fatores: 1) Ao interesse de ex-cafeicultores destes dois estados em buscar novas áreas de produção; 2) À possibilidade de aquisição de terras por parte de ex-colonos (empregados) de fazendas de café ou de meeiros e parceiros.

¹⁶ Fora perguntado aos entrevistados, alguns dos moradores do bairro na década de 1960 e 1970 (e/ou familiares dos mesmos), o local de onde são originários, ou seja, onde residiam antes da vinda ao Paraná. Questionou-se apenas a origem do chefe de cada família e trabalhou-se com uma amostragem de aproximadamente 40% do número de famílias residentes no bairro no período.

Outra característica também marcante da população do Bairro Concórdia detectada na pesquisa foi o número significativo de descendentes de estrangeiros e até mesmo alguns estrangeiros. Dentre os moradores do bairro, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, encontrava-se um considerável número de descendentes de italianos, além de alguns descendentes de austríacos, espanhóis e japoneses.

Como se pôde constatar no Bairro Concórdia, dentre os estrangeiros e/ou descendentes destes que residiam ou que ainda residem no local, predominam os italianos, o que é explicado pelo grande contingente dos povos desta origem que se deslocou para o sul do Brasil. Além disso, o contingente italiano foi um dos mais numerosos dentre as levas dos estrangeiros chegados ao Brasil. Confira na tabela 7 o grande número de imigrantes italianos chegados ao Brasil nos anos de 1884 a 1888.

Tabela 7 – Entrada de imigrantes no Brasil e entrada de imigrantes italianos (de 1884 a 1888)

ANO	IMIGRANTES	ITALIANOS
1884	24.890	10.102
1885	35.440	21.765
1886	33.440	20.430
1887	55.963	40.157
1888	133.253	104.354

Fonte: C.M.N.P. 1975, p.27. Org: CHIES, 2007

O gráfico 3 demonstra os números da imigração estrangeira para o Brasil de 1808 a 1970 onde também fica bastante clara a grande participação dos italianos.

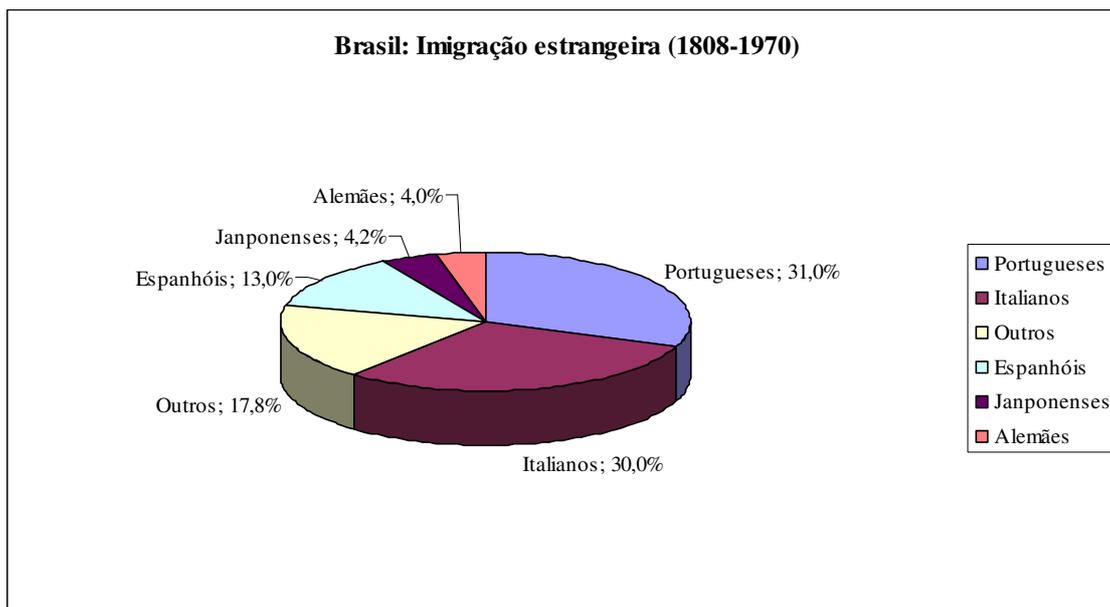


Gráfico 3 – Brasil: imigração estrangeira (1808-1970)

Fonte: AZEVEDO, 1970 p. 74.

Várias medidas de incentivo à entrada de imigrantes estrangeiros criadas pelo governo brasileiro, como o financiamento da passagem e a garantia de emprego com moradia, alimentação e pagamento anual de salários, atraíram um considerável número desses imigrantes. Tais medidas se deram por conta da proibição do tráfico de escravos, em 1850 e a expansão dos cafezais pelo sudeste do país, bem como a necessidade efetiva de colonização na região sul. As facilidades e incentivos que fizeram com que grande número de estrangeiros viessem para o Brasil, explica, em parte, a ocorrência de tantos descendentes de estrangeiros no país.

A exemplo do que ocorreu em boa parte da região sul do Brasil e região norte do Paraná, no Bairro Concórdia, descendentes de imigrantes estrangeiros conseguiram realizar o sonho da compra de uma propriedade onde pudesse trabalhar com a família.

3.2 A AGRICULTURA FAMILIAR COMO BASE DA MÃO-DE-OBRA NO BAIRRO CONCÓRDIA

A agricultura pode ser classificada de várias formas, esta classificação depende das técnicas e fatores de produção utilizados, bem como a maior ou menor integração com os mercados internos ou externos, do lucro, uso e destinação dos produtos. Vê-se de forma mais comum, a agricultura classificada como tradicional ou moderna, de subsistência ou comercial, voltada ao mercado interno ou externo, entre outras.

Neste item buscaremos identificar o tipo de agricultura praticado na grande maioria das propriedades no Bairro Concórdia no período de predomínio da cafeicultura, (1950 a 1980) aproximadamente, que constatamos ser a “agricultura familiar”.

Falar em agricultura familiar é bastante complexo, pois é uma temática que envolve abordagens diferenciadas. Neste sentido, existe uma grande dificuldade conceitual e analítica para esta temática, o que contribui para construções conceituais diferenciadas e conflitantes de um mesmo objeto.

No entanto alguns elementos podem ser generalizados como atributos comuns à agricultura familiar: a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra, modalidades de produção e manifestação de valores e tradições (patrimônio sócio-cultural) em torno da e para a família. Nestes elementos se observa certo caráter de particularidade, favorecendo a construção, mesmo na conflitualidade conceitual, de certos formatos tipológicos que permitem a geração de analogias (confrontando passado/presente) e modelos de sistemas de relação. A maior

complexidade analítica “são os processos que envolvem as relações de trabalho, o sentido de agrupamento e a sua multifuncionalidade em espaços de trabalho diferenciados” (TEDESCO, 2001, p.11).

Já há alguns anos, a discussão e a busca de se entender e conceituar a agricultura familiar tem sido percebida e tem tomado proporções abrangentes. Tal fato fica evidenciado na ênfase dada a esta temática em encontros científicos, no volume de trabalhos e artigos voltados à discussão, no incremento das políticas públicas para este setor, na evidenciação da mídia quanto a essas políticas. Enfim, já há algum tempo a agricultura familiar é um assunto em pauta em diversos segmentos, sinalizando e demonstrando a dinâmica de novos processos sociais que vão além do meio rural agrícola.

A organização das Nações Unidas para a agricultura e a alimentação – FAO – e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra (1996) definem a agricultura familiar com base em três características: a gerência da propriedade rural é feita pela família; o trabalho é desempenhado em sua maior parte pela família; os fatores de produção pertencem à família (exceção, às vezes, à terra) e são passíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes (BLUM, 2001, p.62).

Para Wanderley (2001, p.23) agricultura familiar “é aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo”. Este caráter familiar, ou seja, a associação família – produção - trabalho tem influência na forma de agir tanto econômica como socialmente.

No contexto analisado no Bairro Concórdia entende-se que a força de trabalho utilizada no período de produção cafeeira era principalmente a familiar no sentido de que o proprietário da terra juntamente com sua família se constituía como o responsável pelas atividades do sítio.

A modalidade de produção “agricultura familiar”, nasce juntamente com a discussão ou indagação da existência ou não do campesinato no âmbito das relações capitalistas de produção. Diferentes vertentes surgiram na defesa de posições a este respeito. De um lado acreditava-se no fim do campesinato por meio do processo de penetração das relações capitalistas de produção no campo. De outro, defendia-se que o campesinato é criado, destruído e recriado pelo desenvolvimento contraditório do capitalismo.

Oliveira (1991, p.24-25) defende que a questão agrária gera continuamente conflitualidade “porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais de territorialização, desterritorialização e reterritorialização do capital e do campesinato; de monopólio do território camponês pelo capital”.

Fernandes (2004, p.07) comunga da mesma idéia, porém acrescenta que a formação do campesinato, ocorre também por uma estratégia de criação política do campesinato: a luta pela terra. “A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação ou recriação da relação social familiar ou camponesa”.

A discussão ou o debate quanto à modalidade a ser adotada (agricultura camponesa ou familiar) pode ser considerado de cunho metodológico, pois como destaca Fernandes (2004, p.15) "... dependendo da lógica que determina o sentido em que o processo acontece, tem-se uma leitura do problema". Ao buscar detectar a modalidade de agricultura existente na área estudada e de acordo com as informações e conceitos revisados, definiu-se como agricultura familiar, a modalidade estudada no Bairro Concórdia.

Pode-se dizer que as sociedades camponesas tradicionais apresentam certo grau de autonomia com relação à sociedade global: os grupos domésticos são estruturados, a autonomia econômica se expressa na capacidade de prover a subsistência do grupo familiar, tanto imediata como a reprodução da família para as gerações posteriores, há a formação de uma sociedade de interconhecimentos e a função decisiva dos mediadores entre a sociedade local e a sociedade global (MENDRAS, 1978, apud WANDERLEY, 2001, p.24).

Quando se fala em autonomia na sociedade camponesa, ocorre uma referência à capacidade de provimento das necessidades de subsistência do grupo familiar (subsistência imediata) bem como a capacidade de reprodução da família, ou seja, a garantia da continuidade na atividade pelas próximas gerações.

Ao estudar o Bairro Concórdia, percebeu-se que algumas características do campesinato se faziam presentes, principalmente com relação à autonomia relacionada à estruturação deste grupo social e da capacidade dos mesmos de prover a própria subsistência, pois nos sítios se produzia praticamente tudo que é

necessário à subsistência, apesar de o foco da produção estar no cultivo do café naquele período. Esta característica deve ser considerada, pois além de garantir a sobrevivência do grupo, a produção agrícola local tinha o café como produto principal, voltado à troca, o que conseqüentemente quase garantia a reprodução familiar.

Neste período de prosperidade, constatou-se que grande parte dos agricultores proprietários de terra tiveram a possibilidade de adquirir novas terras, às vezes no próprio bairro, outras vezes em outros locais do município ou em outros municípios. Era comum que os filhos que fossem se casando assumissem o trabalho nestas novas propriedades adquiridas. Verificou-se também que mesmo nos casos em que os agricultores não adquiriram novas terras, a reprodução familiar ocorria por meio da sucessão e transmissão do patrimônio. De acordo com Gasson e Errington (1993, apud ABRAMOVAY et al 1998) "... a sucessão é um processo formado por três componentes. A transferência patrimonial, a continuação da atividade profissional paterna e a retirada das gerações mais velhas do comando sobre o negócio".

Ao se avaliar a questão da transmissão do patrimônio familiar no Bairro Concórdia constatou-se que geralmente havia um senso comum entre os filhos ao herdarem a terra, o acordo se dava de modo a evitar o esfacelamento da mesma, ou seja, a divisão em pedaços muito pequenos que impossibilitassem o cultivo rentável ou suficiente à manutenção familiar. Verificou-se ainda que havia uma predominância dos filhos homens como sucessores dos pais. Em pesquisa sobre o tema¹⁷, fora desenvolvido um estudo com relação à sucessão hereditária no oeste de Santa

¹⁷ Apresentada no livro "*Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*" de Milton Luiz Silvestro (et al.) 2001.

Catarina. Silvestro (et al. 2001, p.68), destaca que os filhos homens eram apontados como sucessores pela grande maioria dos pais entrevistados.

Esta tendência, embora não tenha sido averiguada com maior detalhamento no estudo realizado no Bairro Concórdia, também se mostrou característica. Constatou-se que na maior parte dos casos estudados sobre a sucessão hereditária, as filhas mulheres recebiam em dinheiro e/ou em outros bens que não a terra a parte correspondente a elas da herança, sendo que preferencialmente os filhos homens, ou pelo menos um ou alguns deles, sucediam os pais no trabalho da propriedade. Neste sentido a reprodução familiar estava garantida, “os filhos homens seriam agricultores e as filhas mulheres geralmente se casavam com agricultores”. Sendo a reprodução familiar um dos objetivos do agricultor, ao conseguir comprar novas terras para acomodar os filhos, ou ver que os filhos tinham sucedido os pais no trabalho da propriedade era uma conquista ou o sentimento de uma missão cumprida.

Como exposto nos parágrafos anteriores e citado até aqui, o Bairro Concórdia demonstrava características comuns à grupos ou sociedades camponesas como: certo grau de autonomia, produção de subsistência e reprodução familiar. Pode-se somar a estas características a formação de uma comunidade de interconhecimentos, ou seja, a formação de um grupo onde ocorria uma vida comunitária intensa, complexa de relações de amizade e parentesco, com estabelecimento de laços afetivos intensos.

O agricultor familiar não deve ser reconhecido como aquele que somente subsiste, que retira da terra o suficiente para alimentar sua família, vendendo o excedente, o agricultor familiar é aquele que trabalha a terra com sua família e que vê em sua propriedade uma fonte de trabalho e uma oferta de condições dignas de vida.

Em geral, o produtor que administra individualmente, com sua família, uma área reduzida de terra (própria ou de outros) e que nela emprega predominantemente mão-de-obra familiar; cuja produção está parcial ou totalmente orientada para o mercado, é denominado como agricultor familiar (MONTROYA, 2001, p.209).

O agricultor familiar geralmente é aquele que possui pequena propriedade e que adota um sistema elaborado para poder suprir as necessidades familiares. Mas deve-se tomar certo cuidado ao estabelecer a relação agricultura familiar ou camponesa e pequena produção, pois como bem coloca Wanderley a respeito da agricultura familiar (2001, p.31) “não é a sua dimensão que determina sua natureza, e, sim suas relações internas e externas”.

No âmbito das estratégias adotadas na agricultura familiar, a policultura aliada à pecuária é bastante comum e exige um trabalho intensivo e uma diversidade de atividades muito grande, para tanto precisa organizar e dividir tarefas, as quais são realizadas com êxito por conta do envolvimento familiar que proporciona maior dedicação e cuidados minuciosos.

A propriedade familiar não é propriedade de quem explora o trabalho de outrem; é propriedade direta de instrumentos de trabalho por parte de quem trabalha. Não é propriedade capitalista; é propriedade do trabalhador. Seus resultados sociais são completamente distintos, porque nesse caso a produção e reprodução das condições de vida dos trabalhadores não é regulada pela necessidade de lucro do Capital, porque não se trata de capital no sentido capitalista da palavra. O trabalhador e lavrador não recebem muito. Os seus ganhos são ganhos do seu trabalho e do trabalho de sua família e não ganhos de capital, exatamente porque esses ganhos não provêm da exploração de um capitalista sobre um

trabalhador expropriado dos instrumentos de trabalho (MARTINS, 1980, p.59, apud OLIVEIRA 2001, p.112-113).

Embora o produtor familiar, como ocorre em outras atividades econômicas, vise o lucro, ele apresenta uma diferença fundamental de intencionalidade em sua produção.

... apesar de sua vinculação com o mercado e de sua preocupação com preços e lucro, o produtor familiar não é, necessariamente, um capitalista, pois é proprietário da terra na qual produz; não vive fundamentalmente do trabalho dos outros, e ele e/ou membros de sua família trabalham no próprio estabelecimento agropecuário. (BRUMER, 2001, p.226-227).

Enquanto o produtor familiar tem a terra para trabalho e produção, o capitalista adquire a terra para especulação. A aquisição da terra por parte do capitalista ou é para explorar os agricultores que não tem terra, ou para vendê-la a um preço maior do que comprou.

(...) a propriedade capitalista é um regime distinto da propriedade. Baseia-se no princípio da exploração que o capital exerce sobre o trabalhador que já não possui os instrumentos e materiais de trabalho para trabalhar, possuídos agora pelo capitalista. Nesse caso, a propriedade capitalista é uma das variantes da propriedade privada, que dela se distingue porque é propriedade que tem por função assegurar ao capital o direito de explorar o trabalho; é fundamentalmente instrumento de exploração. Por isso não podemos confundir a propriedade capitalista com a propriedade familiar, ainda que propriedade privada. São coisas completamente diferentes, ainda que a passagem de uma a outra seja muito sutil e a muitos pareça não existir diferença alguma. (MARTINS, 1980 p.59, apud OLIVEIRA, 2001 p.112).

Dentre as principais características do dualismo existente entre as duas formas básicas de produção agropecuária, a FAO elaborou um quadro comparativo (quadro 1).

MODELO PATRONAL	MODELO FAMILIAR
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Predominância do trabalho assalariado	Trabalho assalariado como contemplação
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo

Quadro 1 – Comparativo entre os modelos patronal e familiar da agricultura
 Fonte: FAO/INCRA, 1994.

No âmbito das relações capitalistas no campo, há o predomínio do sistema agropecuário voltado às grandes propriedades e às culturas mais modernas. No entanto, aparecem contradições neste sistema e ele próprio se constrói por meio delas. Ao mesmo tempo em que existe uma tendência centralizadora da terra, ou seja, a diminuição de pequenas e médias propriedades por meio da concentração em grandes latifúndios, a agricultura camponesa e familiar, embora com dificuldades ainda sobrevive na atualidade.

(...) o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas. (OLIVEIRA, 2001, p.18).

Guimarães (1982, p.84) faz uma observação importante com relação à permanência e/ou a manutenção da agricultura camponesa e familiar.

Por sua peculiar e extrema complexidade, a agricultura tem sido campo de pesquisa permanente para vários temas controversos, sem que se possa definir até agora, quanto a esses temas, qual a sua linha tendencial de

evolução. Prognosticou-se, em mais de uma ocasião, a decamponesação da agricultura, o desaparecimento das explorações familiares, a eliminação das pequenas propriedades por meio de sua incorporação às grandes ou de sua ruína econômica. Posteriormente, evidências empíricas comprovam, em épocas e regiões diversas, a inversão daquela tendência, o que levou outros autores a defenderem a tese oposta, igualmente duvidosa de que o futuro da agricultura estaria na multiplicação das explorações camponesas.

Guimarães (1982, p.190), ainda aponta para outro motivo que faz com que haja a permanência do pequeno produtor camponês ou familiar:

... a existência da propriedade camponesa é indispensável à prosperidade da grande propriedade agrícola, pelo fato inconteste de que vai buscar naquela os braços de reserva de que necessita esporadicamente, para as grandes tarefas exigidas em sua produção.

As técnicas agrícolas, a utilização de máquinas, implementos, fertilizantes e insumos em geral, permitiram ao agricultor familiar aumentar a produção, mesmo sem o aumento de sua propriedade. Uma família que pratica a agricultura familiar com a utilização de técnicas mais modernas pode produzir bem mais do que precisa para sobreviver, e com necessidade menor de mão-de-obra, sendo assim, pode ser que um ou alguns dos membros da família se dediquem apenas à administração (neste caso tornam-se pequenos capitalistas) ou a outras atividades não ligadas ao sítio.

Em outros casos, o pequeno produtor não consegue acompanhar o avanço tecnológico, não tem capital suficiente para adquirir máquinas e todo arsenal tecnológico e assim acaba ficando a mercê do capitalista. Muitas vezes acabam arrendando a terra, passando por dificuldades já que possuem pequenas propriedades e tendo que dividir a renda, sobra-lhes uma quantidade insuficiente para sobreviver somente da terra, neste caso precisam complementar a renda com novas atividades, às vezes tornando-se trabalhador temporário, ou buscando um emprego na área urbana.

A agricultura familiar desenvolvida no Bairro Concórdia, de 1950 a 1980, além dos produtos voltados à subsistência, produzia o café, produto destinado principalmente à exportação. A junção da produção cafeeira, aliada à produção voltada ao consumo familiar, segundo os produtores, foi bastante satisfatória, pelo menos durante alguns anos em que o café apresentava alto valor econômico. A quase auto-suficiência em produtos alimentares e a obtenção de um bom lucro com o café, caracterizaram neste período uma fase de prosperidade e satisfação aos agricultores.

Em depoimento, um agricultor e ex-cafeicultor do bairro lembra o momento próspero que viveu com a cafeicultura (Morador E, reside no bairro desde 1965):

P: O sr veio para mexer com a lavoura?

R: A gente já tinha essa propriedade aqui, (...) já tinha um pouco de café e nós plantamos um pouco, fomos plantando mais e comprando mais propriedade, o tempo favorecia, você ganhava também, hoje não! Hoje você tira!

P: Dava dinheiro para comprar mais terra?

R: Sim, claro!

Em outro depoimento, moradora lembra de como era a vida naquele período e diz do que sente saudade (moradora C, reside no bairro desde 1965):

P: Qual a diferença? Como era a vida? Do que a senhora sente saudade?

R: Da roça! (...) mudou completamente, hoje em dia não tem mais roça, só essa terra limpa, de soja, pasto, não tem mais o café! (...) eu gostava de ir na roça, carpir, trabalhar, plantar pepino, plantar abóbora, hoje quase não dá mais! Plantar melancia, colher o café, ruar! A serraia que tinha naqueles cordão, isso não tem mais nada! (...) Era bem diferente, a gente não comprava nada, hoje a gente compra quase tudo. Se você planta chuchu, não dá em nada, (...) se não passar o veneno, não dá nada, a melancia também, se não cuidar com veneno e adubo, não dá mais (...) ervilha que eu gostava muito de plantar, plantei ali, ta assim: encorujada, que não vai.

P: Então a sra acha que quando chegou aqui era melhor do que está hoje?

R: Melhor! Fatura! Tinha muito dinheiro né!

Como se nota nos depoimentos, a fase do cultivo do café no bairro foi bastante satisfatória proporcionando boas condições de vida aos agricultores.

Como já pormenorizado no item 1.2, toda a família estava envolvida no processo produtivo, inclusive mulheres e crianças, pois como destaca Chayanov (1974 apud DAVID e CORRÊA, 2003, p. 17) “a originalidade da unidade de produção familiar reside no fato de que o proprietário dos meios de produção é também o responsável pelo trabalho”. Na pesquisa realizada, inúmeros depoimentos dos ex-cafeicultores (as) confirmam tal informação, como aparece na entrevista a seguir (Morador A, reside no bairro desde 1965):

P: Como era o trabalho na lavoura de café? Toda a família ajudava?

R: Toda a família! E o café, era trabalho o ano inteiro, não tinha trégua, era limpando, era colhendo, era o ano todo (...) a família inteira.

P: Toda família tinha que estar envolvida no trabalho?

R: É! Toda a família, às vezes até os que não iam lá para o cafezal, ajudavam no terreiro, na secagem.

A exploração familiar relaciona três fatores principais: terra, trabalho e família.

(...) corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família. A interdependência desses três fatores no funcionamento da exploração engendra necessariamente noções mais abstratas e complexas, tais como a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração. (LAMARCHE, 1993, p.15).

“A sociedade rural não é estática, ela sofre os efeitos das transformações urbano-industriais” (DAVID e CORRÊA, 2003, p.19), tais transformações aparecem principalmente no caráter mercantil da produção. Algumas sociedades rurais perderam a autonomia relativa que possuíam e se integraram socialmente, economicamente e culturalmente à sociedade global.

Com a abertura do mundo rural ao modo de vida moderno, o camponês transformou-se em produtor de mercadorias. Entretanto, nem todas as características originais do segmento foram alteradas; parte delas permaneceu no novo produtor agrícola, ou seja, a exploração continua a ser familiar, mas os fatores que regem o seu funcionamento apresentam conteúdos novos (DAVID e CORRÊA, 2003, p.19).

No caso do Bairro Concórdia, o que se constata com relação à produção cafeeira é que ocorria com meios tradicionais, ou seja, a produção estava baseada no trabalho braçal, dependia basicamente da força humana com pouca utilização de insumos e maquinário agrícola.

Neste contexto, as transformações sofridas pela agricultura com a implantação de novas tecnologias e a substituição de culturas, principalmente a partir da década de 1980, que proporcionaram diminuição da mão-de-obra, foram sentidas imensamente em todo o Estado do Paraná. Os índices do norte paranaense, de acordo com os censos de 1970 e 1980 indicam perda de aproximadamente 45% da população rural neste período. Também de acordo com os censos de 1970 e 1980, o município de Tuneiras do Oeste perdeu aproximadamente 48% de sua população rural.

A dificuldade principal dos produtores que permaneceram no Bairro Concórdia após a erradicação das lavouras de café, está em implantar novas culturas que garantam um rendimento satisfatório, já que as culturas implantadas até o presente momento como a mandioca, a cana-de-açúcar, a soja e a criação de gado bovino não tem apresentado bons resultados segundo os mesmos. Tal dificuldade será abordada de forma mais clara no próximo capítulo (a partir do item 4), quando se buscará mostrar a situação da agricultura familiar e sua resistência nos dias atuais.

3.3 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO PERFIL DOS PROPRIETÁRIOS DE TERRA NO BAIRRO CONCÓRDIA DURANTE O PERÍODO DA CAFEICULTURA

Uma das características mais marcantes dos proprietários de terra do Bairro Concórdia de 1950 a 1980 aproximadamente, período em que predominou a cafeicultura, é que praticamente todos estavam à frente de seu negócio. Confira a explanação de Cancian a esse respeito sobre o noroeste do Paraná.

Os proprietários permaneciam na quase totalidade, na direção dos negócios, envolvidos diretamente na empresa de exploração do solo, quer gerindo o trabalho nos grandes estabelecimentos ou lavrando a terra nos pequenos. A presença de administrador era rara. O dono de uma plantação era morador habitual, fazia sua residência na própria fazenda ou sítio (CANCIAN, 1981, p.57).

Este traço predominava na maior parte do noroeste paranaense, devido, sobretudo à colonização dirigida que originou uma estrutura fundiária dominada pela pequena propriedade onde se desenvolvia, na maior parte dos casos, a agricultura familiar. Neste tipo de agricultura, como já exposto anteriormente, o agricultor é também o dono da terra e a mão-de-obra, juntamente com sua família. Como no noroeste havia o predomínio das lavouras de café, que como se sabe, necessita de mão-de-obra abundante, havia a necessidade também de que o proprietário da terra residisse nela, caso contrário se tornaria difícil à manutenção e o bom funcionamento da propriedade.

Sendo assim, a maior parte dos agricultores que adquiriam terra nesta região, já o faziam com o intuito de residir nela e por isso esse traço característico de o proprietário ser também o morador e cultivador da terra.

Outro traço bastante comum era o fato de que boa parte dos cafeicultores do bairro conseguiu rentabilidade suficiente que lhes permitiu a aquisição de novas terras, praticamente todos os ex-cafeicultores entrevistados relembram a fase de cultivo do café como um período de ótimos rendimentos e dizem que a família pôde expandir o patrimônio a partir destes rendimentos. Quando questionados se outros cafeicultores também tiveram esta oportunidade, relembram que boa parte sim.

Com a possibilidade da aquisição de novas terras houve facilidade para garantir a reprodução familiar, já que o aumento da quantidade da área a ser cultivada garantia trabalho aos membros da família mesmo com o aumento da mesma (filhos que se casavam, netos já em idade de trabalho). Sendo assim, outra característica comum no período era a preocupação do proprietário com a reprodução familiar, que como se vê, ocorria naturalmente.

Os entrevistados também contam que era comum que os proprietários de terra possuísem veículos automotivos, em entrevista um morador comenta a esse respeito (Morador A, reside no bairro desde 1965):

P: E todos os proprietários, naquela época eram motorizados? A maioria deles?

R: Os proprietários sim! Mas tinha propriedade aí, que (...) tinha empregado, mas mesmo assim, muitos ainda tinham o veículo (...) mesmo não sendo proprietário, era rendeiro, meeiro. Os preços do produto era compatível com a vida do trabalhador, a lavoura de café proporcionava uma renda na época que era compatível, a pessoa podia levar um nível de vida normal, ter o veículo.

Observou-se também que uma característica marcante era a de que havia uma preocupação evidente em se produzir os alimentos necessários à subsistência da família. Mesmo se houvesse maior rendimento com outros produtos que pudessem ser vendidos e que propiciariam a compra de alimentos e ainda renderia um lucro extra. Por exemplo, o milho, era uma cultura possível de ser plantada entre os pés de café, em anos em que o preço do milho tivesse compensatório, o agricultor poderia produzi-lo com o objetivo de comercialização e assim compraria os produtos alimentares necessários. Porém não era esta a lógica de produção das culturas intercalares.

Os agricultores viam nas culturas intercalares uma forma de produção voltada ao consumo familiar e não ligada ao preço de mercado. Neste caso, era produzido o necessário ao consumo da família e não o produto com preço mais atrativo no mercado. Como se vê, havia preocupação com a subsistência do grupo, preocupação esta, independente da oferta e da procura no mercado.

Característica também marcante dos moradores e conseqüentemente proprietários de terra do bairro é a religiosidade, com maioria católica, boa parte dos encontros entre a comunidade ocorriam por conta de reuniões e celebrações relacionadas aos eventos da igreja. Morador relembra como era (Morador A, reside no bairro desde 1965):

P: Então tinha uma vida comunitária intensa?

R: Tinha! (...) Naquele tempo tinha até o capelão, que na época da quaresma, rezava via-sacra, (...) a maioria era católico, tudo isso tinha, hoje não!

Outra peculiaridade constatada no bairro é que a maioria dos moradores apresentava baixo nível de escolaridade no período de produção cafeeira. Apesar de não se ter realizado pesquisa visando detectar a média de anos de estudo dos moradores, pode-se perceber nas entrevistas realizadas que duas gerações destes agricultores, possivelmente os que compraram as terras no bairro na década de 1960 e 1970 e os filhos destes, não estudaram mais que 4 anos, ou seja, a 4ª série do ensino primário.

O fator cultural aparece como um dos motivos para o baixo nível de escolaridade constatado. Tais agricultores que sempre trabalharam na área rural e pretendiam continuar, na maioria dos casos, esclarecem que não viam grande necessidade de freqüentarem a escola, já que o conhecimento de que necessitavam para cuidar das lavouras eram lhes passado pelos pais, tios e avós. Além do fator cultural, outro desafio para a freqüência na escola, como relatado por alguns moradores, era a distância do local de moradia na área rural até a cidade mais próxima, onde eram ofertadas as séries posteriores ao ensino primário.

Como já citado no item 2.2, o Bairro Concórdia, contava com uma Escola municipal que oferecia o ensino primário. Escolas como esta eram comuns nas áreas rurais naquele período, já que a demanda de crianças em idade escolar era grande. Como também já fora explanado, quando as crianças concluíam a 4ª série passavam a estudar na sede do município e eram transportadas por ônibus fornecido pelo município. Porém tal transporte passou a ser disponibilizado a partir da década de 1980, ou seja, as gerações anteriores não contavam com tal serviço, o que dificultava o acesso à escola.

Levando em conta as características apresentadas com relação aos produtores rurais do Bairro Concórdia durante o período da cafeicultura, considera-se que havia uma forte ligação com a terra por parte dos agricultores. Entende-se também que a finalidade principal dos mesmos era a de trabalhar e cultivar a propriedade juntamente com a família, garantindo assim a sobrevivência e a segurança para as gerações futuras. Nota-se ainda que havia uma satisfação dos produtores com relação ao trabalho que era desenvolvido e com os resultados que se obtinha, tanto que se observa que dificilmente cogitavam a possibilidade de saída do campo.

3.4 A MOBILIDADE DO TRABALHO NAS LAVOURAS DE CAFÉ

O conceito de mobilidade é um conceito pertinente para a investigação da dinâmica da população trabalhadora em seus vários âmbitos, no entanto a noção de mobilidade apresenta várias ordens, engloba inúmeras áreas das ciências humanas, por isso quando trabalhado deve ser especificado cuidadosamente, pois “a mobilidade humana é uma noção que procura estabelecer a síntese das construções teóricas sobre os vários conceitos de mobilidade, desenvolvidos nos ramos das ciências humanas que trataram desta questão” (ROCHA, 1998, p.13).

De acordo com Rocha (1998, p.14-15) várias denominações foram dadas às ordens de mobilidade, que são: A) *Mobilidade física*: está dividida em macromobilidade e micromobilidade. “São mobilidades horizontais, ou seja, se reproduzem no espaço concreto, físico, apresentando um perfil histórico geográfico”. A macromobilidade se

relaciona com os deslocamentos em escala internacional, nacional, estadual e municipal, não diz respeito a um deslocamento cotidiano, mas aos fluxos demográficos. Já a micromobilidade, diz respeito aos deslocamentos diários sendo que a escala temporal é curta. B) *Mobilidade centrada no trabalho*: ordem de mobilidade horizontal se dá no âmbito da qualificação, produtividade e status relacionados ao trabalho do indivíduo, que se encontra submetido à lógica capitalista de acumulação. “Esta força de trabalho é entendida como uma mercadoria especial que se desloca em função da dinâmica do mercado”. C) *Mobilidade social*: mobilidade vertical, interpreta a mudança do indivíduo em seu status social sua posição e estrutura de classes e o movimento de polarização das classes sociais.

Levando-se em conta as três noções sobre mobilidade que foram apresentadas, esclarecemos que no presente item será demonstrado a dinâmica das mobilidades ocorridas no Bairro Concórdia, relacionadas ao cultivo e às atividades pertinentes à cafeicultura.

Como já demonstrado no item 3.1, nas décadas de 1950 e 1960 principalmente, o Bairro Concórdia recebeu grande número de moradores por conta do processo de colonização e ocupação pelo qual passava. Verri (1998, p.51) falando do Paraná, destaca que as décadas de 1950 e 1960 estão dentro do auge e do declínio da cultura cafeeira no estado e que sendo esta cultura extensiva em mão-de-obra, foi responsável por uma grande migração de produtores rurais de outros estados ao Paraná. Neste caso, tem-se num primeiro momento um grande aumento populacional no estado. O mesmo autor lembra que neste período o Brasil registrou

uma taxa de 3,04% de crescimento populacional, enquanto que o Paraná registrou 7,27%.

A este processo de entrada de grande número de pessoas no estado se relaciona a noção de mobilidade física (macromobilidade). O mesmo processo ocorria no Bairro Concórdia, ou seja, as pessoas que chegavam ao local vinham de outros estados ou municípios do próprio estado do Paraná, para residirem no bairro, este processo se constitui como um fluxo migratório.

Além deste processo de mobilidade mencionado, houve outros, resultado principalmente do trabalho, da mão-de-obra gerada pelo cultivo do café, e é a este processo de mobilidade que o presente item se propõe a tratar com maior especificidade, porém sem deixar de tratar dos inúmeros processos de mobilidade detectados na mesma área.

Além da relação de trabalho familiar, apareciam no Bairro Concórdia algumas outras. Existiam momentos na propriedade em que o trabalho do agricultor e de sua família não era suficiente para suprir todas as tarefas, na época da colheita do café, por exemplo.

Nos momentos de necessidade de mão-de-obra além da familiar, os agricultores contavam com a mão-de-obra volante dos chamados bóias-fria. A maioria dos agricultores possuía meios de transporte alternativos que possibilitavam transportar esses trabalhadores das cidades próximas para o bairro. Os meios de transporte mais comuns eram caminhonetes e peruas, mas até mesmo tratores eram utilizados

para transporte desses trabalhadores. Casagrande, em estudo com relação ao trabalho volante, faz importante colocação com relação à definição deste trabalhador.

(...) é o trabalhador rural que, residente na zona urbana ou suburbana, presta serviços na zona rural, mediante salário, geralmente em diferentes propriedades agrícolas ou pecuárias. É contratado pelo "turmeiro", "gato" ou "empreiteiro", o qual lhe faz os pagamentos e o transporta, geralmente em caminhão. ' Outro autor ainda acrescenta, que "não é registrado em carteira, mas contratado por dia, tarefa ou empreitada, pelo prazo sempre inferior a um ano e ganhando salários apenas pelos dias efetivos de trabalho ou pelas tarefas realizadas".(JORDÃO NETO, 1975, p.10 apud CASAGRANDE, 1999, p.225).

No Bairro Concórdia o processo era o mesmo. O agricultor procurava pelo intermediário, que ficava responsável em conseguir um grupo de trabalhadores que seria utilizado como mão-de-obra até o momento em que houvesse necessidade na propriedade. A prática mais comum era a de o agricultor buscar os trabalhadores volantes todos os dias de manhã e levá-los de volta para a cidade à tarde. Este tipo de mobilidade é a denominada de mobilidade física (micromobilidade). Neste tipo de utilização de mão-de-obra não havia nenhum contrato de trabalho, o indivíduo poderia sair do grupo quando quisesse bem como novos indivíduos poderiam ser integrados ao grupo conforme a necessidade.

Todo esse processo de chegada e de saída de trabalhadores no bairro gerava grande movimento de pessoas nas lavouras de café. Na época das colheitas principalmente, o bairro recebia uma grande quantidade de pessoas que em muitos casos vinham de outros municípios ou até mesmo outro estado com interesse no trabalho gerado pelo café.

Além da entrada e saída dos trabalhadores todos os dias durante o período principalmente da colheita, em algumas propriedades contratavam-se trabalhadores que permaneciam no bairro durante este período, ou seja, que não retornavam todos os dias para casa, muitos retornavam no final de semana e outros somente após o término da colheita.

Para abrigar estes trabalhadores que passavam toda a colheita no bairro, eram construídos uma espécie de barracão, chamado de rancho, muitos com condições precárias, cobertos com lonas, onde os próprios trabalhadores faziam a comida. Em entrevista feita com agricultor do bairro, o mesmo lembra como era tal processo (Morador E, reside no bairro desde 1965):

P: Além dessas famílias na época de colheita eram contratadas mais gente para trabalhar?

R: Sim! Tinha o volante naquele tempo! (...) a gente até fazia uns ranchos aí, e vinha muita gente de fora e ficava até terminar a colheita, depois eles iam embora. (...) todo ano tinha, naquela época produzia muito café.

Sendo assim, em alguns períodos do ano ocorria um aumento considerável da população do bairro, principalmente formada por integrantes do sexo masculino, pais de família ou rapazes que desempregados nas cidades, encontravam nas colheitas de café uma alternativa de trabalho temporário.

Outra prática comum no Bairro Concórdia, quando o proprietário e sua família não conseguiam realizar todas as tarefas, era o estabelecimento de contratos de parceria. Em inúmeras propriedades havia famílias residindo, porém que não eram proprietárias da terra, mas sim parceiros, meeiros ou “porcentageiros”, como dizem os

moradores, enfim o estabelecimento de um contrato que se firmava com um acordo entre o proprietário da terra e o parceiro.

A noção de exploração abrange duas grandes séries de modalidades: a exploração direta em que a iniciativa da produção cabe ao proprietário, mesmo que não seja ele próprio o executor, e a exploração indireta em que o contrato liga o proprietário não explorador a um locatário que se compromete a explorar e a pagar, sob uma forma ou outra, uma quantia de locação estipulada pelo contrato. Não há nenhuma relação fundamental entre a dimensão da propriedade e a forma de exploração. Entretanto, a pequena propriedade está geralmente mais ligada à exploração direta (GEORGE, 1979, p.90).

Geralmente os contratos apresentavam variações entre uma propriedade e outra, em muitos casos apresentando condições diferentes. Devido às condições mais favoráveis que alguns proprietários ofereciam, havia certa preferência dos parceiros em se trabalhar com um ou outro proprietário. Na maioria dos contratos, o proprietário fornecia a casa, os insumos agrícolas como adubo, agrotóxicos e uma estrutura para a produção como terreiro para secagem do café e tulha para armazenagem, o parceiro por sua vez ficaria responsável pelo trabalho na área estabelecida em contrato.

Ao se avaliar alguns contratos estabelecidos no Bairro Concórdia entre proprietários e parceiros para a produção do café, constatou-se que na maioria, o parceiro ficaria com 40% da produção e entregaria 60% ao proprietário. Já com relação às culturas intercalares, em alguns contratos, tudo o que fosse produzido ficaria com o parceiro, já em outros, o parceiro ficaria com 50% entregando 50% ao proprietário. Basicamente, a diferenciação entre os contratos estabelecidos com parceiros no bairro está na questão exposta sobre a produção das culturas intercalares e também neste aspecto se traduzia a preferência dos parceiros em trabalharem com determinados proprietários.

Os contratos comumente eram redigidos da forma mais minuciosa e específica possível, sendo assim, estabelecia-se a área em que o parceiro atuaria bem como os compromissos e direitos que deveria assumir. Os prazos de contrato geralmente duravam 4 anos e após este tempo poderia ser renovado ou não, de acordo com a necessidade e a satisfação da parceria estabelecida em ambas as partes.

Embora algumas parcerias perdurassem por longos períodos, outras findavam rapidamente, ou por descontentamento de uma ou de ambas as partes, ou por motivos pessoais, algumas acabavam permanecendo pelo prazo de um só contrato, 4 anos. Este processo de parceria também gerava mobilidade de população, pois durante todo o tempo havia pessoas chegando e outras saindo do bairro.

O estabelecimento de tais contratos de parceria foi uma prática que gerou mobilidade populacional no bairro, parte considerável das famílias que residiam no local, eram de parceiros. Durante entrevista com um morador, ele conta como ocorria essa prática (Morador E, reside no bairro desde 1965):

P: O sr acha que morava quantas pessoas por aqui mais ou menos?

R: Mais de 1000 pessoas (...), por exemplo, nós mesmo aqui no sítio tinha média de 12 a 14 famílias sempre, essas famílias cada casa tinha a média de 6 a 8 pessoas, hoje eu conto tudo que tem aqui, no meu mesmo não tem mais nenhum.

P: A família de vocês trabalhou com lavoura de café? Como era o trabalho? Toda família ajuda?

R: Trabalhou! Toda a família ajudava, na época ajudava e depois nós tocava mais a porcentagem, porque nós tínhamos muito café, teve uma época que nós estávamos com cento e poucas mil covas de café aí, então era tudo porcentagem (...) tinham as famílias que tocavam o café.

Tal relação de parceria, onde o parceiro residia na propriedade em que trabalhava, bastante comum no Bairro Concórdia no período de produção do café, praticamente

não aparece mais na atualidade, pois existe uma prática comum de arrendamento de terra para usinas de álcool e/ou para arrendatários que geralmente moram nas cidades próximas ou em outras propriedades rurais fora do bairro.

Como visto acima, quando o proprietário de terra e sua família não constituíam mão-de-obra suficiente para as tarefas do sítio, eram contratados trabalhadores temporários ou então eram estabelecidos contratos de parceria, porém o contrário também ocorria. Havia épocas no ano em que o agricultor não tinha trabalho na propriedade, ou a família era grande e a propriedade não apresentava atividades para todos os membros, nestes casos, havia também a presença de outra modalidade de trabalho, o trabalho acessório.

O trabalho acessório se constitui no fato do camponês ou agricultor, realizar atividades ou trabalhar temporariamente fora do sítio, se transformando temporariamente em assalariado. O trabalho acessório se apresenta como uma fonte extra de renda ao agricultor proporcionando-lhe suplementar seus rendimentos.

Como se percebe, no ciclo de existência da família de agricultores ocorre uma variação muito grande entre momentos de necessidade de muita mão-de-obra e momentos de poucas atividades, onde o proprietário da terra pode vir a se transformar em trabalhador assalariado e isto era muito comum na produção do café o que gerava mobilidade de pessoas e também de trabalho.

Neste contexto nota-se que o processo de mobilidade era intenso e variado no Bairro Concórdia durante a produção cafeeira e que esta mobilidade gerava um dinamismo tanto populacional, como de formas de relações de trabalho.

4 A CRISE DA CAFEICULTURA E O PROCESSO DE ERRADICAÇÃO

Os subtítulos relacionados ao item 4 dizem respeito principalmente ao processo de modernização da agricultura e as mudanças e conseqüências ligadas a este processo. A discussão parte de uma visão mais geral, enfatizando o processo no estado do Paraná e termina avaliando as condições e transformações no Bairro Concórdia.

4.1 A DECADÊNCIA DO CAFÉ E A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NO PARANÁ: CAUSAS E CONSEQÜÊNCIAS

Durante todo o histórico de desenvolvimento da cafeicultura no Brasil sucederam-se momentos de euforia e de crise com relação à produção. Ao mesmo tempo em que o café se tornou o principal produto agrícola em vários momentos, influenciando positivamente o crescimento nacional em inúmeros aspectos, passou por crises que enfraqueceram a economia do país, já que esta em determinado período estava sustentada em grande parte pela produção cafeeira.

Destaca-se o século XIX, principalmente em sua segunda metade, como o período histórico em que a produção do café passa a ter destaque na economia brasileira, no entanto, já nas duas últimas décadas deste século o Brasil começa a passar por crises pela superprodução do café. Em 1882 a produção mundial de café foi maior

que o consumo, provocando a queda do preço do produto. A situação continuou difícil no século XX. A crise de 1929, gerada pela quebra da bolsa de Nova York, foi sentida no mundo inteiro.

O envolvimento do Brasil com a crise de 1929 foi marcado pela queda das exportações de café no mercado internacional e pela suspensão dos financiamentos do governo aos cafeicultores. O movimento político revolucionário de 1930 marca os anos seguintes pela modernização e crescimento industrial. Nestes casos com as crises de 1929 e 1930, registra-se o pouco avanço da agricultura nacional (TEIXEIRA, 2002, p.64).

A crise de 1929 fez com que a cafeicultura dividisse seu espaço com outras culturas e com a industrialização, além de provocar um crescente êxodo rural, “o desenvolvimento industrial moderno é acompanhado por outra modificação básica: a urbanização” (TEIXEIRA, 2002, p.64). Sem contar que a partir de 1950, entraram no mercado mundial, novos produtores de café da América Central e da África, acirrando a competição. Em 1962, foi fundada a Organização Internacional do Café, objetivando disciplinar a produção, a oferta mundial e o preço do produto, além de fixar cotas de exportação para cada país-membro em vista da superprodução mundial. Neste contexto, já na década de 1960, o Brasil adotou a política de erradicação da cafeicultura, pois havia se tornado um produto antieconômico. Surgiu então o Gerca (Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura) que visava substituir os cafezais por outras culturas. Na verdade a intenção era de adaptar a produção de café as reais necessidades dos mercados internos e externos evitando a superprodução e seus efeitos negativos.

O incentivo à industrialização e a outros tipos de produção, bem como a política do governo federal de limitação do plantio de novos cafezais no estado de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, foram fatores que fizeram com que os cafeicultores

buscassem novas áreas possíveis para continuar produzindo o café. Neste sentido, o norte do estado do Paraná apareceu como uma área propícia e possível de se implantar a cafeicultura. No final do século XIX o café já havia cortado o território paulista e atingido o norte paranaense, porém só teve maior expansão no estado no início do século XX¹⁸.

Em meados da década de 1960 e com mais intensidade na década de 1970, o café passa por dificuldades no estado do Paraná.

... As sucessivas geadas... as condições de mercado, com uma política oficial de preços desestimulantes à manutenção da cafeicultura como atividade produtiva principal e, por outro lado, com preços estimulantes à cultura associada da soja e trigo, assentada numa política agrícola profundamente subsidiada, induziu e estimulou a substituição de culturas...Assim o processo de substituição de culturas apresenta-se como uma fase de modernização agrícola (MORO, 1998, p.14).

Uma das causas que contribuíram para que ocorresse essa troca de culturas foram as geadas que afetaram o cafeeiro. Ayoade comenta sobre a repercussão do tempo atmosférico na agricultura.

O clima continua sendo a variável mais importante na produção agrícola. Os parâmetros climáticos exercem influência em todos os estágios dos processos agrícolas, desde o preparo da terra, semeadura, crescimento das plantas e colheita até o armazenamento, transporte e comercialização (AYOADE, 1986, p. 261).

Como se vê, o fenômeno da geada, especialmente a que ocorreu no ano de 1975, a chamada “geada negra”, foi uma das causas que desestruturou os produtores do cafeeiro e impulsionou a modernização, pois destruiu grande parte dos pés de café

¹⁸ Para maiores esclarecimentos sobre o ciclo do café no Paraná verificar item 1.1 deste estudo;

do estado do Paraná. Além da geada, a “ferrugem”¹⁹ contribuiu para a erradicação dos cafezais.

Além disso, algumas estratégias foram utilizadas pelo governo brasileiro para desestimular o cultivo do café. A desvalorização econômica, o controle do mercado e do câmbio e o confisco cambial são exemplos dessas estratégias que estimularam à erradicação desta cultura agrícola no Brasil e conseqüentemente no Paraná. As crises econômicas com a cafeicultura já vinham ocorrendo há algum tempo, os preços eram desestimulantes, em muitos casos, o lucro não compensava mais os investimentos na produção. O governo já não incentivava a cafeicultura, mas sim a produção de grãos. Havia política de crédito rural subsidiado, direcionado à modernização da agricultura, estimulando a cultura de oleaginosas, sobretudo em rotação com o trigo (MORO, 2001, p.93).

Segundo Pereira (1995) apud Verri (1998, p.56-57) os fatores que contribuíram para a mudança da estrutura produtiva no estado do Paraná, na década de 1970, foram:

- I. Capital oligopolista internacional, ligado aos complexos agroindustriais, que após completar seu ciclo de investimentos nos países desenvolvidos, começam a investir em países com potencial de acumulação, destacando-se neste período o Brasil e em especial o Paraná;
- II. Direcionamento do estado brasileiro no sentido de fortalecer “nexos de relação” entre a agricultura e a indústria;
- III. Crescimento industrial brasileiro pós-68 (milagre econômico), que propiciou aumento de investimentos em capacidade produtiva, recebendo o Paraná parte destas inversões;
- IV. Os investimentos do governo paranaense na década de 60, propiciando a criação de infra-estrutura para receber novos investimentos industriais, assim como linhas de crédito específicas que motivassem tais investimentos;
- V. Processo de urbanização do Brasil, assim como do Paraná, criando um mercado de consumo ainda maior que as indústrias localizadas à jusante da agropecuária;

¹⁹ Doença que afeta as folhas do pé de café, prejudicando a produção e comprometendo a árvore.

VI. A alta da cotação da soja, no início dos anos 70, devido às frustrações da safra americana e à carência geral de proteínas no mundo;

Neste contexto, em que o café passa a ser substituído, o estado do Paraná conhece o processo de modernização de sua agricultura atrelada ao próprio interesse do estado, tendo como produtos principais o binômio soja-trigo. Com isto, o êxodo rural torna-se muito acentuado no Paraná, pois as novas culturas implantadas exigem mecanização e utilizam pouca mão-de-obra.

Tais transformações foram em decorrência tanto em relação à diversificação de culturas o que atingiu a estrutura fundiária até então, em boa parte das áreas, centrada em pequenas propriedades por conta da produção cafeeira, como em políticas voltadas ao processo de erradicação, para a substituição de culturas permanentes por temporárias, condizentes com a mecanização e a supervalorização no mercado externo.

Estes fatores e seus respectivos efeitos na economia paranaense ficam melhor evidenciados quando se observa a participação relativa dos setores produtivos na renda interna do Paraná na década de 1970 e no ano de 1980 (tabela 8).

Tabela 8 – Participação relativa dos setores na renda interna do Paraná
1970-1980 (em %)

ANOS	AGRICULTURA	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	TOTAL
1970	25,17	16,62	58,21	100,00
1971	32,22	14,88	51,90	100,00
1972	30,71	18,10	51,19	100,00
1973	27,74	19,67	52,59	100,00
1974	30,04	19,41	50,55	100,00
1975	28,34	19,27	52,39	100,00
1976	19,19	22,31	58,50	100,00
1977	25,56	22,49	51,95	100,00
1978	19,44	27,25	53,31	100,00
1979	19,04	26,14	54,82	100,00
1980	18,53	28,07	53,40	100,00

Fonte: IPARDES, 1980: p. 42.

A participação da agricultura no ano de 1970 é de 25,17%, diminuindo para 18,53% no ano de 1980, sendo o setor que sofreu maior diminuição. Já a indústria foi o setor que mais cresceu de 16,62% no ano de 1970 para 28,07% em 1980 (tabela 8). No entanto não se pode esquecer que a agricultura tem uma forte influência sobre os demais setores e que o crescimento industrial no estado está diretamente ligado ao processamento de produtos agrícolas.

Verri (1998, p.64) destaca que na década de 1980 o setor industrial paranaense tem quase 50% de sua renda proveniente da agropecuária e agroindústria com um crescimento significativo no nível de agregação de valores com produtos como o café solúvel, embutidos de carne e o óleo de soja, etc.

Já avaliando períodos da década de 1990, Verri (1998, p.86) indica que o melhor desempenho do segundo período dos anos de 1993/94 da economia paranaense, está ligado à renda do setor primário, ocasionado pelo aumento dos preços dos produtos agropecuários no mercado internacional, devido à frustração de duas safras consecutivas nos EUA. O autor considera que este foi um processo de

recuperação da produção e produtividade do setor agrícola concentrado principalmente nas culturas de soja e milho.

Como se vê em todos os períodos avaliados por Verri (1998) e citados acima, o setor agrícola e agropecuário, apoiados, sobretudo na década de 1990, nas culturas de soja, trigo e milho, foi responsável pelo dinamismo da indústria paranaense e também da economia do estado, por conta da produtividade e comercialização, mas também da fabricação e venda de insumos, máquinas e implementos, da dinamização do mercado de imóveis e bens duráveis, das aplicações financeiras, dos transportes, entre outros.

Este fato explica o maciço empenho do estado e das forças internacionais na mudança da estrutura produtiva no setor agrário (modernização agrícola) e na busca de adequar a produção visando integrá-la à indústria. Nota-se que a política adotada no estado do Paraná visou torná-lo competitivo e dinâmico no setor industrial para atender as exigências do quadro concorrencial como: produtividade, mão-de-obra qualificada, equipamentos de alta tecnologia e produtos que possuem capacidade de inserção internacional. Os dados apresentados por Verri (1998) acima, que demonstram a recuperação da economia paranaense nos anos de 1993/1994, por conta dos produtos agrícolas soja e milho, indicam que os “ajustes técnicos”, ou seja, a substituição do café e a modernização no setor agrícola paranaense foram satisfatórias do ponto de vista da competitividade e participação no mercado externo, pois inseriram o Paraná neste novo contexto.

No entanto, do ponto de vista social a evolução não foi a mesma, e neste sentido utilizando as palavras de Moro (2001, p.91) a modernização agrícola foi “parcial, conservadora e dolorosa”.

Parcial porque limitou-se a algumas regiões do país, a alguns produtos específicos e a certas fases da organização da produção. Conservadora porque não rompeu com a tradicional concentração fundiária, isto é, da posse da terra. Dolorosa porque concorreu para expoliar no campo milhares de pessoas ligadas às atividades agropecuárias, acentuando o êxodo rural e a miséria (MORO, 2001, p.91).

As conseqüências sócio-espaciais geradas pelo processo modernizador são claros no estado do Paraná, principalmente na região norte que por suas características apropriadas à produção agrícola (clima, relevo, solo) despertaram interesse como área a se implantar o “pacote tecnológico”.

O ‘pacote’, importado nos anos 50, ganha nos anos 60 corpo e forma. A partir de 1964, o novo modelo passa a sustentar a ideologia da modernização conservadora do campo, adotada pelo regime militar. Durante o período do ‘milagre brasileiro’, da segunda metade da década de 60 em diante, a modernização conservadora ganha impulso graças a uma política de créditos subsidiados destinados a compra de máquinas agrícolas, insumos e sementes selecionadas, que melhorariam o rendimento das lavouras, tornando-as, agora sim, essencialmente capitalistas (SERRA, 2001, p. 52).

Nos anos cinqüenta e sessenta o processo modernizador ganha campo, mas é realmente na década de setenta que se consolida, tendo em vista os subsídios governamentais voltados a modernização. Nesse cenário estão inseridos os CAIs - ou, os Complexos Agroindustriais, o qual Muller (1982), apud, SERRA, (2001, p. 52) define como (...) “conjunto dos processos técnico-econômicos e sociais ligados à produção agrícola, ao beneficiamento e sua transformação, à produção de bens industriais para a agricultura e aos serviços financeiros e comerciais correspondentes”.

As mudanças introduzidas na agropecuária pela implantação de pacotes tecnológicos, receberam o nome de “Revolução Verde” que segundo Belato (1993) apud Zamberlam e Santos (2001, p.52) é entendida como “aquele período marcado por geração de conhecimentos tecnológicos destinados à agropecuária do mundo inteiro e sistematizados em pacotes tecnológicos abrangendo a área da química, da mecânica e da biologia”.

De acordo com Zamberlam e Santos (2001, p.52) o Programa da Revolução Verde teve duas fases: a pioneira, de 1943 a 1965, que foi a fase experimental, cujos projetos pilotos foram no México, nas Filipinas e no Brasil, além dos Estados Unidos, resultando pacotes tecnológicos. Na segunda fase, com o objetivo de difundir os pacotes tecnológicos, ocorreu uma intervenção controlada do Estado no processo da produção agrícola na infra-estrutura da produção (subsidiando a compra de sementes, adubos e máquinas) e na organização dos produtores, através da assistência técnica da Emater, Cooperativas e orientação do crédito rural.

De acordo com Guimarães:

O “pacote de insumos” só estava ao alcance dos agricultores abastados. Onde quer que sua utilização resultasse no aumento das colheitas, a “revolução verde” revelaria o seu “lado sombrio”, identificados por efeitos grandemente prejudiciais aos pequenos agricultores: a rápida e expressiva alta nos preços dos arrendamentos e no valor das terras, e expulsão dos camponeses das terras vizinhas, a concentração das propriedades, o superlucro de poucos e a ruína de muitos. Em todos os países, a “revolução verde” fluía para as terras melhoradas e para os estabelecimentos de maiores dimensões e maiores possibilidades financeiras (GUIMARÃES, 1982, p.225).

De forma geral, o que se pode constatar é que nos últimos 50 anos o modelo tradicional (da agricultura) foi substituído pelo processo de “modernização

conservadora”, com a disponibilidade de tecnologias ditas modernas para o agricultor. Foi implantado a partir de conveniência de interesses políticos e comerciais e muito pouco das necessidades do agricultor. Hoje, ele está presente na maioria das propriedades (...). Depois o Modelo foi condicionado à obtenção de crédito. Assim, os agricultores foram "convidados" a usar tratores, adubos químicos, sementes e raças animais de alta resposta a insumos, agrotóxicos e criar animais com ração industrial. O que se tem hoje na agricultura, é fruto desse modelo: aumentou a erosão, o agricultor perdeu o controle da produção, precisando comprar insumos cada vez mais caros e vender seus produtos a preços cada vez menores; a mão de obra reduziu, sobrando gente no campo, o conflito por terras piorou, a natureza foi saqueada, o número de pragas aumentou muito e os alimentos ficaram envenenados". (PAULUS, 2000, p.53).

A nova etapa do crescimento agrícola se destaca pelo mais amplo e mais rápido desenvolvimento da economia mundial, na qual a super-acumulação e a centralização de capitais atingem a maior intensidade – as atividades econômicas se concentram em gigantescas unidades empresariais, e é cada vez maior, no mundo capitalista, o domínio exercido pelos conglomerados financeiros, pelos monopólios e corporações multinacionais. A atividade agrícola passa a interligar-se a indústria subordinando-se ao poder econômico dominante na sociedade capitalista industrial.

De acordo com Moro (2001, p.94) a modernização no campo pode ser avaliada através dos seguintes aspectos: mecanização, eletrificação, irrigação e conservação do solo, uso de fertilizantes e agrotóxicos, além de outros, peculiares a certas culturas.

Ao se avaliar indicadores da modernização agrícola no estado do Paraná na década de 1970, e nos anos 1980 a 1985, nota-se que durante a década de 1970 ocorreram os maiores índices percentuais de modernização agrícola, exceto no caso de consumo de energia elétrica (tabela 9).

Tabela 9 – Indicadores da modernização agrícola, no Estado do Paraná, em 1970, 1980 e 1985.

INDICADORES	1970	1980	1985	%70/80	%80/85
Arados – tração animal	283.215	289.122	306.617	+2,1	+6,1
Arados – tração mecânica	18.883	90.526	97.570	+379,4	+7,8
Área média por trator (ha)	785	200	165	-292,5	-21,2
Área irrigada (ha)	9.176	28.092	31.477	+206,1	+12,0
Consumo de energia elétrica – mil kwk	34.286	50.402	396.996	+47,0	+687,6
Consumo de óleo diesel – mil l.	40.831	287.838	332.523	+604,9	+15,5
Estabelecimentos com práticas de conservação do solo	-	114.926	149.792	+60,0	+30,3
Estabelecimentos com práticas de irrigação	-	4.497	6.030	-	+34,0
Estabelecimentos com uso de agrotóxicos	-	336.664	340.245	-	+1,1
Estabelecimentos com uso de fertilizantes	89.828	219.824	248.166	+114,7	+12,9
Estabelecimentos com uso de força mecânica	16.285	201.108	203.490	+1.134,9	+1,2
Máquinas de plantio e colheita	-	87.838	96.607	-	+10,0
Tratores	18.619	81.620	100.919	+338,3	+23,6

Fonte: Moro (2001, p.95).

Os indicadores: números de tratores e número de arados de tração mecânica que tiveram crescimento significativo no período avaliado podem ser relacionados como os principais fatores para a diminuição do número de empregos no campo.

No estado do Paraná, a região norte foi a que apresentou perda populacional mais representativa, pois tendo o café como principal atividade produtiva até a década de 1970, empregava numerosa mão-de-obra no campo. Com a substituição desta cultura, sobretudo pela cultura associada da soja e do trigo, com elevada mecanização, e também por pastagens, houve diminuição significativa da população

rural e liberou-se grande número de trabalhadores rurais que emigraram especialmente para outras fronteiras agrícolas do país ou para áreas metropolitanas, principalmente de Curitiba e São Paulo. A saída de grande número de pessoas da área rural também gerou aumento do índice de urbanização no estado do Paraná (MORO, 2001, p.97).

Esta mudança sócio-espacial gerada pela modernização agrícola além de provocar um movimento populacional, sobretudo de caráter rural-urbano, o chamado êxodo rural, influenciou na organização da estrutura do espaço agrário regional. Os principais impactos são: as novas formas de utilização da terra, a mudança na estrutura fundiária e na condição do produtor. Além disso, também interferiu no espaço urbano.

Quanto ao uso do solo, o norte do Paraná sofreu mudanças significativas (tabela 10).

Tabela 10 – Utilização das terras na região norte do Paraná (há) 1970,1980,1985

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	LAVOURAS PERMANENTES			LAVOURAS TEMPORÁRIAS			PASTAGENS		
	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985
Noroeste Paranaense	387.246	317.006	223.100	327.176	201.221	280.657	1.001.708	1.590.976	1.598.116
Centro Occidental Paranaense	105.172	65.550	37.272	341.187	526.702	570.312	249.574	296.387	355.807
Norte Central Paranaense	561.491	282.890	147.400	490.424	750.657	895.656	682.800	868.228	917.052
Norte Pioneiro Paranaense	425.756	108.853	78.076	413.056	496.080	515.499	455.649	603.598	661.970
TOTAL	1.479.665	774.299	485.848	1.571.843	1.974.660	2.262.124	2.389.731	3.359.189	3.532.945

Fonte: IBGE apud Moro (2001, p.98). Org: CHIES, 2007.

Como se vê na tabela 10, de 1970 a 1985, as lavouras permanentes representadas, sobretudo pelo café tiveram uma redução aproximada de 59%. Em contrapartida, as

lavouras temporárias, principalmente a soja e o trigo, tiveram uma ampliação nesta mesma proporção (59%). Já as pastagens aumentaram 32%, principalmente no noroeste do estado onde se chegou a 600.000 ha.

Tais dados mostram a profundidade da mudança que ocorreu quanto à utilização da terra. A gravidade da questão é maior no Norte do Paraná. Em apenas 15 anos, perto de 1.000.000 de ha de lavouras de café foram substituídas por lavouras temporárias - em especial pela associação soja-trigo e, simultaneamente, as pastagens foram ampliadas em cerca de 1.140.000 ha, devido à redução drástica da cafeicultura (Tabela 10).

As conseqüências da dinâmica deste processo se projetam sobre a população rural, reduzindo de forma expressiva o nível de emprego e, conseqüentemente, aumentando o êxodo rural.

Se avaliado as formas de uso do solo, nos anos de 1970, 1975, 1980 e 1985 na agropecuária paranaense, verifica-se que neste período, as culturas capazes de gerar empregos no campo, não puderam contribuir neste sentido, pois a cultura do café - com elevada demanda de mão-de-obra durante todo o ano agrícola, teve sua área drasticamente reduzida; as culturas do algodão e da cana-de-açúcar - com demanda de mão-de-obra durante a colheita, tiveram suas áreas ligeiramente acrescidas na primeira metade da década de 1980. Por outro lado, as culturas com utilização intensiva da mecanização, como a soja e o trigo, tiveram suas áreas significativamente aumentadas. A área do milho, por sua vez, apresentava certa estabilidade. No entanto, as pastagens, que geram poucos empregos no campo,

apresentaram um crescimento em torno de 1.482.000 ha, em boa parte em terras antes ocupadas pelo café (tabela 11).

Tabela 11 – Evolução das principais formas de uso do solo na agropecuária paranaense e sua participação sobre o total do estado, período entre 1970 e 1985.

FORMAS DE USO DO SOLO	1970(HA)	%	1975 (HA)	%	1980 (HA)	%	1985 (HA)	%
Algodão	373.287	4,04	203.421	1,92	263.731	2,16	499.300	3,89
Café	1.192.367	12,91	866.724	8,17	747.101	6,13	422.762	3,29
Cana-de-açúcar	30.035	0,33	32.480	0,31	62.092	0,51	144.412	1,12
Milho	2.121.208	22,97	1.848.380	17,42	1.862.670	15,28	1.940.642	15,10
Soja	395.484	4,28	1.615.302	15,23	2.075.657	17,03	2.079.973	16,18
Trigo	250.213	2,71	596.939	5,63	1.135.263	9,31	1.228.742	9,56
Pastagens	4.517.592	48,91	4.979.840	46,94	5.520.175	45,29	5.999.562	46,68
Outros	356.014	3,85	464.289	4,38	522.454	4,29	536.845	4,18
TOTAL	9.236.198	100,00	10.607.375	100,00	12.189.143	100,00	12.852.238	100,00

Fonte: IBGE. Org: CHIES, 2007.

Quanto à estrutura fundiária, avaliando o norte paranaense, pode-se dizer que a modernização da agricultura na década de 1970 fortificou o fenômeno da concentração fundiária. Constatou-se que neste período deixaram de existir na região 104.838 estabelecimentos agropecuários (tabela 12).

Tabela 12 – Número e dimensão média dos estabelecimentos agropecuários na região norte do Paraná entre 1970 a 1985, e população rural entre 1970 e 1991.

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	NÚMERO DE ESTABELECEMENTOS			QUEBRA NO NÚMERO	DIMENSÃO MÉDIA (HÁ)			POPULAÇÃO RURAL			
	1970	1980	1985	1970/85	1970	1980	1985	1970	1980	1991	% 70/91
Noroeste	89.890	55.273	54.057	-35.833	22,9	41,3	42,1	709.291	385.506	213.552	-69,9
Paranaense											
Centro	54.819	32.575	34.152	-20.667	17,5	32,0	32,2	444.689	244.772	152.581	-65,7
Ocidental											
Paranaense											
Norte	100.730	64.252	65.620	-35.110	20,7	33,8	33,6	914.046	494.645	300.151	-67,2
Central											
Paranaense											
Norte	52.100	40.601	40.467	-11.633	24,7	34,9	35,5	469.077	300.526	198.313	-57,7
Pioneiro											
Paranaense											
TOTAL	297.539	192.701	194.296	-103.243	21,5	35,9	36,1	2.537.103	1.425.449	864.597	-65,9

Fonte: IBGE. Org: CHIES, 2007.

Como se pode observar na tabela 12, a dimensão média de ha por estabelecimento teve aumento significativo na região norte paranaense, sendo que a população rural diminuiu 63,9%, destacando a mudança na estrutura fundiária e o conseqüente êxodo rural provocados pela modernização.

Já com relação ao aspecto da condição do produtor influenciada pelo processo de modernização da agricultura, Moro (2001, p.108) ao avaliar os números e condições do estado do Paraná, no período de 1970-1985 faz a seguinte análise:

(...) em oposição à redução do número de estabelecimentos dos proprietários e arrendatários, ocorre uma ampliação da área explorada. Com os parceiros e ocupantes verifica-se uma notável redução em número e área dos estabelecimentos, notadamente, nas mesorregiões do norte paranaense, onde a parceria era lugar comum à época da cafeicultura. De forma semelhante, durante a primeira metade da década de 80, verifica-se uma tendência a alterações no quadro da condição dos produtores rurais. No geral, os proprietários, embora, contenham um menor número de estabelecimentos, apresentam crescimento na área sob seus domínios. Os arrendatários, parceiros e ocupantes ganham espaço em número e área dos estabelecimentos (...). Portanto, assiste-se a uma expansão no número dos estabelecimentos agropecuários e das áreas sob jurisdição desses regimes

de exploração, direcionando para uma relativa situação de desconcentração da posse da terra (MORO, 2001, p.108).

Como destaca Moro (2001, p.108-109) houve uma tendência à desconcentração de posse da terra nos anos 80, por meio da evolução da estrutura fundiária e da condição do produtor que concorreu para amenizar os números do êxodo rural, conseqüentemente da modernização agrícola no período.

Apesar deste processo amenizador do êxodo rural na década de 1980, os dados mostram que entre 1970 e 1991 o norte do Paraná teve uma perda populacional de 446.555 habitantes (tabela 13).

Tabela 13 – Evolução da população urbana e rural do norte do Paraná e sua proporção percentual sobre o total, em 1970, 1980 e 1991.

MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS	TOTAL			URBANA			RURAL			PROPORÇÃO SOBRE O TOTAL					
										URBANA			RURAL		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Noroeste Paranaense	962.798	746.472	655.304	253.507	360.966	441.752	709.291	385.506	213.552	26,3	48,4	67,4	73,7	51,6	32,6
Centro Ocidental Paranaense	546.387	415.222	445.905	101.698	170.450	293.324	444.689	244.772	152.581	18,6	41,1	65,8	81,4	58,9	34,2
Norte Central Paranaense	1.521.550	1.459.089	1.632.600	607.504	964.444	1.332.449	914.046	494.645	300.151	39,9	66,1	81,6	60,1	33,9	18,4
Norte Pioneiro Paranaense	704.201	571.679	554.572	208.124	271.153	356.259	496.077	300.526	198.313	29,6	47,4	64,2	70,4	52,6	35,8
Total	3.734.936	3.192.462	3.288.381	1.170.833	1.767.013	2.423.784	2.564.103	1.425.449	864.597	31,3	55,3	73,7	68,7	44,7	26,3

Fonte: IBGE. Org: CHIES, 2007.

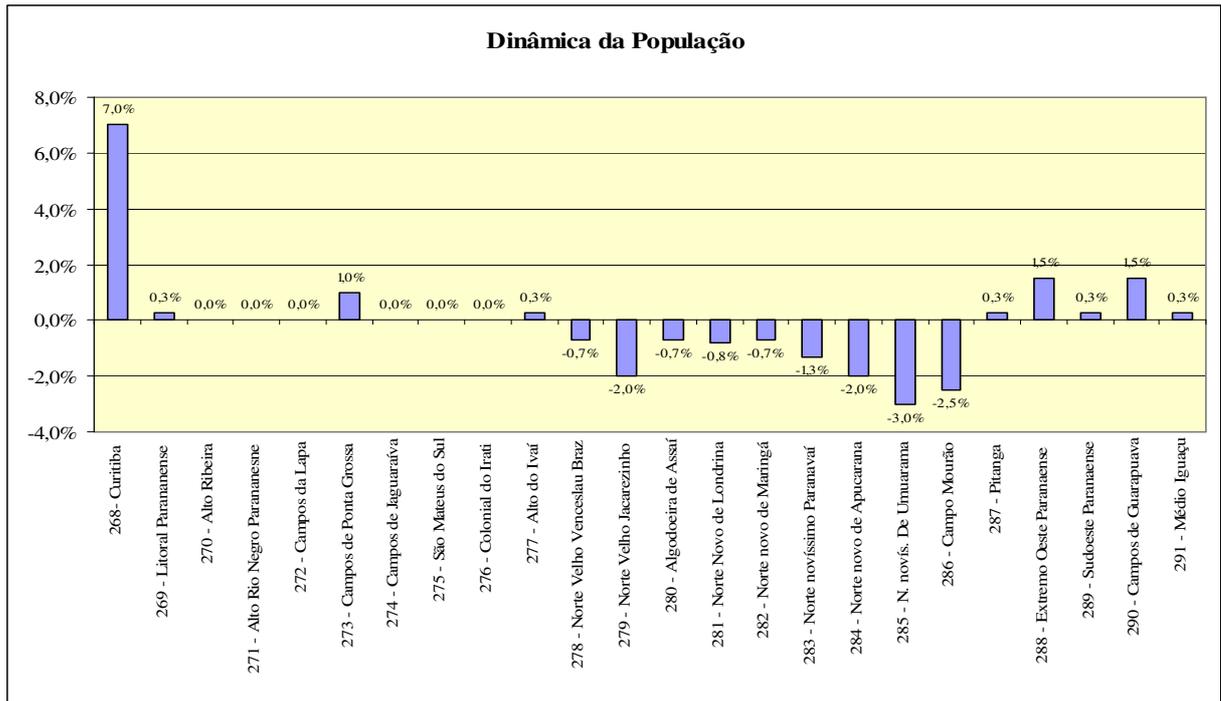


Gráfico 4 – Perda ou ganho percentual de habitantes segundo as mesorregiões geográficas do Estado do Paraná entre 1970 – 1980 e 1980 – 1991.
 Fonte: Moro (2001, p.119). Org: CHIES, 2007.

A análise do gráfico 4 permite uma visualização gráfica comparativa do comportamento espacial da população paranaense entre as décadas de 70 e 80, segundo as mesorregiões geográficas do Estado. A distribuição espacial da população paranaense, segundo as mesorregiões geográficas do Estado e sua participação percentual sobre o total do Estado, aponta um decréscimo na participação das mesorregiões do Norte do Estado, em especial, na década de 70. A situação mais grave ocorreu no Noroeste Paranaense que perdeu população por duas décadas consecutivas. Nessa região, a modernização do campo eliminou numerosos postos de emprego agrícola, concorrendo para gerar grande êxodo rural, esvaziando demograficamente a região e “expulsando” principalmente os trabalhadores que não eram proprietários, ou seja, os parceiros, arrendatários, meeiros.

No geral, está claro que a queda verificada na participação relativa entre as mesorregiões geográficas paranaenses, sobre o total da população do Estado, foi bem mais expressiva no Norte do Estado, em virtude da magnitude do seu esvaziamento demográfico. Os dados mostram que o esvaziamento populacional afetou as áreas onde a população rural era mais densa - as antigas zonas cafeeiras do Norte do Estado, provocando sensível queda na sua participação estadual, reduzindo sua importância em termos demográficos (gráfico 4).

Como se vê, a consolidação do processo de modernização da agricultura paranaense, conforme apresentado acima, gerou modificações profundas nos aspectos sócio-espaciais: na estrutura agrária e na distribuição espacial da população do estado. As consequências sociais também são muitas e variadas e aparecem nos conflitos sociais, no trabalho volante, nos problemas urbanos e nas desigualdades sociais.

4.2 A ERRADICAÇÃO TARDIA DA CAFEICULTURA NO BAIRRO CONCÓRDIA. RESISTÊNCIAS, CARACTERÍSTICAS DA PRODUÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR NA ATUALIDADE

Pode-se dizer que na região noroeste do estado do Paraná, a cafeicultura foi implantada tardiamente comparando-se com as outras áreas paranaenses onde houve a formação de cafezais. Se na década de 1960 o café já passava por crise em regiões do norte pioneiro e outras áreas de colonização mais antiga do norte

paranaense, no noroeste do estado, muitos cafezais ainda estavam sendo constituídos neste mesmo período. Sendo assim, na década de 1970 o café ainda tinha força no noroeste do estado e conseqüentemente nos municípios que compõem esta região. A área em estudo, por exemplo, o Bairro Concórdia, teve suas primeiras colheitas na década de 1960, período que como citado acima, o café já estava em crise no estado do Paraná.

Sendo assim, pode-se dizer que nos anos 70 o Bairro Concórdia, ainda era quase totalmente dominado pela cafeicultura, apesar de que no ano de 1974, os cafezais sofreram com forte geada o que já foi motivo de desestímulo aos produtores locais. Porém, segundo informações obtidas na realização da pesquisa, a maioria dos agricultores, ainda persistiu na produção do café. Na década de 1980 também ocorreram geadas, que juntamente com os baixos preços e os outros problemas enfrentados pela cafeicultura paranaense, já citados no item 4.1, causou uma diminuição expressiva da área produtora no bairro. No entanto a década de 1990 é que marcou o fim, quase que completo da produção de café no local. Segundo os agricultores entrevistados, este fato se deve principalmente a forte geada ocorrida em 1994, à baixa produtividade devido às doenças, e principalmente ao preço comercial incompatível com as despesas de produção, já que o café há duas décadas tinha perdido seu poder econômico no Brasil, sendo seu valor de venda muito baixo. Porém é necessário lembrar que no Bairro Concórdia, o café só termina definitivamente como cultura de caráter econômico no início dos anos 2000, pois alguns agricultores fizeram o replantio de mudas de café na década de 1990,

tentando adaptar nova forma de produção desta cultura como, por exemplo, o chamado café adensado²⁰, tentativas que também foram frustradas.

Ao fato da erradicação tardia da cafeicultura no Bairro Concórdia acredita-se estar relacionada a característica de resistência da pouca alteração da estrutura fundiária, que se mantém em pequenas propriedades em boa parte das áreas do bairro. Também considerando a erradicação tardia do café no bairro, explica-se o fato da população do local ainda estar em fase de transição entre forma de produção tradicional e moderna, o que também influencia a manutenção da estrutura fundiária.

Mas também deve ser levado em consideração, no caso em estudo, para a pouca alteração da estrutura fundiária, o aspecto da colonização dirigida que ocorreu no local. Benaduce (1992) lembra a alteração do processo produtivo (modernização) e as mudanças na estrutura fundiária e explica o caso do norte do Paraná.

Essa alteração do processo produtivo apresentou reflexos territoriais, ocorrendo em muitas regiões uma concentração fundiária, devido, principalmente ao fato de que o pequeno proprietário rural, não apresentando condições de modernizar a produção agrícola, se vê obrigado a vender suas terras (...). No contexto paranaense esse processo ocorre de forma atenuada se comparado com outras regiões brasileiras. Quando observa-se o caso norte Paranaense deve-se levar em consideração um processo de ocupação planejada (por empresas loteadoras) que levou à construção de uma estrutura territorial minifundiária, bem como as características sócio-culturais dos colonizadores do Paraná. (BENADUCE et al, 1992, p. 730).

Na foto 8 onde o Bairro Concórdia aparece contornado por uma linha preta à direita é possível notar a estrutura fundiária.

²⁰ Plantio de pés de café mais próximos uns dos outros que o convencional, utilizando espécies de pés de café que apresentem árvores menores, garante maior produção em menor espaço;



Foto 8– Imagem do Bairro Concórdia vista por satélite (21/12/2006)
Fonte: Google Earth

Considerando o fato de reconhecer que a comunidade estudada se encontra em um processo de transição ou adaptação entre produção agrícola tradicional e produção moderna, e levando em conta que existe um movimento de resistência de costumes e características gerais da produção tradicional, paralelamente a existência de características e elementos ditos modernos, houve a necessidade de identificação das resistências bem como dos processos modernizantes pelos quais a comunidade passa.

Visando resgatar bens culturais que ainda existem na comunidade, descobriu-se que o uso do fogão a lenha é comum em quase todas as casas, apesar de todos terem também o fogão a gás. Alguns moradores fazem questão ainda de manter pés de

café para o consumo da família, colhem o café, levam na cidade para limpar ou tirar a casca e torram em torradores manuais, aliás, este utensílio está presente em quase todas as casas do bairro, além do torrador de café o moinho de café também é peça presente nas casas (Foto 9).



Foto 9 – Fogão a lenha, moinho de café e torrador de café, objetos utilizados por moradores no Bairro Concórdia.
Fonte: Pesquisa de campo (fotos de 24/12/2006)

O forno de barro ou de tijolos, que existia e ainda existe em quase todos os quintais, deixou de ser utilizado por algumas famílias, mas é considerado essencial para outras. Nesses fornos são assados pães, bolos, bolachas, biscoitos e carnes. Os pilões de madeira, antes utilizados principalmente para socar arroz, agora servem para produzir o colorau (condimento). O colorau é produzido de forma artesanal, as sementes vermelhas são socadas no pilão com o fubá, produzindo o colorau de ótima qualidade, segundo as produtoras.

As casas dos moradores na atualidade, na maioria dos casos, apresentam condições melhores que as que viviam os moradores nas décadas de predomínio da cafeicultura. A energia elétrica está instalada em todas as casas, o chuveiro elétrico e o vaso sanitário também estão presentes em praticamente todas. Alguns

moradores construíram casas de alvenaria e a maioria possui itens como antena parabólica, celulares, aparelhos de som e automóveis.

Apesar da maioria dos agricultores que cultivaram o café e que estão no bairro cultivando outros produtos, afirmarem que tinham maiores benefícios econômicos com o café durante o auge, do que com as culturas atuais, constatou-se que a forma como vivem na atualidade parece lhes proporcionar maior conforto e comodidade, levando a crer que na atualidade investem mais em suas habitações e no conforto pessoal. Alguns dizem que como não têm mais a possibilidade de investir em terras ou imóveis, então investem em uma vida mais confortável.

No entanto, acredita-se que o fator principal das mudanças nos hábitos de vida e o investimento em equipamentos modernos se devem ao maior acesso à mídia por parte desses agricultores, e pelos apelos ao consumo que esta proporciona. Além disso, na atualidade, as crianças e jovens do bairro têm mais acesso à escola e conseqüentemente às áreas urbanas, por conta da disponibilidade de transporte escolar, o que tende a influir nos hábitos de consumo.

Apesar de a população ser pequena e não haver mais o funcionamento da escola e nem da venda que existia no bairro, a igreja continua ativa da mesma forma, todo final de semana tem cultos e uma vez ao mês missa. A igreja ainda se constitui no ponto de encontro dos moradores, apesar de que o número de participantes, segundo alguns informantes é muito pequeno por conta do pequeno número de pessoas residentes no local.

Como se pode notar, mesmo com a substituição de culturas e as mudanças na forma de vida da população, e apesar de conviverem e terem acesso às novas tecnologias, são mantidos alguns hábitos e alguns bens culturais nesta comunidade, que sobrevive graças a persistência e a valorização à terra, dada por alguns agricultores.

Voltando à questão da erradicação da cafeicultura no Bairro Concórdia, em entrevista, um morador faz um relato importante quanto às causas do fim da cafeicultura no local (Morador E, reside no bairro desde 1965).

P: Então a fase boa do bairro era a época do café?

R: Café!

P: Foi bem rápido?

R: Foi! Porque de 1975 para cá, foi quando apareceu estas doenças, ferrugem, por exemplo, foi o pior que existiu.

P: Então o fim da cafeicultura se deve às doenças?

R: Doenças! Porque aí as lavouras já vai ficando velha, essa doença em cima, aí você não agüenta plantar outro!

P: Mas foi só por esse motivo, que houve o fim do café?

R: Mais por causa disso! Os preços sempre foram mais ou menos, agora não está tão bom, porque foi mais uso de defensivo, veneno, essas coisas todas, e o preço também não subiu tanto.

P: E os defensivos subiram?

R: Vixe Maria! Aí arrebenta com a gente! É igual ao soja! Não tinha ferrugem em soja, agora tem! E o veneno de ferrugem para soja é 200 e tantos contos o litro, o veneno! E o soja ó: o precinho!

O que se percebe no relato do agricultor, quanto ao fim da cafeicultura no bairro, é uma percepção expressa de forma simples, mas que demonstra as mudanças no setor agrícola geradas pelo processo modernizador da agricultura. O relato do agricultor mostra como que repentinamente houve a necessidade da utilização de insumos, defensivos e fertilizantes, o que inviabilizou a continuidade do cultivo tradicional ao qual os produtores locais estavam adaptados.

Tabela 14 – Histórico da produção cafeeira no município de Tuneiras do Oeste 1970/1980/1985 e 2003

Ano	Informantes	Quantidade (T)	Valor (até 1985 mil cruzeiros) (em 2003 mil reais)	Área (ha)	Pés que produziram	Pés novos	Pés em idade produtiva
1970	712	254	282	1.198	902.926	821.092	2.971.472
1980	424	1.198	54.150	2.314	1.918.657	95.490	2.601.087
1985	321	1.326	-	1.707	-	-	1.694.970
2003	-	172	370	283	-	-	-

Fonte: Censos agropecuários 1970/1980/1985 e produção agrícola municipal 2003 (IBGE). Org: CHIES, 2007.

A tabela 14 mostra por meio do número de informantes, que em 1970 havia um número maior de produtores de café no município de Tuneiras do Oeste se comparado aos períodos seguintes avaliados (1980 e 1985) quando houve uma diminuição considerável. Apesar do número de cafeicultores ser maior em 1970, a produtividade aumentou em 1980 e 1985. No entanto, ao comparar a quantidade produzida em 1985 e 2003 se percebe que houve grande redução. Esta redução também está expressa na área ocupada pela cafeicultura.

Como se vê, o município deixou de ter o café como um de seus principais produtos agrícolas, principalmente na década de 1990. No Bairro Concórdia praticamente não aparece mais a produção cafeeira na atualidade. Com o fim do café, o predomínio no bairro é da cana-de-açúcar, através do sistema de arrendamento para usinas de álcool, aparecem também pastagens para criação de gado leiteiro, ainda o cultivo da mandioca, e o início do cultivo da soja.

Tabela 15 – Histórico de produção das principais culturas agrícolas, além do café, no município de Tuneiras do Oeste (1970/1980/1985)

PRODUTOS AGRÍCOLAS	1970				1980				1985			
	informantes	Quantidade (T)	Valor (mil cruzeiros)	Área (ha)	informantes	Quantidade (T)	Valor (mil cruzeiros)	Área (ha)	informantes	Quantidade (T)	Valor (mil cruzeiros)	Área (ha)
Algodão	-	-	-	-	485	3.163	53.313	2.298	675	5.283	-	3.804
Amendoim em casca	737	2.361	1.931	819	325	1.239	10.685	905	16	52	-	11
Arroz em casca	754	785	1.281	330	542	504	6.187	753	237	659	-	893
Cana-de-açúcar	1	100	10	3	16	463	477	27	17	24.987	-	476
Feijão em grão	703	357	938	181	546	511	22.701	955	429	394	-	730
Mandioca	83	4.092	319	244	74	6.375	11.174	385	232	24.371	-	1479
Milho em grão	1.302	4.453	3.388	541	820	4.022	19.784	2.471	601	3.820	-	2.615
Mamona	139	243	85	-	131	297	3.180	-	16	48	-	36
Soja em grão	299	373	635	101	38	2.200	18.057	1.180	6	164	-	35
Trigo em grão	7	4	10	1	3	147	1.868	181	2	90	-	60

Fonte: Censos agropecuários 1970/1980/1985 (IBGE). Org: CHIES, 2007.

Tabela 16 – Principais produtos agrícolas produzidos no município de Tuneiras do Oeste em 2003

PRODUTOS	Quantidade (T)	Valor (mil reais)	Área plantada (ha)	Área colhida (ha)	Rendimento médio Kg/ha
Algodão	144	187	80	80	1.800
Amendoim em casca	36	36	20	20	1.800
Arroz em casca	120	57	100	100	1.200
Cana-de-açúcar	476.630	11.916	6.032	6.032	79.016
Feijão em grão	30	48	50	50	600
Mandioca	11.000	1.980	550	550	20.000
Milho em grão	12.600	3.251	3.800	3.800	3.315
Mamona	-	-	-	-	-
Soja em grão	32.500	20.150	12.500	12.500	2.600
Trigo em grão	600	270	300	300	2.000

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2003. Org: CHIES, 2007.

A cana-de-açúcar é cultivada no município de Tuneiras do Oeste pelo sistema de arrendamento de terras. No bairro Concórdia, o maior arrendatário é a Usina Santa Terezinha, localizada na cidade de Tapejara, município vizinho de Tuneiras do Oeste. A área maior dominada pela cana-de-açúcar no bairro é a extensão de terras da Fazenda Tuneira pertencente à CMNP, esta cultura aparece ainda em mais algumas propriedades do bairro.

Analisando os dados das tabelas 15 e 16 com relação a cana-de-açúcar, é possível observar a evolução do cultivo no município de Tuneiras do Oeste. É possível notar também que houve um crescimento muito grande na quantidade da produção entre 1985 e 2003 o que demonstra que esta foi uma das principais culturas que substituiu o café no município, assim como ocorreu no Bairro Concórdia. O gráfico 5 demonstra que em 1993/1994 a cana-de-açúcar estava em terceiro lugar na ocupação das terras do município de Tuneiras do Oeste, atrás das pastagens e da mandioca.

Considerando que, como se verá mais adiante, as pastagens e a mandioca tiveram uma diminuição da produção a partir do final da década de 1990, e observando que a cana-de-açúcar teve um aumento na produção, bem como se baseando nas informações obtidas na pesquisa de campo, constatou-se que a cana-de-açúcar também vem substituindo áreas antes ocupadas pela mandioca e pelas pastagens, estando em um processo ainda de crescimento da produção no município.

A criação extensiva do gado também vem sendo opção de boa parte dos proprietários de terra do bairro, porém vários desses pecuaristas não residem mais

em suas propriedades, se mudaram para a área urbana do município, ou para cidades vizinhas.

Tabela 17 – Evolução da criação de gado bovino no município de Tuneiras do Oeste (1970/1980/1985/2003)

Ano	Informantes	Total de cabeças
1970	1.126	35.554
1980	887	64.522
1985	-	60.320
2003	-	39.600

Fonte: Censos agropecuários 1970/1980/1985 e Produção Agrícola Municipal 2003 (IBGE). Org: CHIES, 2007.

Os dados da tabela 17 demonstram que o número de cabeças de gado teve um aumento significativo de 1970 para 1980 no município de Tuneiras do Oeste, embora pelo número de informantes a quantidade de pecuaristas era maior em 1970 que em 1980. Acredita-se que este dado está relacionado ao fato que toda propriedade onde se produzia café, geralmente apresentava um pasto para produção de leite e carne ao consumo familiar, ou seja, neste período havia mais produtores que criavam gado, porém em baixa escala, por isso o número elevado de informantes, mas com baixo número de cabeças.

Esta informação demonstra que as pastagens e a criação de gado como atividade econômica principal nas propriedades agrícolas, cresceu com a diminuição da produção cafeeira no município, ou seja, a formação de pastagens para a criação de gado também foi uma das opções principais de atividade em substituição à cafeicultura.

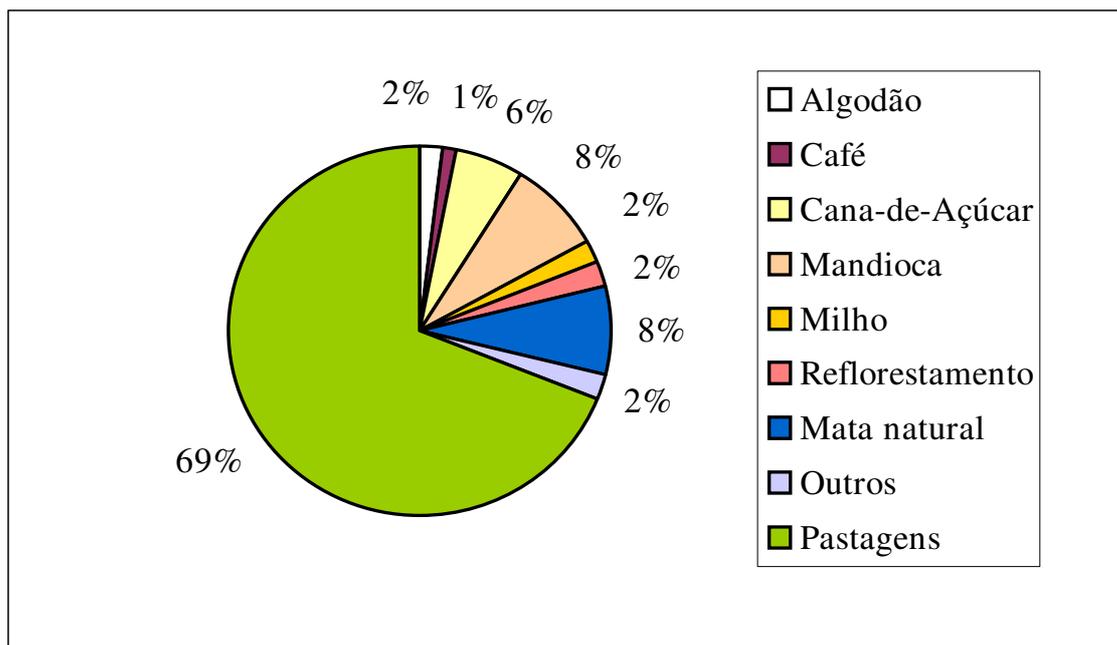


Gráfico 5 – Utilização da terra em Tuneiras do Oeste, 1993/1994.
Fonte: EMATER, 1993,1994;

No gráfico 5 fica claro como que no início da década de 1990 as pastagens eram a principal forma de utilização da terra no município de Tuneiras do Oeste.

De acordo com a tabela 17, comparando o número de cabeças de gado bovino entre 1985 e 2003, se nota que houve redução da criação de gado no município de Tuneiras do Oeste. Este fato se deve principalmente a substituição de áreas de pastagens pela produção de grãos no município a partir de 1999.²¹ A comparação do gráfico 6 com o gráfico 5 demonstra como em 2001 a área de pastagens havia sido reduzida e a de lavoura aumentada em relação a 1993/1994.

²¹ A substituição de áreas de pastagens pela produção de grãos, principalmente a soja, será detalhada ainda neste item quando se tratar da produção de soja.

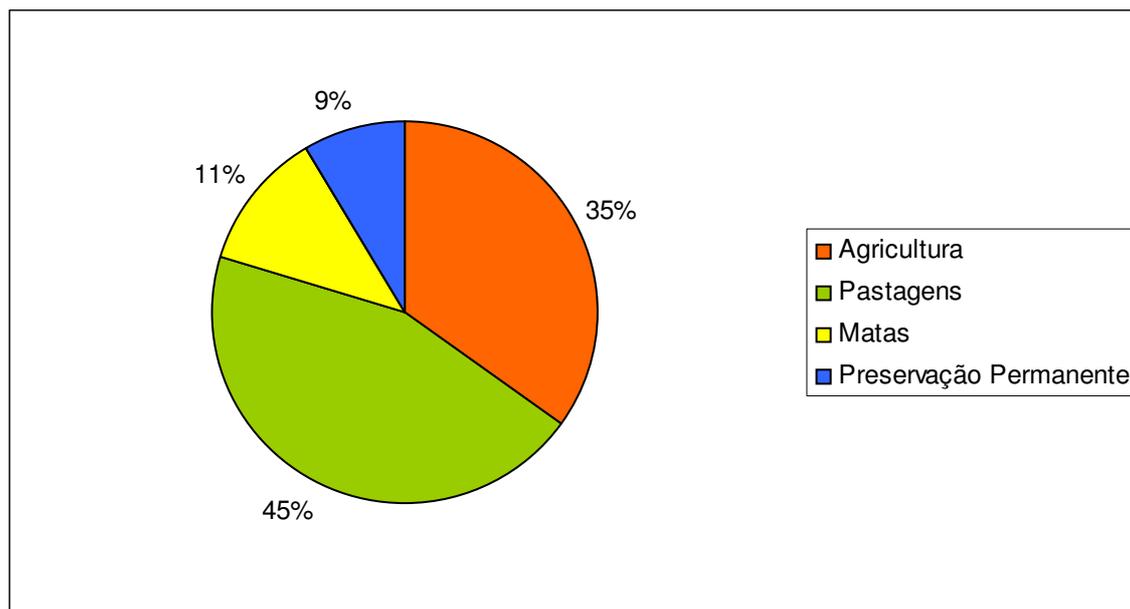


Gráfico 6 – Distribuição da área ocupada pelo município de Tuneiras do Oeste, 2001
Fonte: Secretaria da Agricultura de Tuneiras do Oeste – 2001

A mandioca é outra cultura comum no Bairro Concórdia na atualidade, assim como em todo município de Tuneiras do Oeste. As tabelas 15 e 16 quando tratam de informações referentes à produção da mandioca no município de Tuneiras do Oeste, permitem observar que as quantidades produzidas sempre foram crescentes de 1970 a 1985, sendo que neste último período se constatou grande produção. Já comparando o período de 1985 a 2003 se nota que houve diminuição da produção, fato relacionado principalmente à baixa dos preços, gerado pela grande oferta do produto. No entanto, mesmo em processo de diminuição da produção entre 1985 e 2003 (tabelas 15 e 16), o gráfico 5 mostra que em 1993/1994 esta cultura após as pastagens, se constituía na que mais ocupava as terras do município de Tuneiras do Oeste.

Os produtores de mandioca do Bairro Concórdia, são os proprietários de terra que na maioria dos casos, ainda vivem na zona rural, ou seja, ex-cafeicultores que ainda

moram em suas propriedades e trabalham a terra. Mesmo assim, a rotina é bastante diferente da que tinham com a cafeicultura.

O café como cultura permanente, exigia cuidados contínuos e tradicionais como a carpinagem, feita com enxadas, o cuidado com a árvore como a desbrota²², a pulverização, a adubação, sem contar a colheita, toda feita de forma manual, enfim, o proprietário e sua família tinham trabalho para o ano todo. Já com a mandioca é diferente, a terra precisa ser preparada com o trator, porém poucos proprietários de terra do bairro possuem este equipamento, desta maneira, precisam contratar serviços de terceiros.

O trabalho que os proprietários têm com a mandioca reside em ajudar no plantio, pois não podem fazê-lo sozinhos, já que existe a necessidade de plantá-la rapidamente para que cresça uniforme e possa ser colhida de uma só vez, ou até mesmo, precisa de rapidez para aproveitar o solo úmido e não perder o período certo do plantio.

As vezes o proprietário precisa retirar algumas ervas daninhas entre os pés de mandioca, as vezes precisa pulverizar para acabar com algumas doenças e pragas que atingem a lavoura, se quiser pode ajudar na colheita, mas assim como no plantio, este trabalho tem que ser rápido e portanto há a necessidade da contratação de mão-de-obra volante.

²² Retirar o excesso de brotos novos para que o pé de café não seja prejudicado;

Quando questionada sobre o trabalho com a mandioca na atualidade, uma moradora (moradora F, reside no bairro desde 1977) afirma:

Agora com a mandioca, ta dando muito pouco dinheiro, com o café era melhor, o povo agora ta indo para a cidade, tem muito pouca gente aqui, o café dava mais serviço para a gente e ainda tinha que buscar bóia-fria para ajudar, trabalhava muito mais, agora tem menos renda. Mas sabe, mandioca dá muito trabalho, mas é assim: só para juntar as ramas, para plantar, é muito serviço, mais só que depois que planta, fica o ano inteiro na folga.

Como se pode perceber, as atividades desses agricultores são bem menores que as que tinham quando cultivavam o café, sendo o ritmo de vida bastante diferente. Se para cultivar o café em uma propriedade de 10 a 15 alqueires era necessário o trabalho de toda uma família numerosa, na atualidade, uma ou duas pessoas é o suficiente para as atividades de uma propriedade deste mesmo tamanho, que é o tamanho predominante no bairro.

Apesar das diferenças na forma de produção e de trabalho, percebeu-se que as pessoas que continuam residindo no bairro, na maior parte dos casos, são aqueles que produzem mandioca e alguns dos que criam gado. Boa parte destes, principalmente os cultivadores da mandioca, continua a produzir com seu próprio trabalho e com o trabalho de sua família e não abrem mão de morarem em sua propriedade. Os agricultores que agem assim são a minoria, e é esta minoria que vem desenvolvendo a agricultura familiar no bairro, mesmo que com inúmeras diferenças com relação à agricultura familiar que era desenvolvida anteriormente no período da cafeicultura.

Houve principalmente, com a produção dessas culturas mais modernas, uma perda de autonomia tradicional, autonomia esta que diz respeito à produção de quase todos os gêneros alimentícios de que necessitavam e que na atualidade não é possível produzirem. Outra diferença fundamental é que na atualidade precisam contar, para muitas atividades, com serviços de terceiros, para o preparo da terra com tratores, por exemplo, não podendo mais a família desenvolver todas as atividades exigidas por falta de equipamentos ou técnicas, já que estes pequenos produtores não estão capitalizados o suficiente para acompanhar as novas exigências da produção agrícola moderna.

Quanto ao cultivo da soja no Bairro Concórdia e também no município, relaciona-se principalmente com o início das atividades de um entreposto da cooperativa Cocamar em 27 de Julho de 1999. Este entreposto foi instalado na cidade devido a um projeto de integração agricultura x pecuária, visando um maior desenvolvimento na região noroeste do Paraná. Veja na explicação abaixo como funciona a integração agricultura x pecuária:

...a nova tecnologia gerada tem manejo de solo específico e plantio direto sobre a palha, as áreas a serem recuperadas recebem culturas de inverno e verão por um período não inferior a três anos e depois, voltam para pastagens nos solos já recuperados química, física e biologicamente (RELATÓRIO DA COCAMAR, PROJETO ARENITO NOVA FRONTEIRA, 2004, p.2).

O município de Tuneiras do Oeste abrange uma grande área na região do arenito Caiuá, onde a Cocamar desenvolve juntamente com o IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná), Syngenta e a prefeitura de Umuarama, um projeto de implantação da soja, "Projeto Arenito Nova Fronteira". O projeto visa substituir áreas de pastagens por lavouras, principalmente a soja.

Sabe-se que a produtividade de leite e carne é muito baixa devido as pastagens muito fracas estabelecidas em solos esgotados e exauridos em sua fertilidade ao longo do tempo...a terra tem 85-90% de areia, níveis críticos de fertilidade...a agricultura é vista como caminho para a recuperação dos solos. (RELATÓRIO DA COCAMAR, PROJETO ARENITO NOVA FRONTEIRA, 2004, p.1-2).

Como se vê, a soja é vista como uma opção para obter maiores rendimentos e recuperar os solos já degradados pelas pastagens. O aumento da área de terras ocupadas com lavoura em 2001 e a diminuição das áreas de pastagens neste mesmo período em comparação a 1993/1994 (gráficos 5 e 6) é um indicador deste processo do aumento do cultivo da soja no município de Tuneiras do Oeste.

Avaliando os dados da tabela 15 com relação à soja, se percebe que em 1970 a produção era bem pequena no município de Tuneiras do Oeste, sendo que houve um aumento da produção em 1980. Em 1985 tanto a quantidade produzida como a área de produção tem uma grande diminuição. Comparando a produção da soja em Tuneiras do Oeste de acordo com os dados do IBGE de 1985, expressos na tabela 15, com a produção de 2003 expressa na tabela 16, constata-se que houve um grande aumento. A quantidade produzida passa de 85 para 32.500 toneladas e a área de apenas 35 ha para 12.500. Acredita-se que este aumento esteja relacionado com a atuação da Cocamar e o projeto "Arenito nova fronteira".

Tendo como grande incentivadora a Cocamar, alguns agricultores do Bairro Concórdia optaram pelo cultivo da soja através do sistema de arrendamento, ou seja, arrendaram suas terras para o plantio, pois os próprios donos não poderiam cultivá-la, já que não possuem máquinas e equipamentos necessários.

Na pesquisa realizada, percebeu-se que os agricultores que decidiram arrendar suas terras para o cultivo da soja, não estão completamente satisfeitos com os resultados obtidos, como relata um agricultor em entrevista (Morador E, reside no bairro desde 1965).

P: Também não compensa mais arrendar para soja?

R: A única coisa do arrendamento é o seguinte: acho que ele compensa um pouco, não vai te dar lucro, porque tendo que dividir com o arrendatário, sobra muito pouco, também porque a soja tá com preço muito ruim, mas futuramente a terra não desgasta, ela vai melhorar a terra sempre (...) faz o plantio direto, aí você aproveita que faz cobertura, é onde segura um pouco, que a terra melhora.

Se com a produção do café o proprietário realizava todas as tarefas na lavoura e detinha toda a renda de sua terra, além de tirar dela a maior parte dos alimentos de que necessitava, com as novas culturas implantadas no Bairro Concórdia é diferente. Os proprietários que optaram pelo cultivo da cana-de-açúcar, por exemplo, produzem pelo sistema de arrendamento para usinas de álcool. As usinas por sua vez, ficam responsáveis por todo o processo de produção, neste caso, o dono da terra não tem mais trabalho em sua propriedade, além de que, não pode mais produzir culturas de subsistência. Além disso, boa parte da renda de sua terra fica com o arrendatário, no caso, a usina.

Neste contexto, destacam-se 4 conseqüências importantes com relação ao novo processo produtivo do Bairro Concórdia: 1) A renda obtida não é mais toda do proprietário e sua família; 2) O agricultor não tem mais trabalho com sua terra e na maioria dos casos, não possui formação profissional para desenvolver outro; 3) O proprietário precisa comprar muito mais produtos, sobretudo alimentares, do que antes; 4) A maioria dos proprietários não moram mais em suas propriedades.

Estas conseqüências rompem com várias das características do perfil do produtor familiar no período produtivo anterior, ou seja, durante a produção do café.

Como se percebe, as novas formas de utilização da terra ou as culturas implantadas em substituição ao café, não estão proporcionando resultados satisfatórios e capazes de garantir a reprodução familiar aos agricultores do Bairro Concórdia, o que neste sentido, sinaliza para uma tendência de extinção da modalidade familiar na produção agrícola do bairro.

4.3 O ÊXODO RURAL E O PERFIL ATUAL DOS AGRICULTORES NO BAIRRO CONCÓRDIA

A partir da década de 1980, com o processo de erradicação da cafeicultura no Bairro Concórdia, houve grande êxodo rural, e a população que era numerosa teve uma diminuição expressiva. Não se pode afirmar ao certo o número de moradores que havia no Bairro Concórdia no período da cafeicultura e nem mesmo o número exato de moradores da atualidade, pois por não ter caráter administrativo como um distrito, um bairro rural não apresenta índices próprios nos censos demográficos. No entanto, segundo os relatos dos moradores entrevistados, acredita-se que havia uma população de aproximadamente 1.000 a 1.500 pessoas na década de 1970 e primeira metade da década de 1980. Na atualidade estima-se que o número de moradores não passe de 100 pessoas.

A diminuição expressiva do número de moradores do bairro está relacionada à mudança de cultura agrícola, ou seja, a substituição do café por atividades que necessitam de pouca mão-de-obra. Em entrevista um morador fez um relato interessante sobre a saída de pessoas do bairro (morador G, reside no bairro desde 1975).

As pessoas saem do bairro procurando melhoria de vida, um sai para estudar, outros para pegar um emprego na cidade (...) os jovens não ficam mais, e bobeira do jovem que ficar na área rural se o governo não mudar a política agrícola (...) hoje na área rural só tem lavoura mecanizada, lavoura braçal hoje não tem mais recompensa, e quem tem pequenas propriedades não tem condições de vida na área rural, não tem condições de ter um implemento, não tem condição de ter um maquinário, e no serviço braçal, como era o café, não tem mais remuneração.

Este relato demonstra a atual situação do pequeno produtor e a conjuntura que incentiva e provoca o êxodo rural. A produção de culturas ditas modernas que exigem a utilização de máquinas, implementos, defensivos, fertilizantes entre outros, predomina na atualidade, e o produtor que não se adapta a esta realidade tem basicamente duas opções: 1) Viver do cultivo da terra, porém em condições de dificuldades; 2) Migrar para outras áreas; o que faz com que muitos agricultores engrossem o número de desempregados e subempregados nas grandes cidades.

Como já mencionado anteriormente, no Bairro Concórdia existe uma área da fazenda Tuneira, pertencente à CMNP que produziu café até aproximadamente 1985. A erradicação da cafeicultura na Fazenda Tuneira, também é fator responsável pela diminuição da população do bairro, pois a fazenda contava com cerca de 80 famílias, que trabalhavam como empregados na produção do café. Dessas 80 famílias cerca de 40, morava no Bairro Concórdia. Essas pessoas tiveram que se mudar do bairro com o fim da produção do café. Segundo relatos de

ex-empregados da fazenda, as famílias foram indenizadas pela empresa (CMNP) e de acordo com informações obtidas na pesquisa, a maioria teve seu destino para a cidade de Tapejara (cidade vizinha de Tuneiras), grande parte trabalha no corte de cana-de-açúcar, que foi a cultura que substituiu o café nas áreas da fazenda.

Os atuais donos de terra do bairro Concórdia, em sua maioria, não moram nas suas propriedades, residem nas cidades próximas (Tuneiras do Oeste, Cianorte, Tapejara e em outras localidades do próprio município). Um pequeno número de proprietários ainda reside nas propriedades e desenvolvem a agricultura familiar, resistindo à tendência de uma agricultura capitalizada. As dimensões desta resistência se verificam em inúmeras áreas rurais do município e também nos municípios vizinhos, porém com números bastante tímidos quando comparado ao período de predomínio da cafeicultura.

Ao se avaliar o fato dos proprietários de terra no Bairro Concórdia, em sua maioria, não residirem mais nas propriedades, se constata uma diferença com relação ao perfil dos proprietários no período de predomínio da cafeicultura, quando praticamente todo proprietário de terra também era morador. Além do fato de que muitos proprietários de terra do período agrícola anterior, ou seja, ex-cafeicultores, terem arrendado as terras e por isso, não morarem e nem trabalharem mais nelas, existe um outro processo que pode ser considerado ainda mais preocupante, ou seja, a venda da terra por parte dos ex-cafeicultores e a aquisição dessas terras por “empresários rurais” e não por agricultores.

Algumas propriedades do bairro foram vendidas a comerciantes, empresários ou fazendeiros da região e é justamente nessas terras que se pode observar um processo de concentração fundiária. Esses compradores, segundo informações obtidas na pesquisa, especulam a possibilidade da compra de propriedades que estão ao lado das que possuem e oferecem bom dinheiro para o negócio. São ofertas, muitas vezes irrecusáveis aos agricultores endividados, descapitalizados e sem opções de cultivo em suas terras.

Com esta tendência, outra diferença entre o perfil dos proprietários de terras do passado (período da cafeicultura) e os do presente (pós-cafeicultura) no Bairro Concórdia, é que se antes a maioria dos agricultores/proprietários tiveram a possibilidade de ampliar o patrimônio familiar e de garantir a reprodução da família, no novo período, tal reprodução ficou comprometida.

Com a nova tendência agrícola, onde predominam culturas que exigem mecanização e pouca mão-de-obra, os agricultores que possuem pequenas propriedades, vêm-se em situação difícil, observa-se ainda que os filhos destes agricultores, raramente permanecem na área rural, inchando cada vez mais as cidades e aumentando os problemas sociais. Como destaca Benaduce (et al, 1992, p.730). “A modernização agrícola, demandou os interesses de produtores capitalizados (...) as políticas de modernização beneficiaram determinados setores da sociedade”.

Ao se avaliar algumas características do perfil dos proprietários de terras do Bairro Concórdia, durante o período da cafeicultura, no item 2.3, constatou-se que a

maioria possuía veículos automotivos nesse período. Na atualidade, observa-se que a maioria ainda possui, apesar de que nos relatos nota-se a dificuldade em manter tais veículos. Quando questionado sobre este assunto um agricultor declarou (Morador E, reside no bairro desde 1965).

(...) A usina tem um convênio medonho com o governo, todo ano reforma a frota, essa coiseira tudo, o coitadinho vai fazer de que jeito, fica de carrinho velho, fica 50 anos comigo, se eu ficar velho, não posso comprar outro.

Outra característica analisada para comparar os perfis dos agricultores do Bairro Concórdia do período da cafeicultura e após a erradicação, é a preocupação com a produção de produtos voltados à subsistência, ao consumo da família. Neste aspecto constatou-se que no primeiro período avaliado, essa preocupação era constante. Já no segundo período, avalia-se que há menor produção neste sentido, mas que com relação aos produtores que realizam a agricultura familiar, ainda é produzido tudo quanto possível, embora as culturas atuais não permitam a produção conjunta de alimentos como o feijão, o arroz, e outros que o café permitia.

Uma característica que se manteve igual, de acordo com as informações avaliadas na pesquisa, no primeiro e no segundo momento avaliado é o fato do Bairro Concórdia possuir a maioria da população de religião católica. Já com relação aos anos de estudo, constatou-se que no segundo momento a população apresenta mais anos de estudo que no primeiro. Este fato pode estar relacionado com a disponibilização de transporte escolar para os alunos da área rural, principalmente a partir da segunda metade da década de 1980, no município. Mas também deve estar ligado às novas exigências do mercado de trabalho, já que os jovens não apresentam grandes expectativas com relação à área rural, sendo que boa parte dos

filhos jovens, dos agricultores do bairro, ou não residem mais com os pais por terem se mudado para áreas urbanas ou moram no sítio, mas trabalham em outras atividades. Ainda existem os casos daqueles que moram no bairro, mas pensam em se mudar para trabalhar na cidade. Este é um processo diferente do período anterior, quando os jovens pensavam em seguir os caminhos dos pais, ou seja, serem agricultores. Neste caso, como constatado por alguns entrevistados, acreditavam que não havia exigência de muitos anos de estudo para poderem trabalhar.

A constatação de que houve um aumento do número de anos de estudo entre os moradores do bairro é bastante positiva e demonstra avanço no processo educacional, com a possibilidade de acesso à escola por comunidades que antes não se beneficiavam deste processo. No entanto, a constatação negativa é o fato de que o interesse no maior aperfeiçoamento, não diz respeito à busca de conhecimentos e informações que contribuam para o desenvolvimento local e a melhoria das condições de vida da comunidade. O que se verifica é que os jovens que buscam maior formação, o fazem com o objetivo principal de terem uma vida diferente àquela dos seus pais. Entende-se que na maioria dos casos, essa busca por novas formas de vida e trabalho não se deve ao fato de os jovens não gostarem ou de não terem “vocação”, mas sim pela falta de expectativas e possibilidades concretas do trabalho rural oferecer-lhes condições dignas de vida. Esta é uma constatação que demonstra a gravidade do processo que sinaliza a tendência de extinção da modalidade familiar na agricultura do bairro.

Outra diferença é que se antes o proprietário além de trabalhar com sua família precisava contratar empregados ou ter parceiros e arrendatários morando e trabalhando na propriedade, na atualidade, nem mesmo a maior parte dos proprietários reside no local, o que demonstra a diminuição acentuada da mão-de-obra.

Como se vê, todas as características avaliadas que dizem respeito à produção, em maior ou menor grau, sofreram mudanças. No entanto, a característica mais marcante e ao mesmo tempo a que mais sensibiliza é a da condição ou da situação de satisfação do agricultor com relação ao trabalho que realiza.

Se antes o produtor ou o proprietário encontrava na terra um meio digno de vida, de trabalho e sustento para a família e se encontrava satisfeito e disposto a garantir a continuidade deste processo com os filhos, como foi informado nos relatos ouvidos durante a pesquisa, os relatos quanto à situação e condição atual da agricultura desenvolvida no bairro, demonstram insatisfação e pouca expectativa quanto a continuidade da agricultura para as gerações posteriores.

4.4 O BAIRRO CONCÓRDIA NO CONTEXTO DE UMA ECONOMIA GLOBALIZADA E OS PROBLEMAS ATUAIS

Quando se fala em um novo conceito em agricultura familiar ou em formas modernas desta agricultura, é preciso considerar as transformações ocorridas em caráter geral

na sociedade, como a modernização agrícola, a precarização do trabalho, o processo acelerado de urbanização e a globalização da economia, transformações as quais a agricultura familiar recebeu os impactos e busca adaptar-se para sobreviver. Com relação à globalização, Brumer (2001) destaca.

O conceito de globalização é geralmente entendido em seu aspecto econômico, significando a eliminação de barreiras ao comércio internacional. Trata-se da forma que assumiu o desenvolvimento capitalista nos países centrais a partir do final da década de 1970, intensificando-se no Brasil da segunda metade da década de 1980 em diante, com base num modelo econômico neoliberal. A globalização econômica traz como consequência a integração dos mercados, provocando, entre outros aspectos, o (re) arranjo das esferas de produção, das finanças e do controle socioeconômico e modificações substanciais nos padrões de produção e de consumo (BRUMER, 2001, p.223-224).

O processo globalizador gerou a necessidade de adoção de novas estratégias produtivas pela maioria dos produtores que permanecem na atividade agropecuária. Os efeitos da globalização são sentidos quando os agricultores precisam enfrentar uma reconversão produtiva para encarar a competição dos mercados nacionais e internacionais. De um modo geral, este modelo favorece o crescimento econômico, mas não o desenvolvimento social e a maior igualdade.

Frente ao processo de globalização, ao se estudar a produção familiar, os questionamentos que se colocam são: quais os rumos tomados pela produção familiar na agricultura como resultado do processo de globalização da economia? Qual o efeito da globalização sobre o trabalho dos membros da família residentes nos estabelecimentos agropecuários? Ao se tentar responder a essas perguntas, o que se pode notar é que ocorrem situações distintas, mas não excludentes entre si. (BRUMER, 2001, p.227).

Segundo Abramovay (1992, p.127), alguns produtores transformam-se em “agricultores profissionais”, são entendidos como dessa categoria os inseridos nos sistemas de produção, que incorporam novas tecnologias. Estas, por sua vez, exigem grande capital e na maioria das vezes ligam-se ao mercado internacional.

Outra prática que foi incorporada é a da produção integrada à agroindústria (aves, suínos, frutas, leite, etc). Neste tipo de produção, o produtor perde a autonomia, pois a indústria é quem tem o poder de decisão sobre a produção agropecuária.

A implementação dos métodos produtivos como irrigação, estufas, higiene, apresentação do produto, métodos naturais ou biogenéticos de produção e controle ambiental. A adoção de novas atividades econômicas que se configurem mais rentáveis. A criação de atividades industriais (pequenas usinas de beneficiamento de produtos agropecuários, oficinas de confecção e malharia de pequeno porte) e de serviços (turismo, por exemplo) no meio rural. A criação de associações. Tudo isso, são conseqüências ou estão relacionados ao processo de globalização (BRUMER, 2001, p.228-229).

Conseqüência também do processo globalizador é a pluriatividade, ou seja, a necessidade do agricultor de desenvolver outras atividades, além da exploração da propriedade rural.

Analisando as transformações ocorridas no Bairro Concórdia, frente ao processo globalizador da economia e frente às transformações sofridas por conta deste

processo, acredita-se que as dificuldades sentidas neste local não diferem em muito, das enfrentadas pela agricultura familiar em diferentes áreas.

De acordo com Blum (2001, p.73) as empresas familiares, de modo geral, apresentam problemas nos quatro fatores de produção: terra, mão-de-obra, capital e capacidade empresarial.

No Bairro Concórdia, as situações enfrentadas na atualidade pelos agricultores familiares não são diferentes, sendo que os principais problemas detectados no decorrer da pesquisa foram: grande descapitalização, falta de gerenciamento, falta de associativismo, comercialização de forma precária, baixa escala de produção, não agregação de valores à produção, pouco acesso às novas tecnologias, pouca formação e informação do agricultor, baixa rentabilidade, entre outros.

Com relação à descapitalização do pequeno agricultor, o que se verificou no Bairro Concórdia a partir dos relatos e das observações realizadas, é que se deve ao preço baixo dos produtos agrícolas produzidos. A reclamação de que os produtos agrícolas estão muito desvalorizados é constante entre os agricultores ouvidos no decorrer da pesquisa. Além da desvalorização do produto, os agricultores indicam o alto custo dos insumos e implementos necessários à produção, como outro fator responsável pela baixa rentabilidade na atividade agrícola, pois “ganham pouco com a produção e gastam muito para produzir”.

Esta desvalorização do produto agrícola bem como os altos preços dos insumos e equipamentos necessários hoje à agricultura, segundo Guimarães (1982, p.15) é

resultado de duas condições que a sociedade industrial impõe à agricultura e que esta não consegue livrar-se: a) A procura de produtos manufacturados, inclusive dos insumos químicos e mecânicos que passou a empregar, adquiridos, em geral a preços de monopólio, mais elevados portanto, do que os preços “naturais”; b) A oferta de matérias-primas e alimentos vendidos, num mercado dominado por organizações monopolistas, a preços “políticos”, deprimidos sob várias pressões, inclusive as do Estado, e mais baixos, portanto, do que seriam os preços naturais.

Outro fator que influi no desenvolvimento da agricultura familiar no Bairro Concórdia é a falta de gerenciamento, ou seja, o despreparo dos agricultores com relação à administração. De forma geral, notou-se que não há uma combinação eficiente dos fatores de produção: terra, mão-de-obra, capital e capacidade de gerenciamento. Percebeu-se na pesquisa, que os agricultores do Bairro Concórdia têm a percepção de que estão sofrendo um empobrecimento, no entanto, não apresentam ou não demonstram conhecer uma possível solução para o problema, não conseguindo detectar uma atividade que seria viável para as condições que possui. Em muitos casos ocorrem que são feitos investimentos em atividades, sem se investigar o tempo de retorno ao investimento, a relação custo/benefício, o tipo de trabalho a ser empregado, e sem o conhecimento de tais aspectos dificilmente os resultados obtidos serão favoráveis. Exemplo é a implantação de barracões para a criação de bicho da seda, feita por agricultores do bairro, alguns agricultores chegaram a investir nessa produção há alguns anos atrás, mas não se adaptaram e tiveram prejuízo com o investimento.

A falta de cooperação, associativismo também é um problema detectado no Bairro Concórdia, pois não se constatou no bairro nenhuma forma participativa de planejamento, sendo esta uma dificuldade a mais, pois como lembra Blum (2001):

Para resolver os problemas técnicos e econômicos de falta de área para cultivo, de pouca agregação de valor nos produtos, comercialização ou escala de produção, crédito dificultado, deve-se fomentar o associativismo. Nesses casos, o cooperativismo e os condomínios rurais são as melhores formas de associação a serem preconizadas. (BLUM, 2001, 90).

A junção de forças ou a iniciativa de um processo associativista é de grande importância para a possibilidade de geração e agregação de valor ao produto agrícola. A diminuição do número de intermediários entre a produção e a comercialização agrícola é uma forma importante de melhorar o resultado obtido pelo produtor. Porém se agir de forma isolada, dificilmente o produtor terá condições e eficiência na agregação de valor ao produto e conseqüentemente os resultados serão negativos. O que se percebe é que para se ter bom resultado é preciso que os agricultores formem associações, busquem assistência técnica e creditícia. Desta forma, pode-se melhorar a produção, a forma de comercialização e a agregação de valores aos produtos, o que não vem ocorrendo de maneira satisfatória no Bairro Concórdia.

Na pesquisa constatou-se que os agricultores do Bairro Concórdia têm pouco acesso às novas tecnologias utilizadas na agricultura por não terem, na maioria dos casos, condições de obtê-las. O problema da baixa tecnologia gera conseqüências como: perdas na colheita e no armazenamento, erosão dos solos, uso inadequado de agrotóxicos, pouco uso de insumos, monocultura, etc.

Além desses problemas citados por conta da baixa tecnologia empregada nas atividades agrícolas que exigem tal tecnologia, uma outra consequência bastante séria verificada no Bairro Concórdia e apontada por moradores durante entrevistas, é a utilização de mão-de-obra humana em atividades penosas. A não utilização de mecanização e o fato de muitos agricultores ainda se utilizarem de arado de tração animal para o preparo do solo, bem como muitas atividades realizadas de forma manual, atividades que deveriam ser realizadas com máquinas, podem ser consideradas, em muitos casos, desumanas.

Algumas atividades realizadas de forma tradicional exigem dos trabalhadores um esforço físico exaustivo, longas horas de exposição ao sol, posturas corporais prejudiciais à saúde, longos trechos percorridos a pé, carregamento de cargas muito pesadas, entre outros. Como exemplo desse tipo de trabalho que ocorre no Bairro Concórdia se pode citar o preparo da terra com animais. Nesta atividade exige-se que o trabalhador que conduz o animal e o arado acompanhe o ritmo do animal que puxa o arado e que vai perfurando a terra.

Neste caso, além de andar grandes trechos durante o dia, o trabalhador precisa sustentar considerável peso nos braços e se expor a sol por muitas horas seguidas. Esta atividade pode ser considerada de grande penosidade e poderia ser evitada com a utilização de arado mecânico, mas para tanto o agricultor teria que ter acesso a este equipamento ou condições de contratar serviço terceirizado, o que muitas vezes não ocorre. Em entrevista, um agricultor faz um depoimento que demonstra a penosidade desse trabalho (Morador G, reside no bairro desde 1962).

P: O sr. mesmo prepara a terra com animal?

Esses dias eu tava preparando uma terra aí com animal, eu fiquei pensando: eu não devia ta fazendo isso nos dias de hoje. Sabe! Com tanta máquina que tem hoje, e eu sofrendo desse jeito?

P: É muito sofrido este trabalho?

R: Vixi! Nem fala! Ficar andando na terra fofa, pesada, o dia inteiro nesse solão, um calor, uma sujeira (...) tudo no pesado, sendo que a gente poderia fazer bem mais fácil e mais rápido com um trator..

O agricultor entrevistado relata de forma clara a penosidade do trabalho (arado com animal) e complementa apresentando uma “solução” para tal problema (Morador G, reside no bairro desde 1962).

Seria tão fácil resolver isso para nós! O governo gasta milhões com tantas coisas e para um bairro como o nosso, 30 mil reais dava para comprar um tratorzinho. Todo mundo aqui que precisa podia usar, já facilitava muito!

Neste depoimento se percebe a falta de ações efetivas e coerentes com as reais necessidades dos produtores rurais. A falta de assistência técnica também é realidade e corrobora para o agravamento da situação.

O que também se pôde perceber, na realidade vivida atualmente pelos agricultores do Bairro Concórdia é a falta de opção de cultivo e/ou de formas alternativas e meios que garantam condições dignas de sobrevivência e permanência a longo prazo desses agricultores no meio rural. Esta constatação está relacionada a problemas como a descapitalização, o pouco acesso a tecnologias, a limitação a determinadas culturas pelo tamanho das propriedades, a falta de conhecimento, a falta de assessoria.

Tudo isso leva os produtores a não desenvolverem de forma eficaz e satisfatória a atividade agrícola e desta forma tal atividade não é capaz de garantir a

sobrevivência do agricultor e de sua família. Sendo assim, verificou-se na pesquisa que grande parte dos agricultores do Bairro Concórdia na atualidade, busca meios alternativos de trabalho a fim de complementar a renda familiar, ou seja, pelo menos um membro da família desenvolve atividades de trabalho fora do sítio.

Como já mencionado, boa parte dos jovens do Bairro Concórdia se mudaram para alguma área urbana. Dentre os que permaneceram, grande parte se desloca para a área urbana todos os dias para trabalhar. Além dos jovens, alguns adultos também trabalham fora do sítio em outras atividades.

Existem os trabalhadores que possuem emprego fixo fora do sítio. Porém existem também os trabalhadores temporários. Alguns agricultores do bairro em determinadas épocas do ano realizam atividades temporárias. Geralmente trabalham na colheita de mandioca, algodão, entre outras. Em uma entrevista um morador fez um relato interessante sobre a importância do trabalho fora da propriedade para os agricultores do bairro e ainda relatou a importância do trabalho da esposa fora do sítio para a complementação da renda familiar (Morador G, reside no bairro desde 1962).

P: O sr. Acredita que os problemas da agricultura e as dificuldades hoje são generalizadas, ou seja, todos os agricultores aqui sentem esses problemas?

R: Olha! Todo mundo aqui tem reclamado, as coisas não estão fácil pra ninguém! Quem ta aqui ainda, só consegue se manter porque a maioria das famílias tem alguém que trabalha fora. Na minha casa mesmo, nós só estamos conseguindo levar bem, porque minha mulher trabalha fora. Isso ajuda muito em casa!

Conforme as informações obtidas na pesquisa e segundo as observações feitas, nota-se que a pluriatividade tornou-se constante entre considerável número de

moradores do Bairro Concórdia e que é esta atividade extra que vem garantindo a possibilidade de manutenção de muitas famílias no local. Além da atividade extra-sítio, a aposentadoria rural também foi apontada em entrevistas como um meio pelo qual algumas famílias têm encontrado melhores condições de vida e uma forma de se manterem no meio rural.

Como se evidencia nas condições dos produtores rurais do Bairro Concórdia que se acredita não ser diferente das condições de muitos agricultores que se viram forçados a se adequar às novas formas de produção, o quadro rural dominante em todo o país não condiz com uma prática que vise o desenvolvimento e a melhoria das condições de vida da população, com a geração de oportunidades e com a preocupação voltada ao social. Ao contrário disso, as oligarquias rurais é que sempre determinaram e que continuam determinando as atividades no meio agrícola. Esta prática é na verdade a verdadeira dificuldade e empecilho ao desenvolvimento rural democrático e justo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral considera-se que o trabalho de pesquisa atingiu os objetivos propostos. Entende-se ainda que o desenvolvimento do estudo foi viável e possível dentro do tempo disponível para a realização do mesmo. Compreende-se que em alguns momentos a pesquisa tratou de novos enfoques e temáticas que não foram apontadas diretamente no projeto inicial, mas que, no entanto no decorrer da pesquisa se mostraram importantes e vieram a figurar como assuntos principais do estudo, como é o caso do tema agricultura familiar, com as contradições e abordagens que o envolvem.

O fato de novas abordagens surgirem e se configurarem como essenciais no decorrer da pesquisa é interessante à medida que se percebe que a realidade nem sempre é igual ao que se imagina, ou ao que se compreende no início do trabalho, ou seja, à medida que a pesquisa avança é que a realidade aparece, e em boa parte dos casos, diferente daquilo que o pesquisador imaginava ou percebia de início. Neste sentido se constata e se valoriza a importância da prática investigativa e/ou da pesquisa no sentido de garantir ou de pelo menos tornar mais claro o entendimento da realidade.

O enfoque central que pode ser percebido em todo o trabalho foi a tentativa de buscar retratar a história e as características de um bairro rural (Bairro Concórdia), a partir da comparação e da relação entre uma produção mais tradicional e regida pelo trabalho familiar, no caso a cafeicultura, e das mudanças geradas pela

modernização e implantação de culturas mais modernas, no caso a cana-de-açúcar, a mandioca, a soja e as pastagens. A partir desta investigação se pôde notar a realidade próspera de um primeiro momento, quando havia satisfação por parte dos agricultores, e a maior dificuldade do segundo, quando se pode dizer que existe um sentimento de incerteza e insegurança.

Neste sentido, verifica-se que as mudanças no campo, que induziram à formação do chamado “novo mundo rural” não beneficiaram àqueles que deveriam ser os maiores interessados, ou seja, os agricultores. Na verdade o que houve foi uma desestruturação social em benefício dos interesses hegemônicos e dominantes. De grupos econômicos do agronegócio e da agroindústria de forma geral.

Sendo assim, depois de verificar as condições de muitas famílias no Bairro Concórdia, entende-se que o “fechamento” e o abandono de unidades familiares de produção constituem um abalo cultural, social e econômico para as famílias envolvidas. Ele acarreta a perda (muitas vezes de forma irreversível) da autonomia, do modo de vida, da auto-estima da família, em muitos casos levando ao subemprego e a insegurança alimentar. Constitui na verdade uma perda para toda a sociedade, e muitas vezes é o caminho que gera políticas públicas de cunho assistencialista e não de geração de oportunidades orientadas para este setor e compromissadas com a efetiva participação destas populações nos projetos propostos.

Desta forma, sabe-se hoje que o fortalecimento e desenvolvimento da agricultura familiar é um dos mais importantes, simples e eficazes instrumentos de geração de

emprego e renda, de geração de riquezas e de sua distribuição mais eqüitativa, e que constitui a base para um desenvolvimento rural sustentável que reduza a pressão sobre os serviços e a infra-estrutura nos centros urbanos, pois, outro lado perverso desta realidade, que não foi enfoque deste trabalho, mas que deve ser lembrado, é a condição daqueles que foram “expulsos” do campo e que hoje formam, na maior parte dos casos, a grande massa de desempregados, subempregados, excluídos e marginalizados da sociedade brasileira.

Estes problemas e conclusões apontadas não são novidades, sabe-se que muitos estudos e trabalhos em geral já trataram e continuam tratando deste assunto, no entanto, frente à gravidade e injustiça dos processos que convergem para geração de tais problemas, não se constitui exagero novos estudos que abordem “os velhos problemas a partir de novos ângulos”.

Admite-se que em muito a realidade estudada no Bairro Concórdia se assemelha àquela de todo o norte do Paraná e de inúmeras outras regiões do país, mas felizmente, admite-se também que as regiões apresentam particularidades e realidades que permitem reverter ou pelo menos amenizar e melhorar os quadros quase sempre contrários ao desenvolvimento social. Algumas resistências apontadas no decorrer do trabalho com relação ao Bairro Concórdia e ao município de Tuneiras do Oeste, ao qual o bairro está inserido, por exemplo, podem se transformar em força para práticas de valorização, comprometimento e ações efetivas para o desenvolvimento local.

No entanto, de modo geral, se nota a falta de organização social, de engajamento político/comunitário e principalmente de comprometimento dos representantes da sociedade com o desenvolvimento social igualitário e justo.

Como se constatou no Bairro Concórdia, a busca e a conquista de novas oportunidades, de melhores condições de vida e trabalho devem partir da sociedade. No entanto para que isso ocorra é preciso interesse político que vise a melhoria do setor educacional para que a sociedade se torne mais esclarecida e conseqüentemente tenha maior condição de assumir uma postura mais participativa frente aos problemas e desafios que enfrenta.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. BALDISSERA, Ivan Tadeu. CORTINA, Nelson. FERRARI, Dilvan. SILVESTRO, Milton e TESTA, Vilson Marcos (1998). *Juventude e Agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios* – Chapecó, Brasília – Convênio FAO-INCRA/CPPP-EPAGRI – Edições UNESCO.

_____. *O futuro das regiões rurais*. Editora da UFRGS. Porto Alegre, 2003.

_____. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas. Hucitec / Anpocs / Unicamp, 1992. (Estudos Rurais 12).

_____. *Transformações na vida camponesa – O sudoeste paranaense*. Dissertação de Mestrado. USP, 1981.

ACCARINI, José Onório. *Economia rural e desenvolvimento*. Reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis RJ, 1987.

ALEGRE, Marcos. MORO, Dalton Áureo. *A mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do norte do Paraná*. In: Boletim de Geografia – UEM – ano 4 – nº. 1, Janeiro de 1986.

ALENCAR, Edgard. *Introdução à metodologia de pesquisa social*. Universidade Federal de Lavras (UFLA), 1999.

ANDRADE, Manuel Correia de. *O processo de modernização agrícola e a proletarianização do trabalhador rural no Brasil*. In: Geografia, Hucitec, volume 3, número 5, Rio Claro, SP, 1978.

ARAÚJO, Regina Célia Lopes. *A organização do espaço no meio rural*. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro, 1980.

AYOADE. J.O. *Introdução a Climatologia para os Trópicos*. São Paulo: Difel, 1986.

AZEVEDO, Aroldo de. *Brasil – a terra e o homem*. Nacional/Edusp, Vol. II, 1970.

BENADUCE, Gilda Cabral; DEFFUNE, Gláucia e ROCHA, Márcio Mendes. *Considerações preliminares sobre a questão agrária na Bacia do Rio Ivaí-PR*. Como subsídio ao estudo do meio ambiente. In: XI Encontro Nacional de Geografia Agrária, volume I-B, Anais... Maringá-PR, 1992.

BERNARDES, Nilo. *Sobre diversificação e sua medida aplicada à Geografia Agrária*. In: Geografia, vol 3, nº 5, Rio Claro: Hucitec, 1978.

BERNINI, Rosângela Cristina Scatolin. *Comunidade e lugar: o caso do horto florestal de Limeira-SP*. Dissertação de Mestrado, UNESP, Rio Claro SP, 2004.

BLUM, Rubens. *Agricultura familiar: estudo preliminar da definição, classificação e problemática*. In: *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. João Carlos Tedesco (Org). Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2001.

BROSE, Markus. *Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas*. EDUNISC, Santa Cruz do sul, 1999.

BRUMER, Anita. *Qual a “vocação” produtiva da agricultura familiar? Globalização, produção familiar e trabalho na agricultura gaúcha*. In: *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. João Carlos Tedesco (Org). Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2001.

CAMPOS, Ginez Leopoldo R. de. *Agricultura familiar, gerenciamento ambiental e agroecologia: algumas questões provocativas a serem pesquisadas*. In: *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. João Carlos Tedesco (Org). Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2001.

CANCIAN, Nadir Aparecida. *Cafeicultura paranaense 1900/1970*. Curitiba, Grafipar, 1981;

CANDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1964.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASAGRANDE, Iolanda. *O trabalhador rural volante (“bóia-fria”) na região de Maringá, nos anos 70*. In: *Maringá e o norte do Paraná* (Estudos de história regional) Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves (organizadores) EDUEM - Maringá, 1999.

CASTELLS, Manuel. *Mudança tecnológica, reestruturação econômica e a nova divisão espacial do trabalho*. Espaço e debates nº. 17, 1986.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión, (1925). 1974.

_____. *Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas*. In: *A questão Agrária*. José Graziano da Silva e Verena Stolcke (Org.). São Paulo, Brasiliense, 1981.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 4ª ed. – São Paulo: Cortez, 2000.

C.M.N.P. (Companhia Melhoramentos Norte do Paraná), 1975. *Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná*. Maringá, C.M.N.P.

CURTY, Marlene Gonçalves; CRUZ, Anbamaría da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. *Apresentação de trabalhos acadêmicos, dissertações e teses (NBR 14724/2002)*. 3. reimp. Maringá: Dental Press Editora, 2005.

DAVID, César de, CORRÊA, Walquíria Krüger. *Espaços da agricultura familiar nos assentamentos rurais: algumas reflexões*. In: Geo UERJ n.º. 13 (Revista do Departamento de Geografia) p.17-26, UERJ RJ, 1º semestre de 2003.

DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (organizadores). *Maringá e o norte do Paraná* (Estudos de história regional) EDUEM - Maringá, 1999.

ESTRADA, Jorge Duque. *Terra crua*. S.l.: s.n., 1961.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *Questão Agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial*. Texto apresentado em Seminários no Lincoln Institute of Land Policy e na Harvard University (debates sobre a questão do acesso à terra e conflitos agrários no Brasil. 2004.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *O Paraná e seus municípios*. Editora MB (Memória Brasileira) Maringá-PR, 1996.

FIGUEIREDO, Lauro César, *Sociabilidade e cultura no Paraná: a cidade de Maringá*. Tese de Doutorado/ UFSC, Florianópolis SC, 2005.

FUKUI, Lia Freitas Garcia. *Sertão e bairro rural*. São Paulo: Ática, 1979.

GEORGE, Pierre. *Geografia rural*. Difel – Difusão Editorial S/A, 1979.

GODOY, Paulo. *Uma reflexão sobre a produção do espaço*. Estudos Geográficos, Rio Claro, junho de 2004. Disponível em:
<<http://www.rc.unesp.br/grad/geografia/revista.htm>>. Acesso em: 2006.

GONÇALVES, José Henrique Rollo. *Quando a imagem publicitária vira evidência factual: versões e reversões do norte (novo) do Paraná – 1930/1970*. In: Maringá e o norte do Paraná (Estudos de história regional) Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves (organizadores) EDUEM - Maringá, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José. *“O Novo Rural brasileiro”*. Anais da SOBER, Aracaju, vol. I, 1996.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Coleção Estudos Brasileiros, 1977.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico – 1960, 1970, 1980, 1991, 1996, 2000*.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Conseqüências sociais das transformações tecnológicas na agricultura do Paraná*. Curitiba: IPARDES, 1985.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Coordenadoria Regional do Paraná. In: *Diagnóstico fundiário*. s. 1: INCRA, 1984.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Imagens Estatísticas do Paraná 1990*. Curitiba: IPARDES, 1991.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *O Paraná reinventado: Política e governo*. Curitiba: IPARDES, 1989.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. *Subdivisão, posse e uso da terra no Paraná*. Curitiba: IPARD.

Jornal: O TUNEIRENSE. Ed. Especial. Ano 5 Nº 52. 16 de Julho de 2005.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo, Proposta Editorial, 1980.

LAMARCHE, H. (Coord.). *A agricultura familiar*. Campinas: UNICAMP, 1994.

LEFEBVRE, Henry. *A produção do espaço*. Paris: Armand Colin, 1974.

MAIA, Doralice Sátyro. *A geografia e o estudo dos costumes e das tradições*. In: *Revista Terra Livre*, Nº 16, p.71-98, São Paulo, 2001.

MARTINS, José de Souza. *Expropriação e violência (a questão política no campo)*. São Paulo, Hucitec, 1980.

_____. *O cativo da terra*. Ciências Humanas, 1979.

MENDRAS, Henri. *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MONTOYA, Marco Antonio, GUILHOTO, Joaquim J. M. *Mudança estrutural no agronegócio brasileiro e suas implicações na agricultura familiar*. In: *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. João Carlos Tedesco (Org). Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2001.

MOREIRA, Ruy. Espaço agrário e classes sociais rurais na sociedade brasileira. In: *Revista de Cultura*. n. 2, p.123-136, Petrópolis: Vozes, março de 1980.

MORO, Dalton Áureo. *A modernização da agricultura paranaense*. In: *Geografia social e agricultura no Paraná*. Jorge Guerra Villalobos (Org.). Programa de pós-graduação em geografia da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2001.

_____. Dalton Áureo, *Aspectos geográficos da modernização agrícola, no norte do Paraná*. In: *Boletim de Geografia*. Ano 13 – número 1 – 1995.

_____. Dalton Áureo, *Desenvolvimento econômico e dinâmica espacial da população no Paraná contemporâneo*. In: *Boletim de Geografia da Universidade Estadual de Maringá*, Ano 16 – Número 1 – 1998.

MOTA, Lúcio Tadeu, NOELLI, Francisco Silva. *Exploração e guerra de conquista dos territórios indígenas nos vales dos rios Tibagi, Ivaí e Piquirí*. In: *Maringá e o norte do Paraná (Estudos de história regional)* Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves (organizadores) EDUEM - Maringá, 1999.

NOELI, Francisco Silva, MOTA, Lúcio Tadeu. A pré-história da região onde se encontra Maringá, Paraná. In: *Maringá e o norte do Paraná* (Estudos de história regional) Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves (organizadores) Maringá: EDUEM, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A agricultura Camponesa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia).

PADIS, Pedro Calil, Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná. São Paulo: Hucitec, 1981.

PAULA, Zueleide Casagrande de. *Verde que te quero ver-te*. In: Maringá e o norte do Paraná (Estudos de história regional) Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves (organizadores) EDUEM - Maringá, 1999.

PAULUS, G. (coord.). *Agroecologia Aplicada: práticas e métodos para uma Agricultura Ecológica*. POA. Emater/RS, 2000.

PENTEADO, J. *Erradicação de cafeeiros e mobilidade da mão-de-obra agrícola no Paraná*. Curitiba, BADEP, 1973.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNEIRAS DO OESTE – PR, 2005,2006.

RELATÓRIO COCAMAR. *Projeto Arenito Nova Fronteira*, 2004;

ROCHA, Márcio Mendes. *A espacialidade das mobilidades humanas: um olhar para o norte central paranaense*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SALAMONI, Giancarla; GERARDI, Lucia Helena de Oliveira. Considerações sobre a transformação da agricultura tradicional em um complexo moderno. In: *Boletim de Geografia*. Ano 13 – número 1 – 1995.

SANT' ANNA NETO, João Lima. Clima e organização do espaço. In: *Boletim de Geografia da Universidade Estadual de Maringá*, Ano 16 – Número 1 – 1998.

SANTOS, Edir oliveira dos. *Diagnóstico Sócio-econômico do município de Tuneiras do Oeste para a elaboração do plano diretor*. Monografia de especialização do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Pública da Universidade Estadual de Maringá, 2005.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço habitado, técnica e tempo, razão e emoção*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991 (a).

_____. *Pensando o espaço do homem*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1991 (b).

SERRA, Elpídio. *Reflexões sobre a origem da crise agrária no norte do Paraná*. Boletim de Geografia. Universidade Estadual de Maringá, nº 1, 2001.

SILVA, Graziano da. *A modernização dolorosa*. São Paulo: Hucitec, 1982.

SILVESTRO, Milton Luiz *et al.* *Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar*. Florianópolis: EPAGRI, Brasília: NEAD. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2001.

SMITH, Neil, *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOBRINHO, Alves Motta, *A civilização do café*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1978.

SORJ, B. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

TEDESCO, João Carlos. *Contratualização e racionalidade familiar*. In: *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. João Carlos Tedesco (Org). Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2001.

TEDESCO, João Carlos (Org.). *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2001.

TEIXEIRA, Wilson Antonio, *O processo de desenvolvimento geoeconômico do complexo agroindustrial cooperativista na mesorregião norte central paranaense*, Tese de doutorado, UNESP – Presidente Prudente; 2002.

TOMAZI, Nelson Dacio. *Construções e silêncios sobre a (Re) ocupação da região norte do estado do Paraná*. In: *Maringá e o norte do Paraná* (Estudos de história regional) Reginaldo Benedito Dias e José Henrique Rollo Gonçalves (organizadores) EDUEM - Maringá, 1999.

VALVERDE, Orlando. *Estudos de geografia agrária brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.

VERRI, Ênio José. *O desenvolvimento recente da indústria paranaense*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Economia da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 1998.

VIEIRA, Ildeu Manso. *Jacus e Picaretas (A história de uma colonização)*. Maringá: Bertoni, 1999.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. *História do Paraná*. 10. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, *Raízes históricas do campesinato brasileiro* In: *Agricultura familiar realidades e perspectivas*. TEDESCO, João Carlos (Org.) 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

ZAMBERLAM, Jurandir. SANTOS, Edson Borges dos. *Agroecologia*. In: *Terra e Agricultura*. Jorge Guerra Villalobos (Org.). Programa de Pós-graduação em Geografia – UEM, Maringá, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1 – ROTEIROS DE ENTREVISTAS REALIZADAS PARA A PESQUISA

A) ENTREVISTA CURTA COM MORADORES DO BAIRRO

- 1) Há quanto tempo o Sr. (a) reside aqui?
- 2) Tem muita diferença de agora e de quando chegou no bairro? Qual a época melhor?
- 3) Observar a utilização de equipamentos e utensílios artesanais (fogão a lenha, pilão, torrador de café) e perguntar o porque da utilização dos mesmos.
- 4) O Sr. (a) pensa em se mudar daqui? Porque?

B) QUESTIONÁRIO REALIZADO COM ALGUNS MORADORES DO BAIRRO CONCÓRDIA

Questões

- 5) Há quanto tempo o Sr. (a) reside aqui?
- 6) Qual o itinerário até aqui? De onde veio?
- 7) Qual sua descendência?
- 8) Como era o Bairro quando chegou aqui? O que era cultivado?
- 9) Trabalhou em lavouras de café? Como era o trabalho? Toda sua família ajudava?
- 10) Em época de colheita eram contratadas pessoas para trabalhar nas lavouras de café?
- 11) Como era a vida comunitária? Tinha festas? Encontros religiosos? As pessoas se reuniam para conversar?
- 12) O Sr. (a) é o proprietário (a) da terra na qual trabalha e/ou mora?
- 13) O Sr. (a) acompanhou a erradicação das lavouras de café? Como está o trabalho agora?
- 14) O Sr. (a) pensa em se mudar daqui? Porque?

C) QUESTIONÁRIO PARA ALGUNS EX-MORADORES DO BAIRRO CONCÓRDIA

Questionário a ser aplicado com alguns dos ex-moradores do Bairro Concórdia, visando a obtenção de dados para elaboração da dissertação de mestrado intitulada: “Ciclo econômico e espaço transformado: os trabalhadores do café no Bairro Concórdia em Tuneiras do Oeste PR”.

Questões

- 1) Há quanto tempo se mudou do bairro? Quanto tempo morou lá?
- 2) Qual o motivo de sua saída?
- 3) Morava onde antes de ir para o Bairro?
- 4) Qual sua descendência?
- 5) Como era o Bairro quando chegou? O que era cultivado?
- 6) Trabalhou em lavouras de café? Como era o trabalho? Toda sua família ajudava?
- 7) Em época de colheita eram contratadas pessoas para trabalhar nas lavouras de café?
- 8) Como era a vida comunitária? Tinha festas? Encontros religiosos? As pessoas se reuniam para conversar?
- 9) O Sr. (a) era o proprietário (a) da terra na qual trabalha e/ou morava?
- 10) O Sr. (a) acompanhou a erradicação das lavouras de café? Como ficou o trabalho depois que acabou o café?

ANEXO 2 – MAPAS DOS ASPECTOS FÍSICOS DO PARANÁ (DESTAQUE PARA TUNEIRAS DO OESTE)

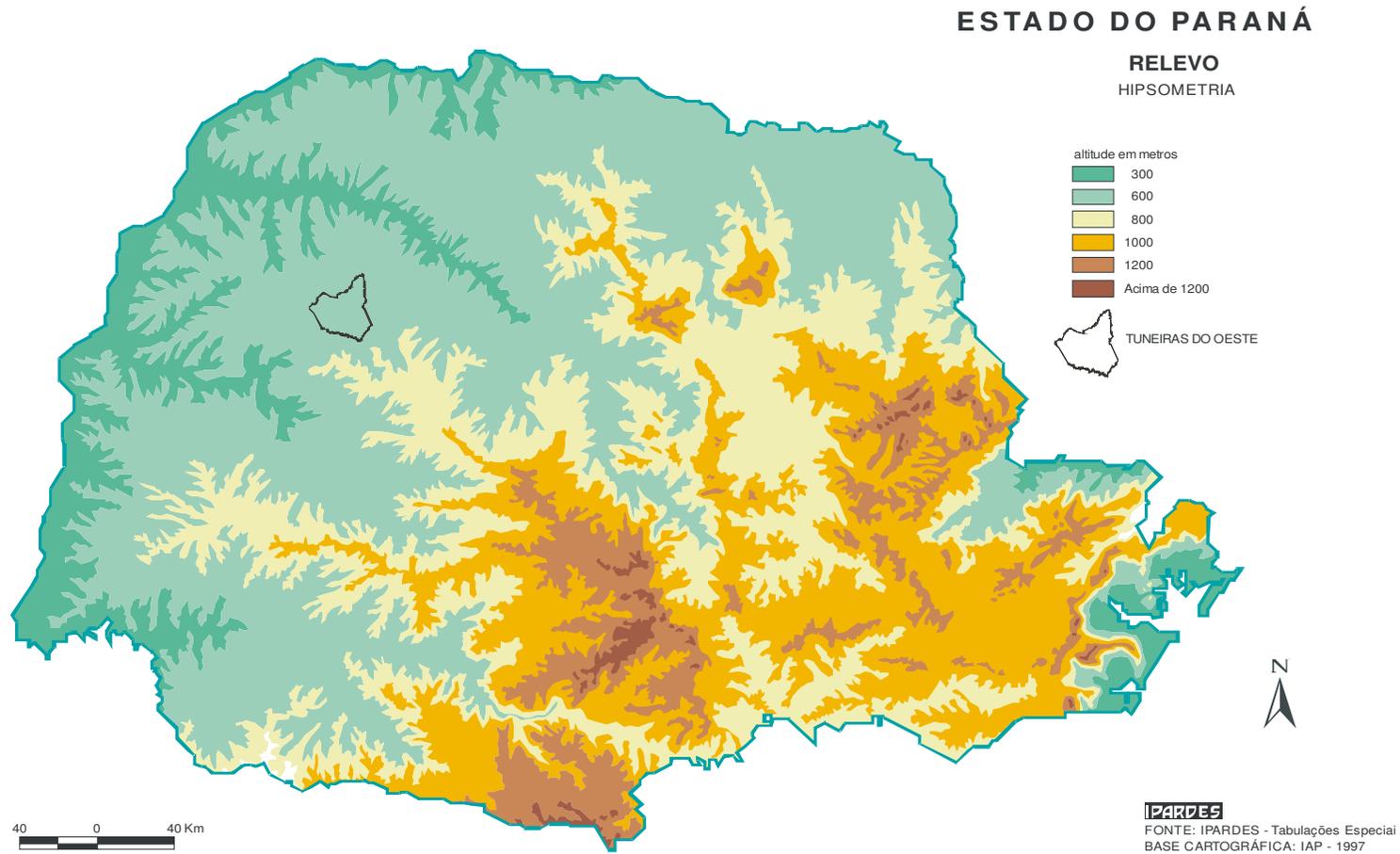


Figura – Relevo paranaense / hipsometria (altitude em metros)

ESTADO DO PARANÁ

USO POTENCIAL DO SOLO

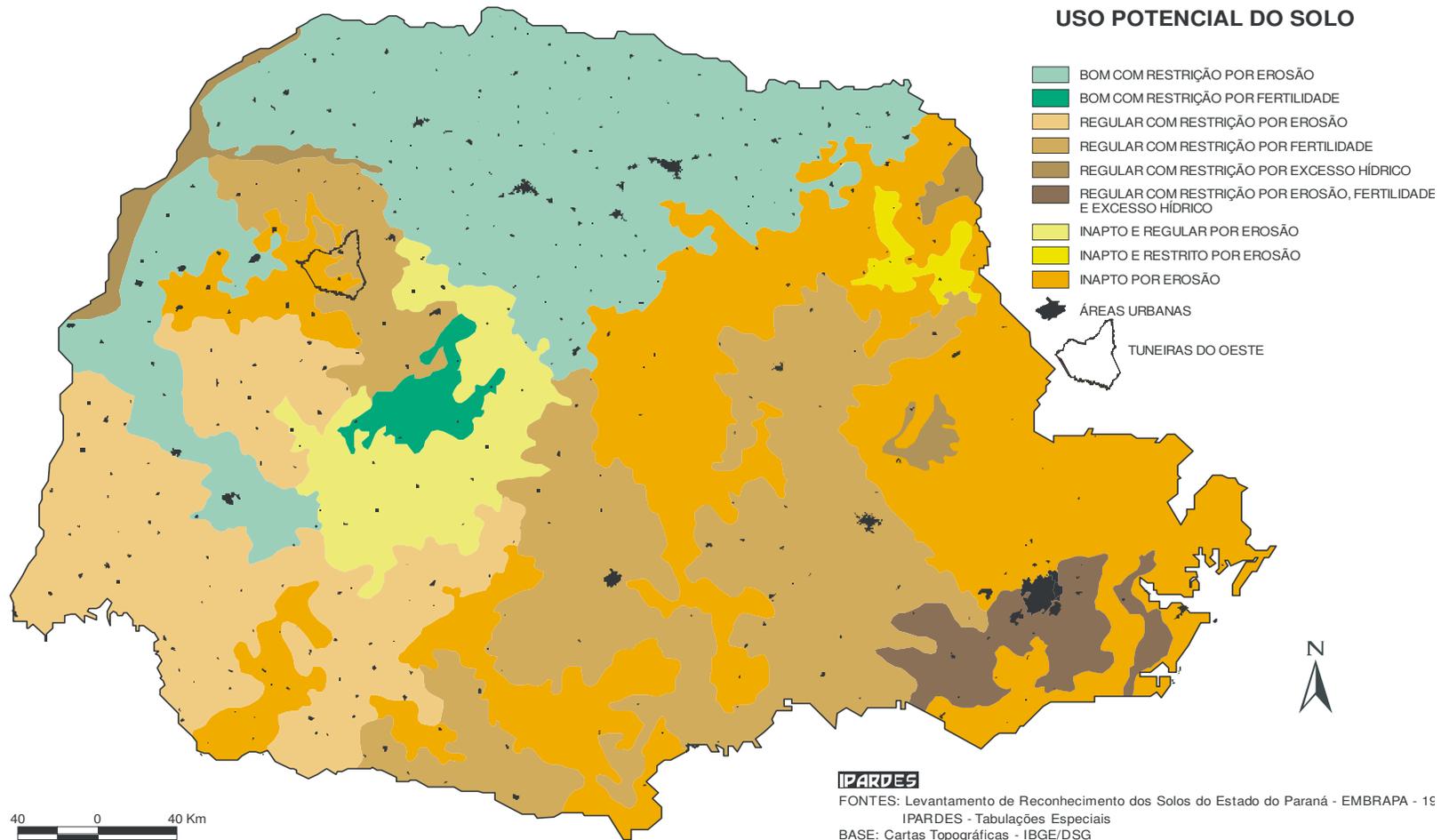


Figura – Uso potencial do solo paranaense.